

**REVISTA
DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E
HISTÓRIA MILITAR
DO
BRASIL**



ANO 83 Nº 112 ESPECIAL 2024

ISSN 0020-3890



EXPEDIENTE

O IGHMB foi fundado em 7 de novembro de 1936. Órgão Consultivo Oficial dos Assuntos de Geografia e História Militar reconhecido pelo Decreto nº 27.512, de 26 Nov 1949, e Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro pela Lei nº 2.217, de 28 Ago 1973.

Representante do Brasil na Comissão Internacional de História Militar

Presidente do IGHMB

Gen Bda Márcio Tadeu Bettega Bergo

Diretor e editor da Revista do IGHMB

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

Secretário do IGHMB

Cel Cláudio Luiz de Oliveira

Conselho Editorial

Prof. Dr. Sebastião Amoêdo de Barros

Prof. Dr. Manoel Rolph de Viveiros Cabaceiras

Cel Prof. Dr. Carlos Roberto Carvalho Daróz

Cineasta Prof. Ms. Daniel Mata Roque

Historiador Prof. Esp. Alberto Gomes Filho

Sede no Clube Militar

Av. Rio Branco, 251 – Centro

20040-009 Rio de Janeiro-RJ

Brasil

ighmb.org.br

revista@ighmb.org.br

2 – Editorial

5 – A Federação Brasileira e alguns movimentos insurrecionais na sua trajetória

Dr. Ivens Gandra Martins

11 – Revolução Federalista: uma sangrenta experiência no nascedouro da República

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

33 – Revolta da Armada

C Alte Guilherme Mattos de Abreu

62 – Campanha de Canudos

Gen Bda Márcio Tadeu Bettega Bergo

93 – “Se não vacinar, morre!” – “se vacinar, mato!” - a Revolta da Vacina no contexto do Rio de Janeiro de 1904

Cel João Rafael Mallorca Natal

111 – Revolta dos Marinheiros e Revolta do Batalhão Naval

V Alte José Carlos Mathias

129 – A guerra como guerrilha: o Exército Brasileiro no Contestado e o ideal de modernização das Forças Armadas

Maj Eduardo Rizzatti Salomão

158 – Uma micro história da revolta do Forte de Copacabana (1922): o batismo de fogo do oficial José Manoel Ferreira Coelho (1902-1979)

Prof. Lucas Carnevale Machado

172 – Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul: a defesa de Uruguaiana

Gen José Alberto Leal

189 – Revolução Paulista de 1924 e a Batalha de São Paulo: análise das ações bélicas e consequências políticas

Cap PM Fernando de Medeiros Vasconcelos

209 – Movimento Tenentista de 1924: o levante de Manaus

Maj Roberto de Castro

221 – A participação do general Rondon no combate aos revolucionários de 1924-1925

Cel Antônio Ferreira Sobrinho

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Estão autorizadas as transcrições integrais ou parciais das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Por imposição do espaço, a redação do artigo poderá receber pequena modificação, sem alterar o seu entendimento e a sua compreensão. Os anúncios desta revista são de total responsabilidade dos anunciantes.

Editorial

Esta edição especial da Revista do IGHMB reúne a produção intelectual do seminário temático *Conflitos militares do Brasil contemporâneo: 1889-1930*, promovido em parceria pelo Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX) e pela Escola Superior de Guerra (ESG).

No contexto político do Brasil entre 1889 e 1930, as tensões foram intensas devido à transição do sistema monárquico para a República. Esse período foi marcado por uma série de embates políticos, principalmente entre as oligarquias regionais que disputavam o controle do poder central.

A chamada Política dos Governadores foi um dos principais aspectos desse período. As oligarquias dominantes em cada estado exerciam grande influência no cenário nacional, estabelecendo alianças para garantir a manutenção de seus interesses políticos e econômicos.

Esse arranjo envolvia a troca de apoio entre presidentes de estados e o presidente da República, garantindo a estabilidade do poder por meio de acordos políticos.

Essa prática de conchavos políticos entre as elites regionais acabava por excluir outras correntes políticas e grupos sociais do processo decisório, resultando em um cenário de exclusão e insatisfação por parte de setores da sociedade. A falta de representatividade e a





perpetuação do poder nas mãos de poucos levaram a movimentos de contestação e rebeliões populares.

Além disso, a economia brasileira passava por transformações significativas com a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, o que gerou tensões sociais e disputas por terra e emprego. Essa conjuntura econômica influenciou diretamente as disputas políticas, especialmente nas áreas rurais, onde a concentração de terras e a exploração dos trabalhadores geravam conflitos constantes.

Essa dinâmica política, marcada por acordos entre oligarquias, exclusão de setores da sociedade e insatisfação popular, criou um ambiente propício para os conflitos e as revoltas que caracterizaram o período e culminaram na instabilidade política que precedeu a Revolução de 1930. Diante de tamanha instabilidade e conflitos internos, por diversas vezes o Exército Brasileiro foi chamado para restabelecer a lei, a ordem e

a paz social, contribuindo, desta forma, para a consolidação da República.

Sob essa perspectiva, o Núcleo de Estudos e Pesquisas de História Militar (NEPHIM), criado em 18 de junho de 1991, pelo IGHMB, por uma feliz iniciativa do seu então presidente, general de exército Jonas de Moraes Corrêa Neto, de saudosa memória. É realizado anualmente, está organizado em parceria com a DPHCEX, por intermédio de seu Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar (CEPHIMEx) e pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Guerra, vinculado ao Instituto de Doutrina de Operações Conjuntas da ESG.

O seminário foi dividido em três ciclos de palestras, sendo o primeiro no Museu Militar Conde de Linhares, e os demais na Escola Superior de Guerra e no Clube Militar, respectivamente.

O seminário teve por objetivo estudar e divulgar os conhecimentos específicos da participação do Exército



Brasileiro nos episódios históricos relacionados aos conflitos militares ocorridos no período compreendido entre 1889 e 1930: Revolução Federalista, Revolta da Armada, Canudos, Revolta da Vacina, Revolta dos Marinheiros, Campanha do Contestado, Levantes de 1922-24, Coluna Miguel Costa-Prestes e Revolta de 1923 no Rio Grande do Sul.

Desta forma, o IGHMB tem a honra de editar a presente Revista Especial, na certeza de contribuir com a historiografia militar brasileira e possibilitar o aprofundamento dos estudos e pesquisas sobre a participação da Força Terrestre nos episódios históricos da dita Primeira

República, atuando sob a égide do Art. 14 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, que rezava: “As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior”.

Municiados por tão rico e variado acervo de pesquisas, desejamos uma leitura prazerosa, que possa enriquecer o cabedal de conhecimentos de cada um.

Desejamos uma boa e proveitosa leitura.

Cel Carlos Daróz
Doutor em História
Editor da Revista do IGHMB.



Conheça nosso portal na Internet
<https://www.ighmb.org.br/>

A Federação Brasileira e alguns movimentos insurrecionais na sua trajetória

Ivens Gandra Martins ^a

Resumo: As chamadas "Guerras do Início da República Brasileira" referem-se a uma série de conflitos e movimentos de contestação que ocorreram no Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX, após a proclamação da República, em 1889. Estes episódios foram, em grande parte, marcados por disputas políticas e ideológicas, entre diferentes facções que buscavam definir o curso político, social e econômico da recém-criada República. O Estado desempenhou um papel significativo no sufocamento desses movimentos contestatórios. Utilizando-se das forças armadas, o governo central empregou a repressão militar para conter as rebeliões, consolidar sua autoridade e impor sua visão republicana. Essa intervenção foi estatal, por vezes, comprovada em conflitos prolongados, mas, em última instância, contribuiu para a consolidação do poder central e a estabilização da república.

Palavras-chave: República, conflitos internos, ciência política.

As denominadas guerras da República, não foram senão movimentos voltados a definição de um perfil para a República e para a democracia brasileira, sem, todavia, terem representado verdadeiras guerras, como a da secessão nos Estados Unidos, uma autêntica guerra civil.

Foi exceção a Revolução Paulista, esta uma revolução que explodiu com a morte dos quatro estudantes e o envolvimento de todo o Estado a partir de 9 de julho de 1932, até outubro, mas com tal vigor, que apesar de derrotados os paulistas, conseguiram que a ditadura Vargas apoiasse a promulga-

^a Advogado, jurista e doutor em Direito.



ção da Constituição de 1934.

O certo é que as duas revoltas da Armada, o episódio dos 18 do Forte, a revolução de Izidoro, enfim, todos estes movimentos na busca de uma Federação, de uma democracia e de uma República esbarraram na história do Brasil, cuja origem portuguesa definiu o perfil de uma nação, que ainda está em luta por seu modelo político, mas cuja matriz e densidade nacionais têm origem no distante ano de 1128.

Talvez tudo tenha começado pela independência de Portugal com Afonso Henriques, principia-da, em 1128, na Batalha de São Mamede, quando derrotou os espanhóis; assegurada em 1140, quando expulsou os mouros de Lisboa; e reconhecida em tratado em 1143.

Com pouca população e com o permanente risco de reconquista pelos espanhóis e mouros, muito mais numerosos, teve que centralizar o poder de tal maneira que, em uma Europa de senhores feudais fortes e reis fracos, inverteu a equação com os reinados fortes e os nobres submissos.

A vitória do Santo Condestável Nuno Álvares e o início da dinastia de Aviz consolidou o reinado e deu início a aventura marítima da Escola de Sagres e da saga portuguesa de conquista dos mares, com a transformação do Atlântico Sul no *Mare Nostrum* dos portugueses, assim como do Oceano Índico.

Nem mesmo o interregno dinástico de 1580 a 1640, que levou Felipe II a governar Espanha e Portugal, até a restauração 80 anos depois, alterou a maneira de ser do povo e do governo lusitana, que, desde Martim Afonso de Souza e Tomé de Souza, das capitânicas hereditárias até a independência, manteve o território lusitano na América uno e indivisível, ao ponto de D. João VI, escapando às invasões napoleônicas à Península Ibérica, vir para o Brasil, cá estabelecendo um Reino Unido a Algarve e Portugal em 1815, admitindo a independência brasileira com seu filho Pedro I, em 1822, após algumas escaramuças entre reinóis e brasileiros, sem maior expressão, se comparadas às guerras da inde-



pendência americana ou das colônias espanholas.

O grande mérito desta centralização foi de que, enquanto a América Espanhola restou pulverizada com a formação de inúmeras nações, a América Portuguesa continuou indivisível, gerando uma única nação continental, graças a este centralismo.

Compreende-se, pois, que o Brasil Império não foi uma federação, mas uma nação com províncias fortemente ligadas, por vínculos dinásticos, ao ponto de termos, simultaneamente, em Portugal e no Brasil, dois irmãos brasileiros reinando sobre os dois povos (Pedro II e Maria da Glória).

Ora, quando o marechal Deodoro da Fonseca – é a versão de inúmeros historiadores – soube no dia 16 de novembro de 1889 que não derrubara o gabinete Ouro Preto, que tinha pensado derrubar na noite anterior, mas o próprio império, o Brasil entrou em sua fase republicana sem preparo maior, lembrando-se que foi o talento de Ruy, apaixonado pela cultura inglesa e a democracia americana,

que trouxe o sistema federativo para o Brasil, na Constituição de 1891, nos moldes americanos.

O grande problema diferencial, todavia, estava em que, nos Estados Unidos, a federação americana formada pelas 13 colônias rebeldes levou 11 anos para ser concebida (1776–1787), em face de dúvida de se, após a vitória sobre os ingleses, deveria formar uma nação de 13 países confederados, ou um país com 13 Estados federados.

No Brasil, sempre tivemos, um país unitário e centralizado em seu poder, dividido em províncias e submetidas ao Poder Central, sem maior autonomia.

Ora, a pretendida identidade entre duas estruturas políticas e culturais diferentes levou aos primeiros problemas nos dois governos militares (Deodoro e Floriano) e a um sistema federativo, de rigor dirigido por São Paulo e Minas até 1930, quando se sabia de antemão quem seria o presidente da República, independente das eleições, escolhido pelo denominado acordo “café com leite”.



O golpe de Getúlio, por seu lado criou uma ditadura e não uma real Federação, enunciada pela Constituição de 1934 e sepultada pela de 1937.

O golpe que derrubou Getúlio garantiu as eleições de 1945 e conforme a Constituição de 1946, esta realmente federativa, durou pouco, com um novo tropeço do sistema em 1964, com um governo de exceção centralizador até 1985, quando a vitória de Tancredo Neves, a presidência de José Sarney e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte permitiram ao país discutir novamente, em profundidade, um modelo federativo.

O texto adiposo de 1988, com inúmeros dispositivos sem densidade constitucional, não tirou, todavia, o brilho dos direitos individuais lá colocados e do fortalecimento de uma federação até então mais nominal, com a eleição do Município como entidade federativa.

Na ocasião, defendi em audiências públicas na Constituinte, tanto na Subcomissão do sistema

tributário como na ordem econômica, presididas pelos deputados Francisco Dornelles e Delfim Netto, respectivamente, que da tripla autonomia que os entes federativos deveriam ter, a autonomia financeira era aquela que dava estabilidade às instituições. Sem elas, as autonomias política e administrativa ficariam diminuídas.

Os constituintes ao aumentarem a partilha, de 33% para 47% do IPI e do Imposto de Renda, os dois principais impostos da União, pretendia reduzir de 60% para 45% a participação da União no bolo tributário.

Estes desejos constituintes foram, todavia, desfeitos pela substituição pela União dos 0,5% do Finsocial para os 7,6% do Cofins e os 1,65% PIS, antes de 0,65%.

O certo é que hoje continua a União com participação quase idêntica ao período pré-constituição e uma federação mais pesada para o contribuinte, ou seja, com a inclusão de em torno de 1700 novos municípios no concerto federativo.



Acresce-se, por fim, que a imputação da teoria da “jurisprudência constitucional” própria dos países parlamentaristas, onde não há nítida separação de poderes e os tribunais constitucionais formam uma mescla de Poder Judiciário e Legislativo, transformou o Supremo Tribunal Federal (STF), no Brasil, em parte também em um poder político a tornar complicado o desenho federativo brasileiro.

É este o quadro que levou o país a ainda estar lutando por uma federação real, que, ao meu ver, mais uma vez, resta enfraquecida pela reforma tributária, que transfere o núcleo real de autonomia federativa para um Conselho de 54 delegados, 27 representando os 26 Estados e Distrito Federal e os outros 27 os 5.569 municípios brasileiros (!!!!).

Sobre a implantação da República, farei, porém, rápidas referências, algumas destas escaramuças mal sucedidas no início do modelo republicano.

A primeira revolta foi da Armada contra a presidência do marechal Deodoro que fechou o Con-

gresso, em meio a grave crise econômica.

Foi liderada pelo almirante Custódio de Melo. A Armada, que ameaçou bombardear o Rio de Janeiro, provocou a renúncia do presidente e assunção do poder pelo vice-presidente Floriano Peixoto.

A crítica dos políticos de que assumira o poder antes de dois anos do mandato, sem que se declarassem vagos os dois postos maiores de República, levou, em 1892, a segunda revolta da Armada, esta mais grave, pois opôs o Exército contra a Marinha, revolta dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Durou até 1894. Chegou a haver um choque mais forte na atual Niterói, ao ponto de ter-se transferido a capital do Estado do Rio, na ocasião, para Petrópolis em 1894, só voltando para Niterói em 1903.

A repressão dura de Floriano aos dois movimentos da Armada mereceu-lhe a alcunha de “marechal de ferro”.

A revolução de Izidoro Dias Lopes em São Paulo, iniciou-se em



5 de julho de 1924, com repercussão para além da cidade, chegando ao interior e a outros Estados, mas sem força expressiva, tendo terminado em 28 de julho, com a vitória do presidente Artur Bernardes. A defesa dos que se revoltaram foi feita, principalmente, pelos membros do Instituto dos Advogados de São Paulo perante os Tribunais.

É de se lembrar que o movimento de 1924 foi inspirado pelos veteranos do grupo da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, que, em 1922, terminou tragicamente com a morte de 16 daqueles que saíram pela praia e foram fuzilados em sua marcha. Dos dois sobreviventes, um deles foi o futuro brigadeiro Eduardo Gomes, viria a ser candidato à presidência da República em 1945 e 1950.

O movimento de 1930, no qual Getúlio derrubou o presidente Washington Luís, não permitindo a posse do presidente eleito Júlio Prestes, teve um componente emocional do assassinato de João Pessoa, muito embora, explorado como crime político por Getúlio, foi uma desavença trágica de natureza

apenas sentimental originada por um adultério.

Enfim, tais movimentos, dos quais a revolução paulista foi a única da qual se pode dizer que, embora derrotados os paulistas em campo de batalha, teve um efeito institucional válido, qual foi a de promulgação a Constituição de 1934.

Estas rápidas pinceladas sobre a razão de ser o Brasil uma nação continental, de nunca termos inteiramente conformado um modelo institucional, nada obstante os movimentos, como por exemplo o dos Farroupilhas ou o da Cabanagem nos tempos do império, além de alguns dos citados na República, tem como objetivo mostrar que estamos ainda construindo um modelo federativo, mas com um longo caminho a ser trilhado pelo povo e seus representantes.

Revolução Federalista: uma sangrenta experiência no nascidoiro da República

Carlos Roberto Carvalho Daróz ^a

Resumo: A Revolução Federalista foi um conflito armado que ocorreu no Brasil entre os anos de 1893 e 1895, durante a Primeira República. Ela teve como principais cenários os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A revolta foi motivada por uma série de descontentamentos com o governo republicano recém-estabelecido. Os federalistas, liderados por Gaspar Silveira Martins, eram contrários ao centralismo e defendiam a autonomia dos estados em relação ao governo central. Do outro lado, os republicanos, liderados pelo presidente Floriano Peixoto, buscavam manter a unidade do país sob o novo regime. A revolução foi marcada por batalhas ferozes e derramamento de sangue. A luta teve impactos profundos na sociedade e na economia das regiões envolvidas. A Revolução Federalista é um marco importante na história do Brasil, pois evidencia as tensões e os conflitos que permearam o período inicial da Primeira República, influenciando as dinâmicas políticas e sociais que moldariam o país nas décadas seguintes. **Palavras-chave:** Revolução Federalista, Primeira República, garantia da lei e da ordem.

INTRODUÇÃO

A proclamação da República em 15 de novembro de 1889 não assegurou uma mudança sem sobressaltos do Império brasileiro

para a nova forma de governo. A transição foi marcada por movimentos político-sociais-militares de contestação à República, ocorridos, principalmente, no final do século XIX e início do século XX, durante

^a Coronel de Artilharia, doutor em História. Associado titular emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



o período conhecido como a Primeira República (1889-1930). Entre eles, podemos destacar a Revolução Federalista, as duas Revoltas da Armada, a Guerra de Canudos, a revolta da Vacina, e os movimentos tenentistas, entre outros.

Em todas as oportunidades, o Exército Brasileiro foi chamado para intervir em favor da estabilidade do país e da manutenção da lei e da ordem, em consonância com sua missão constitucional.

O presente estudo tem como propósito analisar a importância da Revolução Federalista, deflagrada no Sul do Brasil, como um dos primeiros movimentos de contestação à república, com características de guerra civil. Também é objeto da investigação a atuação do exército na manutenção da lei e da ordem, bem como a integridade política e territorial do Brasil nos primórdios de sua experiência republicana.

UMA GUERRA NO SUL DO PAÍS

A Revolução Federalista foi um conflito que eclodiu na região Sul do Brasil entre 1893 e 1895, a qual evidenciou a divisão entre os republicanos, ou seja, entre aqueles que defendiam maior poder do presidente da república recém-instituída, e aqueles que a descentralização do poder, com maior autonomia dos estados.

Além disso, o Exército e da Marinha também competiam por maior influência no governo republicano. O conflito foi caracterizado pela violência e brutalidade extremas, e foi reprimido por tropas leais a Floriano Peixoto, que se tornou o "Marechal de Ferro" e consolidou enérgica e violentamente a república no Brasil.

Logo no início do que seria o primeiro governo constitucional da República, as divergências entre o Presidente e o Congresso levaram Deodoro a dissolvê-lo por decreto, seguido de um manifesto à nação em que explicou seu gesto. Apesar de adesões recebidas, a reação foi



imediate e, no campo militar, o contra-almirante Custódio de Melo se apossou de alguns navios da esquadra e, com um tiro de advertência contra a torre da Igreja da Candelária, exigiu a deposição de Deodoro. Reuniões se sucederam, algumas providências foram tomadas na Marinha, mas Deodoro renunciou, e Floriano Peixoto assumiu a presidência em 23 de novembro de 1891.

Frota descreveu da seguinte maneira a chegada de Floriano à presidência da República:

Chamado Floriano Peixoto, a este foi entregue a chefia da Nação nesse mesmo dia 23. O vice-presidente era um chefe nato, impávido, calmo; impunha a sua vontade pela frieza; confiava, desconfiando. Sua personalidade, cativante para uns, desagradável para outros, continua sendo um enigma para a história, na qual conquistou o epíteto de Consolidador. Estavam reservados para ele dias tumultuosos. Entendeu o vice-presidente que podia governar até o fim do mandato, apesar de ser claro que devia convocar novas eleições, segundo o Artigo 42 da Constituição, pois não

havia decorrido dois anos de mandato. Escorava sua atitude no texto do parágrafo 2º do Artigo 1º das Disposições Transitórias, o qual dava margem a dúbia interpretação. Empolgou-se a opinião pública: formaram-se partidos, discutia-se nos clubes, salões, esquinas. O Congresso aprovava a conduta do Executivo¹.

Apesar dos ideais republicanos terem sofrido um período de maturação no fim do Segundo Reinado, após 1889 o Brasil não se encontrava plenamente preparado para a prática do regime republicano federativo. A fragilidade e o caráter heterogêneo das forças republicanas possibilitaram o surgimento de grupos oposicionistas que, efetivamente, lançaram-se ao conflito para fazerem valer suas reivindicações contra o governo central. A Revolução Federalista desenvolveu-se no sul do Brasil pouco depois da Proclamação da República, e foi um dos primeiros desafios ao regime republicano, recém-instalado no país.

Grupos políticos antagonistas empenharam-se em disputas san-



grentas, as quais acabaram por desencadear uma guerra civil que durou 31 meses, de fevereiro de 1893 a agosto de 1895. Durante a Revolução Federalista, foram realizadas operações militares de vulto, com o emprego de forças irregulares. Envolvendo os três estados da Região Sul do Brasil – Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina – a revolução contou com o apoio dos revoltosos da Armada, e prolongou-se por três anos, cessando sem que as diferenças ideológicas e o ódio entre os grupos antagônicos arrefecessem.

Contrariando a crença geral de que o povo brasileiro possui temperamento pacífico e é avesso à violência, a Revolução Federalista foi, sem dúvida, o episódio militar interno mais sangrento na História do Brasil, caracterizando-se pela completa ausência de cavalheirismo no campo de batalha e pela extrema violência e crueldade.

OS GRUPOS POLÍTICOS ENVOLVIDOS: MARAGATOS E PICA-PAUS

O cenário político do Rio Grande do Sul dividia-se em dois grupos majoritários que concentravam visões de mundo distintas: os ditos federalistas e “pica-paus”.

Integravam as tropas federalistas sul-rio-grandenses uruguaios provenientes do departamento de San José, que foi povoado por espanhóis oriundos de *Maragataria*. A *Maragataria* era uma comarca espanhola situada na zona central da província de León, na comunidade autônoma de Castilla y León. Seus habitantes eram chamados de maragatos e foram responsáveis pela colonização de zonas da Argentina (região de Viedma) e do Uruguai (San José de Mayo). Por estes motivos, os habitantes destas áreas do Cone Sul também passaram a ser denominados maragatos². Os republicanos passaram a chamar os federalistas de “maragatos” como se fossem estrangeiros, na tentativa de excluí-los do processo político no novo



regime então introduzido. Atribuir o apelido aos revolucionários, no entanto, possibilitou que eles ganhassem simpatia – os próprios rebeldes passaram a se denominar maragatos –, e, em 1896, chegou a circular um jornal que levava esse nome³. Os maragatos adotaram o lenço vermelho como símbolo de sua facção política.

Em sentido oposto, eram chamados de “pica-paus” os opositores dos maragatos no Rio Grande do Sul. O motivo da alcunha procedia dos chapéus usados pelos militares que apoiavam essa facção, os quais possuíam uma faixa branca que, segundo os revolucionários, eram semelhantes a um tipo de pica-pau, espécie de ave recorrente na região Sul do Brasil⁴.

O Partido Republicano Rio-grandense (PRR) era minoria por ocasião da proclamação da República, e somente chegou ao poder devido às mudanças na política nacional. Adepto do presidencialismo e com forte influência positivista, sob a liderança de Júlio de Castilhos, o partido defendia um governo estadual forte e centraliza-

do no poder executivo, tendo, em contrapartida, uma ampla autonomia dos estados. Com base em Augusto Comte, o PRR defendia o princípio de que cada estado era uma “pequena pátria”⁵. Sua base social era a elite recente do Rio Grande do Sul, estabelecida principalmente no litoral e na serra gaúcha.

Fig. 1 – Gaspar Silveira Martins, líder do Partido Federalista



Fonte: Wikimedia-Wikicommons.

Do outro lado, encontrava-se o Partido Federalista, fundado em 1892 por Gaspar Silveira Martins (Fig. 1). Em tese, o partido defen-



dia o sistema parlamentar de governo e a revisão da Constituição, pretendendo o fortalecimento do Brasil como União Federativa⁶. Para os federalistas, o governo federal deveria ser democratizado, possibilitando acesso às oligarquias regionais, o que seria possível em um governo colegiado parlamentarista. Este grupo tinha origem nos liberais do período monárquico, e sua base social provinha dos grandes estancieiros da campanha gaúcha.

IRROMPE O MOVIMENTO

Entre os fatores que contribuíram para a eclosão do movimento, destaca-se o ideológico, opondo o positivismo republicano ao liberalismo dos federalistas. A eleição de Júlio de Castilhos para a presidência do estado evidentemente acirrou os ânimos entre os maragatos, que se rebelaram e pegaram em armas⁷. A instabilidade política chegou a um ponto insustentável e, para os federalistas, era preciso

libertar o Rio Grande do Sul da tirania de Júlio de Castilhos.

Em janeiro de 1893, formou-se a União Nacional Federalista, aglutinando grupos oposicionistas diversos, sob a liderança do general João Nunes da Silva Tavares, o “Joca Tavares”, Barão de Itaqui (Fig. 2), mentor do federalismo no campo militar⁸. Juraram lutar contra adeptos de Júlio de Castilhos. Aos federalistas, juntaram-se Gaspar da Silveira Martins e o general Gumercindo Saraiva (Fig. 3).

A União Federalista possuía reivindicações nos âmbitos nacional e estadual:

- Em nível nacional, reclamava a instituição, na República, do sistema de governo parlamentar que havia vigorado na monarquia;

- no plano estadual, defendia o retorno de um governo representativo, com a eliminação do autoritarismo castilhista. Planejava proibir a reeleição do governante, instituir uma câmara legislativa, e não simplesmente autoritária. Visava, ainda, dar autonomia aos municípios.



No dia 2 de fevereiro de 1893, os federalistas partiram abertamente para o confronto armado.

mercindo Saraiva, alcunhado de “Leão dos Pampas”, e integrado por três mil homens, aproximada-

Fig. 2 e 3 – Lideranças militares maragatas:
Gen Joca Tavares (esq.) e Gen Gumercindo Tavares



Fonte: Wikimedia-Wikicommons.

PRIMEIRA INVASÃO FEDERALISTA

Com quatrocentos homens reunidos no Uruguai, o caudilho Gumercindo Saraiva entrou em solo gaúcho em fevereiro de 1893, logo após a posse de Júlio de Castilhos como presidente do estado. Tais forças juntaram-se às do General Joca Tavares, formando, no Rio Grande do Sul, o Exército Libertador, comandado por Gu-

mente⁹.

Diante da inflamação da revolta, preocupado com a gravidade da situação política no Rio Grande do Sul e temendo pela estabilidade do próprio regime republicano, o Presidente da República, marechal Floriano Peixoto, enviou tropas federais, sob o comando do General Hipólito Ribeiro, para socorrer Júlio de Castilho¹⁰.

As forças republicanas consistiam nas tropas regulares do Exér-



cito, Brigada Militar, voluntários civis e corpos de patriotas. Para dar combate aos maragatos federalistas, foram organizadas três divisões: a do norte, a da capital e a do centro.

Imediatamente após a invasão, as tropas de Gumerindo Saraiva se incorporaram à divisão do General Joca Tavares, que iniciou uma marcha em direção a Santana do Livramento – o primeiro objetivo dos federalistas. No percurso, atacaram e ocuparam a cidade de Dom Pedrito. Outras tropas também marcharam sobre Santana do Livramento, mas falharam na tentativa de conquistar a cidade. De Dom Pedrito, os federalistas iniciaram uma série de ataques relâmpagos contra vários pontos do estado, visando à desestabilização de posições em poder dos legalistas.

Em Uruguaiana, o senador José Pinheiro Machado, que havia deixado a sua cadeira no Senado Federal para juntar-se às forças republicanas¹¹, estruturava uma brigada mista para combater os rebeldes. Gumerindo Saraiva, ao tomar ciência de tais preparativos,

decidiu cercar a cidade a fim de neutralizar a brigada. Mas, socorrida pela Divisão Norte, Uruguaiana foi preservada.

A primeira derrota significativa dos maragatos foi em maio de 1893, junto ao arroio Inhanduí, em Alegrete, quando suas forças foram repelidas pela Divisão Norte, liderada pelo general Frederico Rodrigues Lima e pelo senador Pinheiro Machado. Embora não tenha produzido resultado conclusivo, de acordo com Donato¹² o violento combate demonstrou a incapacidade dos federalistas em obter a vitória no campo militar. Como resultado imediato, a coluna liderada por Gumerindo Saraiva, constituída por cerca de 1.100 homens, permaneceu no Brasil, enquanto os demais revolucionários internaram-se no Uruguai.

SEGUNDA INVASÃO FEDERALISTA

Em 17 de agosto de 1893, na região das Missões, teve início a segunda invasão federalista ao



território brasileiro. Quando se encontrava em Cerro do Vacanguá, em setembro do mesmo ano, Gumerindo Saraiva tomou conhecimento da revolta da Armada no Rio de Janeiro. Animado por mais uma força que se levantava contra o governo de Floriano Peixoto e julgando equivocadamente que todas as unidades da Armada se tornariam automaticamente aliadas dos federalistas, buscou estabelecer contato com as que estivessem mais próximo. Nesse sentido, atravessou o Rio Ibicuí no Passo da Liberdade e atacou Itaqui, com a intenção de juntar-se com os navios da Flotilha do Alto Uruguai lá estacionados. No entanto, de acordo com Donato¹³, as embarcações da Marinha acolheram o contingente governista local e, como consequência, Gumerindo retomou sua marcha para o norte.

Em novembro de 1893, liderados pelo general Joca Tavares, cerca de 3 mil federalistas atacaram Bagé, cercando um efetivo do Exército Brasileiro e provocando o abandono da cidade, por uma população estimada em 20 mil pesso-

as. Sob o comando do coronel Carlos Maria da Silva Telles, os republicanos estabeleceram trincheiras na Praça da Matriz, e resistiram ao cerco por 47 dias. A notícia de que duas colunas do Exército se aproximavam de Bagé para socorrer os republicanos fez com que os federalistas se retirassem¹⁴.

Os federalistas ocuparam as chácaras do subúrbio da cidade, o Teatro 28 de Setembro, a Beneficência Italiana, o Mercado Público e até os quartéis da cidade, que ficaram sob controle dos maragatos. A exceção foi a praça da Matriz, onde o coronel Carlos Telles manteve a posição, no auge do conflito¹⁵.

Motivados com a Revolta da Armada, os maragatos decidiram avançar para o norte, em direção a Santa Catarina e Paraná, de onde poderiam investir, futuramente, contra a capital federal. Para tal, contaram com o apoio do almirante Custódio de Melo, líder do movimento rebelde na Marinha, que conquistou as cidades de Desterro, atual Florianópolis, e Curitiba. No comando geral das forças federalis-



tas estava o general Gumercindo Saraiva que, em Curitiba, encontrou-se com Custódio de Melo¹⁶.

Ciente da movimentação federalista em direção ao norte, o Governo Federal designou, no início do ano de 1894, o coronel Antônio Ernesto Gomes Carneiro para bloquear o avanço dos revoltosos. Mesmo consciente da inferioridade numérica de suas tropas, o coronel Gomes Carneiro foi ao encontro dos adversários, conseguindo detê-los na cidade da Lapa (Fig. 4), a sessenta quilômetros a sudoeste de Curitiba, onde protagonizou, com sua tropa, um dos mais heroicos episódios da História Militar do Brasil.

O CERCO DA LAPA

Os federalistas já haviam tomado Florianópolis, que ficou sendo a capital da República Federalista. A tropa federal, apoiada por unidades policiais paranaenses, rumou para o campo da luta, seguindo pela Lapa e alcançando o Rio Negro. Nessa mesma ocasião,

chegou a notícia de que os federalistas avançavam pela estrada da com cerca de 3 mil homens. Em 19 de novembro, os federalistas tentaram tomar a passagem do Rio Negro, mas foram repelidos.

No dia 21, um piquete de cavalaria do Regimento de Segurança do Paraná, sob o comando do capitão Custódio Rollemberg, teve destacada atuação ao travar violentos combates com as forças revolucionárias. Como continuava cerrado o fogo de artilharia em Rio Negro, o general Argolo, comandante das forças federais na região, decidiu retirar-se para a linha do Rio da Várzea e seguir para a cidade da Lapa, que seria o ponto de concentração das tropas legalistas. No Rio da Várzea encontraram a ponte destruída pelos revolucionários, mas a mesma foi reconstruída rapidamente pelo engenheiro Hercílio Luz¹⁷.

No dia 23 de novembro de 1893, o general Argolo com sua coluna chegou à Lapa, onde foi substituído pelo coronel Antônio Ernesto Gomes Carneiro, e o comando de todas as operações foi



entregue ao general Antônio José Maria Pego Júnior. Carneiro assumiu o seu posto e ordenou a resistência a todo o custo. Seu efetivo era de mais ou menos 900 homens, incluindo 11 oficiais e 174 praças do Regimento de Segurança do Paraná¹⁸.

Fig. 4 – O coronel Ernesto Gomes Carneiro liderou a resistência na Lapa. Pagou com a vida, mas permitiu a contenção da Revolução Federalista.



Fonte: Exército Brasileiro

Em meados de janeiro de 1894, os comandantes maragatos Torquato Severo e José Serafim de Castilhos, o “Juca Tigre”, iniciaram operações de cerco contra

Lapa. A cidade havia sido fortificada pelo coronel Gomes Carneiro, que tinha ordens de impedir a qualquer custo a progressão dos federalistas em direção a São Paulo e ao Rio de Janeiro. No dia 17, os federalistas realizaram um ataque coordenado contra o perímetro defensivo da cidade, investindo contra diversas posições simultaneamente.

Nas posições denominadas Engenho e Cemitério, uma bateria conseguiu rechaçar o ataque, resultando em dez federalistas mortos. No dia seguinte, no entanto, a artilharia dos maragatos empenhou-se em bater essas duas posições¹⁹.

No dia 26, os revoltosos conseguiram conquistar dois objetivos importantes no centro da cidade. Desalojaram os legalistas que defendiam a Rua das Tropas e o Alto da Lapa. Nesses locais, os maragatos instalaram metralhadoras em posições que podiam dominar as ruas centrais da cidade. Em outro local, conseguiram aprisionar a maior parte da cavalaria dos sitiados, cerca de 650 animais, deixan-



do-os sem meios de transporte para a munição, alimentação e artilharia.

Um novo ataque federalista, desta vez realizando um duplo envolvimento contra o já castigado centro da cidade, foi realizado em 7 de fevereiro. Na ocasião, o coronel Gomes Carneiro foi gravemente ferido quando orientava a defesa de uma das posições de artilharia. Em seu lugar assumiu a defesa de Lapa o civil Joaquim Lacerda, o qual conseguiu repelir o ataque. O insucesso do avanço esmoreceu o ímpeto dos maragatos que, depois de dez horas de combate, tiveram cinquenta e quatro mortos. Donato²⁰ assinalou que o coronel Gomes Carneiro morreu dois dias depois, ainda emitindo ordens e recomendando a seus homens a continuação da resistência.

A batalha deu ao marechal Floriano Peixoto, Presidente da República, tempo suficiente para reunir forças e posicioná-las no corte do Rio Itararé, detendo as tropas federalistas. Ao todo, pouco mais de seiscentos homens, entre forças regulares e civis voluntários, lutando durante vinte e seis dias

contra as forças revolucionárias formadas por mais de três mil combatentes. A obstinada resistência oposta às tropas federalistas na cidade de Lapa frustrou as pretensões rebeldes de chegarem à capital da República.

A resistência da Lapa representou a contenção da revolução, cujos líderes constataram ser impossível investir contra o Rio de Janeiro, então Capital Federal.

APÓS A LAPA, NOVOS COMBATES

Depois do insucesso de cerco da lapa, os federalistas retraíram em três colunas, com uma junção prevista no sul de Santa Catarina na confluência dos rios Pelotas e do Peixe. O deslocamento foi extremamente penoso e acidentado, devido ao terreno e à dificuldade no transporte de feridos. No ponto de junção previsto, verificou-se que uma das colunas federalistas, a comandada por Juca Tigre, não chegara, tendo sido dispersada ainda no Paraná. Apesar do revés,



Gumercindo Saraiva reuniu as colunas restantes e prosseguiu com operações ofensivas enquanto retraía.

No dia 27 de junho de 1894, na localidade chamada Pulador, nas proximidades de Passo Fundo, cerca de 4.600 homens entraram em violento combate, o qual perdeu por mais de seis horas, com grande número de baixas nos dois lados, terminando com os beligerantes sem munição e lutando no corpo-a-corpo. Os legalistas contavam com cerca de 3 mil homens, entre os voluntários do senador Pinheiro Machado, liderados por seu irmão Salvador Pinheiro Machado, contra 1.600 revolucionários federalistas²¹. O saldo final de mortos e feridos é incerto, mas a maioria das fontes estima entre 800 a 1.000 mortos, destacando-se o fato de que não houve prisioneiros. Os sobreviventes de ambos os lados esconderam-se em matas próximas²².

Em seu retraimento para o sul, os federalistas receberam a adesão de aproximadamente uma centena de marinheiros liderados pelo almi-

rante Saldanha da Gama. Quase um ano depois, em 24 de junho de 1895, ocorreu o Combate de Campo Osório, travada entre os federalistas e as tropas legalistas na região setentrional do Brasil.

Fig. 4 – O general Hipólito Ribeiro, enviado pelo Governo federal, conseguiu sufocar com suas tropas a Revolução Federalista.



Fonte: *Revista Illustrada*, n. 659, 1893

Os rebeldes, comandados pelo almirante Luís Filipe de Saldanha da Gama, líder da Segunda Revolta da Armada, foram derrotados pelas tropas do general Hypolito Ribeiro (Fig. 5) em Campo Osório, em uma região próxima à fronteira com o Uruguai e ao norte do Rincão de Artigas, dentro do território muni-



principal de Sant'Ana do Livramento, no Rio Grande do Sul. Junto aos federalistas, também lutaram marinheiros seguidores do almirante desde a Revolta da Armada. A batalha resultou na morte de Saldanha da Gama, um dos principais líderes dos federalistas, e resultou no enfraquecimento estrutural da revolução²³.

O general Gumercindo Saraiiva e seu exército marcharam pelos três estados do Sul do país, percorrendo mais de 3 mil km a cavalo, desde a saída de Jaguarão até o retorno ao Sul do Brasil.

No dia 10 de agosto de 1894, as tropas governistas da Divisão Norte alcançaram os revoltosos em sua marcha para o Sul, na localidade de Carovi. Na ocasião, o general maragato foi morto em uma emboscada, com um tiro no peito²⁴. Em uma guerra marcada pela brutalidade de ambos os lados, dois dias após seu sepultamento, no cemitério de Sagrado Antônio de Capuchinhos, hoje município de Itacurubi, seu corpo foi retirado da tumba sua cabeça foi decepada e carregada em um chapéu do gover-

nador Júlio de Castilhos. Posteriormente, seu corpo foi levado e sepultado no cemitério municipal de Santa Vitória do Palmar, na fronteira com o Uruguai, sem a cabeça²⁵.

TERCEIRA INVASÃO FEDERALISTA E O FIM DA REVOLUÇÃO

Com Gumercindo, morria a revolução. Em meados de 1895, deu-se a terceira grande invasão do Rio Grande do Sul, por 3.000 federalistas, sendo atacados e derrotados, em todas as partes, pelas tropas governistas. A solução para o conflito, entretanto, acabou sendo política, e não militar. Em 23 de agosto do mesmo ano, já sob a presidência de Prudente de Moraes, foi assinada em Piratini a ata de pacificação, oportunidade na qual o general Inocêncio Galvão de Queiroz, representante do Presidente da República, ajustou uma paz honrosa com o general João Nunes da Silva Tavares.



Durante a Revolução Federalista, foram realizadas operações militares de vulto, com a participação de grandes efetivos, além do emprego de ações de guerra irregular. Logo após o combate de Inhanduí, em 1893, diante do resultado inconclusivo e de verificar a incapacidade de vencer os legalistas com os meios mobilizados, o General Gumercindo Saraiva partiu para a prática da guerrilha, evitando combates decisivos, empreendendo uma guerra de movimento e procurando dispersar ou dividir as forças adversárias.

É possível verificar o sucesso dessas táticas por ocasião do cerco de Uruguaiana, quando os federalistas conseguiram sair da armadilha organizada pelos legalistas e, ao mesmo tempo, desorganizaram suas tropas. Outras táticas não convencionais foram empregadas. Durante o ataque federalista a Passo Fundo, em 1894, os rebeldes aproveitaram o vento favorável e atearam fogo na campina em que se encontravam os governistas, destruindo-lhes a munição e obrigando-os a recuar.

A preocupação em tirar vantagem dos recursos logísticos do inimigo também é observada por ocasião do combate de Cerro do Ouro, perto de São Gabriel, em agosto de 1894. Cerca de 2 mil maragatos, sob o comando de Gumercindo Saraiva, impuseram uma derrota definitiva a voluntários civis. Conforme Donato²⁶, com o custo de apenas doze baixas, os federalistas conseguiram capturar centenas de armas, 125.000 tiros de munição, carretas, provisões e até mulheres. Tática semelhante foi empregada durante o Cerco da Lapa, quando os maragatos privaram as tropas governistas de suas montarias, deixando-as sem transporte.

As tropas legalistas, por sua vez, chegaram a empregar, com eficiência, táticas defensivas já em desuso na Europa. Durante o ataque federalista a Passo Fundo, a infantaria governista utilizou a tática de formar o quadrado para defender-se da cavalaria rebelde. O dispositivo funcionou muito bem, provocando numerosas baixas



Fig. 5 – A Revolução Federalista foi marcada pela extrema violência, particularmente pela prática da degola, perpetrada tanto por maragatos, como por pica-paus. A única fotografia existente mostrando uma degola, pertencente à Biblioteca Nacional, revela o cabo legalista Sebastião Juvêncio prestes a degolar um maragato capturado em 1894, logo após combate em Ponta Grossa, Paraná.



Fonte: Biblioteca Nacional.

entre os atacantes e preservando a integridade da infantaria.

A REVOLUÇÃO DA DEGOLA

Aqui, especialmente, reside um episódio obscuro, ou, no mínimo, pouco explorado de nossa

História Militar. O movimento revolucionário interno, que assumiu característica de guerra civil, foi especialmente violento, e deixou pelo menos 10 mil mortos, além de inúmeros feridos. As decapitações de prisioneiros foram frequentes em ambos os lados, assumindo um caráter de vingança



(Fig. 5). O tenente-coronel maragato Adão Latorre²⁷ é há muito responsabilizado pelo massacre de 300 "pica-paus" que se tornaram seus prisioneiros às margens do Rio Negro, e mantidos em um adobe, uma espécie de curral de pedra para gado, denominado "Potreiro das Almas" (hoje, um bairro de Bagé).

No entanto, este fato é confrontado por alguns documentos históricos, como o diário do general maragato João Nunes da Silva Tavares, que menciona um total de 300 vítimas inimigas, incluindo mortos em combate e feridos. O general afirmou que os decapitados foram 23 "patriotas", membros da força provisória castelhana, todos assassinos conhecidos no Estado, por crimes contra os adeptos do federalismo, especialmente durante o cerco de Bagé, no final de 1892, pelas forças dos coronéis castilhistas Pedroso e Motta²⁸.

No dia 5 de abril, durante o Combate do Boi Preto, 250 maragatos foram massacrados em vingança em retaliação pelo massacre do Rio Negro. Na ocasião, o "pica-

pau" Cherengue rivalizou com Latorre no número de cortes na garganta realizados²⁹.

As atrocidades não se limitaram à degola. De acordo com Reverbel, o major Menandro, oficial legalista, foi preso em Curitiba por tropas federalistas após o cerco da Lapa, onde combatera. Foi obrigado a cavar sua própria sepultura e, em seguida, teve suas mãos decepadas. Na sequência, foi degolado, jarretado como "boi de açougue" e atirado na cova, cova, juntamente com pedaços de outros cadáveres republicanos³⁰.

A morte do Barão do Serro Azul, Ildefonso Pereira Correia, que apoiava mas não combatia pela causa federalista, e de mais cinco de seus companheiros, também foi um exemplo da violência extrema do conflito. Acordados no meio da noite, foram colocados em um vagão de carga e fuzilados pelas tropas legalistas no quilômetro 65 da linha ferroviária que liga Curitiba a Paranaguá³¹.

Revestida de elevado grau de crueldade, em uma degola geralmente a vítima tinha seus pés e



mão amarrados, era colocada de joelhos e tinha sua cabeça inclinada para trás, expondo a garganta, que era cortada de uma vez, “de orelha a orelha”, para uma morte rápida, ou apenas com dois pequenos cortes nas artérias carótidas, quando se pretendia que o executado morresse em sofrimento prolongado, e não de uma vez.

A prática era acompanhada, frequentes vezes, por humilhações, incluindo, em alguns casos, a castração da vítima, antes de sua execução. Tal comportamento pode ser associado aos ressentimentos acumulados por décadas; às tarefas comuns na campanha gaúcha, que envolviam o abate do gado; bem como ao estilo de vida rude. De qualquer forma, a prática da degola marcou a Revolução Federalista. O extremo grau de violência dificultou, até mesmo, a pesquisa acerca do movimento, na medida em que foi considerado uma forma de tabu nas lides acadêmicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução Federalista trouxe ao Brasil e, em particular, ao Sul do país, importantes consequências. A derrota dos maragatos afirmou a supremacia republicana, inaugurando no Rio Grande do Sul um clima de aparente estabilidade com a hegemonia do PRR, mas com latente crise que voltaria em nova revolta, em 1923. Ainda no Rio Grande do Sul, o castilhismo consolidou-se como corrente política que influenciou o estado por quase quatro décadas.

A revolução provocou incalculáveis prejuízos materiais e grande quantidade de perda de vidas, traumatizando a sociedade riograndense por muitos anos. Os ressentimentos e antagonismos entre grupos políticos e sociais não foram eliminados, pelo contrário, aumentaram com a violência praticada. No cenário nacional, o regime republicano venceu seu primeiro desafio, ainda que com o uso da força e de todo aparato político-militar do Brasil.



O resultado da Revolução Federalista contribuiu diretamente para a consolidação da República. O custo em vidas e o grau de violência, porém, foi muito alto, o que levou Glauco Carneiro, em sua *História das revoluções brasileiras*³², a nomeá-la como “guerra maldita”.

De qualquer forma, sob o espectro da guerra, estava inaugurada a República brasileira, a qual teria que enfrentar, ainda, muitos conflitos internos até sua efetiva implantação.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves. Revolução Federalista. *Atlas Histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, [s./d.].

AXT, Gunter (Org.). *Julio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2011.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *História do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2013.

CALDAS, Honorato. *Apoteose do almirante Saldanha da Gama*. Rio

de Janeiro: Tipografia e Papelaria de Alex Villela, 1896.

CARNEIRO, David. *O Paraná e a Revolução Federalista*. Curitiba: Indústria Gráfica Gonçalves, 1982.

CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções brasileiras*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DIAS, Cléber Eduardo. O cerco de Bagé. *Jornal Minuano*, Bagé, 3 set. 2013.

DONATO, Hernâni. *Dicionário das batalhas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ibrasa, 1987.

FONTTES, Carlos. O filho ilustre de Canguçu, general Hipólito Pinto Ribeiro. *Academia Canguçuense de História*, nov. 2010. Disponível em <<http://acandhis.blogspot.com/2010/11/o-filho-ilustre-de-cangucu-general.html>>. Acesso em 10 out. 2023.

FROTA, Guilherme de Andréa. *Quinhentos anos de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.



GOYCOCHEA, Luiz Felipe Castilhos. *Gumercindo Saraiva na guerra dos Maragatos*. Rio de Janeiro: Editora Alba, 1943.

LACERDA, Francisco Brito. *Cerco da Lapa: do começo ao fim*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

LOPES, Raimundo Hélio. *Joca Tavares*. CPDOC/FGV. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TAVARES,%20Joca.pdf>>. Acesso em 10 out. 2023.

MEDEIROS, Rostand. Pinheiro Machado: o chefe secreto da República Velha. *Tok de História*, 28 nov. 2018. Disponível em <<https://tokdehistoria.com.br/tag/batalha-de-passo-fundo/>>. Acesso em 10 out. 2023.

PÉREZ, Laureano Manuel. *Los maragatos: origen, mitos y realidades*. León: Universidad de León, 2003.

PESAVENTO, Sandra. *A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: a trajetória do parlamento gaúcho*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. *Revolução Federalista*. Disponível em <<https://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Revolucao-Federalista>>. Acesso em 10 out. 2023.

REVERBEL, Carlos Eduardo Dieder. *A revolução federalista e o ideário parlamentarista*. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-21012015-085452/>>. Acesso em: 15 out. 2023.

SILVA, Cyro. *Pinheiro Machado*. Rio de Janeiro: Livraria Tupã Editora, 1951.

SILVEIRA, Mauro Cesar. Livro-reportagem reconta a vida de Latorre, notório degolador da Revolução Federalista. *Jornalismo e História*, Sevilha, 10 mar. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PASSO FUNDO. *Exposição no MHR Capítulos da História de Passo Fundo Parte II: Revolta Federalista (1893-1895) na região*, 22 jul. 2016. Disponível em <<https://www.upf.br/noticia/exposicao-no-mhr-capitulos-da-historia-de-passo-fundo-parte-ii-revolta>>.



federalista-1893-1895-na-regiao>.
Acesso em 10 out. 2023.

VILLALBA, Epaminondas. *A Revolta da Armada de 6 de setembro de 1893*. Rio de Janeiro/São Paulo: Laemmert & Co., 1897.

¹ FROTA, Guilherme de Andréa. *Quinhentos anos de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000, p. 488-489.

² PÉREZ, Laureano Manuel. *Los maragatos: origen, mitos y realidades*. León: Universidad de León, 2003.

³ UNIVERSIDADE FEDERAL DE PASSO FUNDO. *Exposição no MHR Capítulos da História de Passo Fundo Parte II: Revolta Federalista (1893-1895) na região*, 22 jul. 2016. Disponível em <<https://www.upf.br/noticia/exposicao-no-mhr-capitulos-da-historia-de-passo-fundo-parte-ii-revolta-federalista-1893-1895-na-regiao>>. Acesso em 10 out. 2023.

⁴ Ibid.

⁵ PESAVENTO, Sandra. *A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: a trajetória do parlamento gaúcho*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.

⁶ CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁷ AXT, Gunter (Org.). *Julio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2011.

⁸ LOPES, Raimundo Helio. *Joca Tavares*. CPDOC/FGV. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TAVARES,%20Joca.pdf>>. Acesso em 10 out. 2023.

⁹ ABREU, Alzira Alves. *Revolução Federalista. Atlas Histórico do Brasil*. Rio de Janeiro; FGV/CPDOC, [s./d.].

¹⁰ FONTTES, Carlos. O filho ilustre de Canguçu, general Hipólito Pinto Ribeiro. *Academia Canguçuense de História*, nov. 2010. Disponível em <<http://acandhis.blogspot.com/2010/11/o-filho-ilustre-de-cangucu-general.html>>. Acesso em 10 out. 2023.

¹¹ SILVA, Cyro. *Pinheiro Machado*. Rio de Janeiro: Livraria Tupã Editora, 1951.

¹² DONATO, Hernâni. *Dicionário das batalhas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ibrasa, 1987.

¹³ Ibid.

¹⁴ DIAS, Cléber Eduardo. O cerco de Bagé. *Jornal Minuano*, Bagé, 3 set. 2013.



¹⁵ Ibid.

¹⁶ VILLALBA, Epaminondas. *A Revolta da Armada de 6 de setembro de 1893*. Rio de Janeiro/São Paulo: Laemmert & Co., 1897.

¹⁷ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. *Revolução Federalista*. Disponível em <<https://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Revolucao-Federalista>>. Acesso em 10 out. 2023.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ LACERDA, Francisco Brito. *Cerco da Lapa: do começo ao fim*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

²⁰ DONATO, op.cit.

²¹ MEDEIROS, Rostand. Pinheiro Machado: o chefe secreto da República Velha. *Tok de História*, 28 nov. 2018. Disponível em <<https://tokdehistoria.com.br/tag/bat-alha-de-passo-fundo/>>. Acesso em 10 out. 2023.

²² Ibid.

²³ CALDAS, Honorato. *Apoteose do almirante Saldanha da Gama*. Rio de Janeiro: Tipografia e Papelaria de Alex Villela, 1896.

²⁴ GOYCOCHEA, Luiz Felipe Castilhos. *Gumercindo Saraiva na guerra dos Maragatos*. Rio de Janeiro: Editora Alba, 1943.

²⁵ Ibid.

²⁶ DONATO, op.cit.

²⁷ SILVEIRA, Mauro Cesar. Livro-reportagem reconta a vida de Latorre, notório degolador da Revolução Federalista. *Jornalismo e História*, Sevilha, 10 mar. 2010.

²⁸ Ibid.

²⁹ BARBOSA, Fidélis Dalcin. *História do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2013.

³⁰ REVERBEL, Carlos Eduardo Dieder. *A revolução federalista e o ideário parlamentarista*. 2014. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-21012015-085452/>>. Acesso em: 15 out. 2023.

³¹ CARNEIRO, David. *O Paraná e a Revolução Federalista*. Curitiba: Indústria Gráfica Gonçalves, 1982.

³² CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções brasileiras*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

A Revolta da Armada (1893)

Guilherme Mattos de Abreu ^a

Resumo: A Revolta da Armada foi um conflito significativo que ocorreu no Brasil entre 1893 e 1894, logo após a Proclamação da República. Envolveu a Marinha do Brasil, insatisfeita com o governo de Floriano Peixoto. Os revoltosos, liderados por almirantes e oficiais, contestavam a centralização do poder, a falta de autonomia das unidades navais e a concentração do governo republicano no Rio de Janeiro. A revolta foi marcada por combates navais, bloqueios de portos e cerco às cidades. Apesar de inicialmente forte, a Revolta da Armada acabou derrotada, consolidando o poder centralizado do governo republicano e marcando um episódio crucial na consolidação da República Velha no Brasil.

Palavras-chave: Revolta da Armada, Primeira República, forças armadas.

INTRODUÇÃO

A República foi proclamada em decorrência de um movimento relativamente pacífico. Entretanto, aos 15 de novembro de 1889 seguir-se-ia um período turbulento e violento que mergulharia o País em uma era de incertezas, a qual perduraria por décadas.

Contrastou com o Período Monárquico, em que o Imperador representara uma figura aglutina-

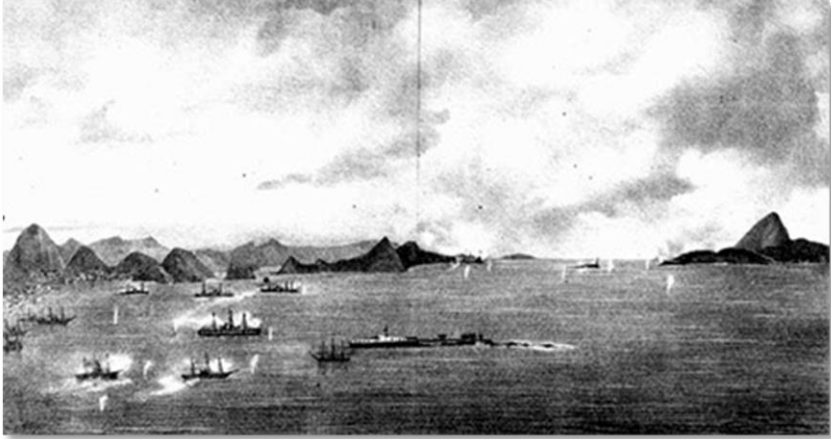
dora. Em seu lugar, assumiu o governo o marechal Manuel Deodoro da Fonseca, um chefe militar valoroso e respeitado, mas inexperiente como político e debilitado fisicamente. Sem o fator agregador da monarquia, os sentimentos locais represados não tardaram a manifestar-se.

A primeira eleição para presidente e vice-presidente foi realizada em 25 de fevereiro de 1891, de forma indireta por um Congresso

^a Contra-almirante, doutor em Ciências Navais. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Fig. 1 – Desenho retratando o duelo de artilharia entre os navios revoltosos e fortalezas, em 13 de setembro de 1893. Ao centro, vê-se a Fortaleza de Villegagnon. À sua esquerda, o maior navio em destaque é o encouraçado *Aquidabã*, facilmente identificado pelos seus três mastros.



Fonte: *Revista Illustrada*, foto de Ângelo Agostini. Acervo Brasileira Fotográfica.

Constituinte. Apresentaram-se três chapas: para presidente, o marechal Deodoro da Fonseca, tendo como candidato a vice-presidente o almirante Eduardo Wandenkolk; o senador paulista Prudente de Moraes, tendo como vice o marechal Floriano Peixoto; e, na terceira chapa, os políticos pernambucanos Joaquim Saldanha Marinho; e José Higino Duarte Pereira, respectivamente. Como se votava separadamente para presidente e vice-

presidente ocorreu que os marechais Deodoro e Floriano Peixoto, de chapas distintas, fossem eleitos. A República herdara um País territorialmente íntegro e estável, em comparação com os seus vizinhos de origem hispânica. Entretanto, o Brasil era muito pobre, à luz de seus indicadores econômicos, sendo grandes as assimetrias sociais. A economia era pouco diversificada, com exportações concentradas em poucos produtos, como o café e



a borracha, e muito dependente do capital estrangeiro. A população, de cerca de 14,3 milhões de habitantes, era predominantemente rural e pouco instruída, sendo 82,6 % analfabetos¹. O País dispunha de mão de obra ociosa, visto que os escravos libertos não foram assimilados pelo mercado de trabalho.

Fig. 2 – Canhão Whitworth calibre 70 libras, fabricado em 1866, componente da bateria do Forte de São José, parte da Fortaleza de São João².



Fonte: Foto do autor.

O País era como se fosse um arquipélago – e assim continuaria por muito tempo –, pois eram poucas as vias de comunicações terrestres e os únicos acessos relevantes para o fluxo de pessoas e mercado-

rias eram as vias marítimas ou fluviais, uma vez que a maioria das cidades de alguma importância concentrava-se junto ao litoral ou, se no interior, às margens dos rios. Era também o mar uma via potencial para as ameaças, fosse do ativo imperialismo europeu, que se manifestara na América por diversas vezes ao longo do século XIX, ou as recorrentes tensões com a Argentina.

Note-se que as preocupações do Brasil no Prata, as quais se vinculavam tais tensões, não eram um capricho ou simples herança da rivalidade entre Portugal e Espanha, mas impositivas. Para o Brasil, era crucial manter a livre navegação no rio da Prata como forma de ter acesso desimpedido a Mato Grosso. A província poderia ficar isolada, caso a Argentina incorporasse o Uruguai e o Paraguai, pois passaria a controlar a foz do rio da Prata e ambas as margens de seus principais tributários.

Por este motivo, ao longo do Segundo Reinado, fase de relativa paz interna, o foco da política externa brasileira fora garantir inte-



gridade territorial e prevenir o surgimento de um adversário político capaz de colocar em risco a segurança e primazia do País em âmbito regional.

A partir da segunda metade do século, a Argentina teria excepcional desenvolvimento econômico, em decorrência do incremento da exportação de produtos agropecuários, o que desbalanceava significativamente as relações de poder no cenário da nascente República. Para agravar as tensões, havia a Questão de Palmas com a Argentina³.

As forças armadas passavam por um processo crescente de politização e encontravam-se em estado de limitada proficiência, tanto por estarem desatualizadas, como por sofrerem penúria material e organizacional. A politização dos militares, que já se observava no Império, acentuar-se-ia com o advento da República, uma vez que setores das elites passaram a buscar cooptar parcela da oficialidade em

prol de seus projetos de poder. As tensões perdurariam por décadas, mesmo após a estabilização do regime.

A Marinha era pouco propensa às contendas políticas e teve atuação tímida no episódio da Proclamação⁴. Ganharia, injustamente, fama de monarquista, principalmente em função do envolvimento de parte de seus integrantes nas crises subsequentes, em oposição ao governo. Na verdade, assim como no Exército, existiam facções monarquistas e republicanas (ou mesmo com diferentes visões em relação à concepção do que era uma República) em seu meio. Diversos oficiais da Marinha compartilhavam o sentimento de que a República abriria novos horizontes para o Brasil. A comunidade naval respeitava o Império e as suas realizações e venerava o Imperador, mas as ideias republicanas que grassavam em meio à intelectualidade também a atingiu.



Na noite de 14 de novembro, véspera, portanto, do movimento, Benjamim Constant participou de uma reunião com oficiais republicanos, no Clube Naval. O então capitão de mar e guerra Custódio de Melo, comandante do cruzador *Almirante Barroso*, em viagem de instrução, recebeu telegrama do novo governo dando conta da proclamação e da nova bandeira, ainda provisória (as Armas do Império foram substituídas por uma estrela vermelha). Mandou confeccioná-la. Em alocução à tripulação, disse que a República alvitava dias melhores para o País, citando os Estados Unidos como exemplo. A bordo, encontrava-se o jovem Príncipe D. Augusto Leopoldo, oficial do navio e neto do imperador, que seria licenciado e desembarcaria no Ceilão⁵. Anteri-

ormente, a insatisfação de Custódio com relação ao progresso na carreira gerou comentários em correspondência pessoal remetida do teatro de operações, na Guerra da

Fig. 3 - Oficiais da Armada Imperial do Brasil. Sentados, Príncipe D. Augusto (à esq.) e Almirante Eduardo Wandenkolk (ao centro), c.1889.



Fonte: Felipe (Filippo) Fidanza (????-1904), apud LAGO, Pedro Correa do. *Coleção Princesa Isabel*: fotografia do século XIX. Capivara, 2008.

Tríplice Aliança, os quais demonstravam a sua insatisfação e indicavam que suas convicções monárquicas não eram fortes⁶. Ainda assim, prestigiado, fruto de seus conhecimentos técnicos em artilharia, teve papel destacado no pro-



gresso da Marinha no pós-guerra, quando recuperou a capacidade oceânica, agora “mecanizada e metalizada”⁷.

Fig. 4 - O ministro da Marinha, almirante José da Costa Azevedo, Barão de Ladário.



Fonte: DPHDM.

O ministro da Marinha, almirante José da Costa Azevedo, Barão de Ladário, personagem que, atingido por tiros, batizaria com seu sangue o 15 de novembro de 1889, também participara de um

evento relacionado ao movimento republicano em seus primórdios. Na época capitão-tenente, José da Costa Azevedo não assinou o Manifesto Republicano de 1870, por ter sido dispensado por seus organizadores, visto achar-se em serviço ativo. Orgulhoso e impetuoso, em 1889, o barão reagiu armado à ordem de prisão dada por um tenente, a mando de Deodoro, o que não caracteriza reação de caráter ideológico. Mais tarde, seria senador da República, falecendo no exercício do segundo mandato, em 1904.

Dois eventos significativos envolveriam marcadamente a Marinha no alvorecer da República e teriam profundas consequências: a Revolta da Armada, em 1893 e 1894, que quase conduziu o País a uma guerra civil; e a Revolta dos Marinheiros, em 1910. Tais eventos teriam repercussões tanto internas quanto externas.



A REVOLTA DA ARMADA

Considerando que não houve a adesão plena da força, o apropriado

seria denominá-la “Revolta na Armada” e não “da Armada”. Quando de sua eclosão, encontrava-se em joga a consolidação da

Fig. 5 - As principais obras de referência sobre o tema: *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta da Armada*, de Joaquim Nabuco; *A Diplomacia do Marechal*, de Sérgio Correa da Costa; *a Revolta da Armada*, do Almirante Hélio Leôncio Martins (1915-2016), inserido no Quinto Volume, Tomo 1A, da coletânea *História Naval Brasileira*; e *Marinha do Brasil: uma síntese histórica* (2018) (Capítulo VIII – “A Marinha e as Conturbações Políticas das Primeiras Décadas da República”).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em diversas obras.



República; a integridade e a segurança do País; as relações do governo federal com os governos dos estados da federação; o papel dos militares na nova estrutura de poder; e, até mesmo, o modelo que se materializaria: se o republicano francês, o padrão norte-americano, a ditadura positivista ou o caudilhismo típico da realidade latino-americana⁸.

Tais peculiaridades constariam das análises de três das principais obras que abordam o tema: *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta da Armada*, de Joaquim Nabuco (1849-1910), *A Diplomacia do Marechal*, de Sérgio Correa da Costa (1919-2005) e *A Revolta da Armada*, do almirante Hélio Leôncio Martins (1915-2016), inserido no Quinto Volume, Tomo 1A, da coletânea *História Naval Brasileira* (1995). O texto do almirante Leôncio seria transformado em livro, bem como se tornaria obra básica de referência para o Capítulo VIII – “A Marinha e as Conturbações Políticas das Primeiras Décadas da República”, do

livro *Marinha do Brasil: uma síntese histórica* (2018), que serve de base para este artigo.

O embaixador Joaquim Nabuco oferece uma visão contemporânea do tema, na perspectiva de um intelectual com vasta familiaridade com as relações internacionais e o direito. É particularmente crítico à conduta de Floriano Peixoto, principalmente por comprometer a imagem e a segurança do País, ao destruir os meios navais e recorrer a auxílio estrangeiro, em um cenário em que já se encontrava frágil. Demonstrou particular apreço à figura do almirante Saldanha da Gama. O embaixador Sérgio Correa da Costa, por sua vez, pôde analisar o episódio com menos paixão, em decorrência do grau de isenção propiciada pelo avançar do tempo. Além disso, teve a oportunidade de pesquisar arquivos estrangeiros. O almirante Leôncio, por sua vez, agregou a percepção crítica de um oficial de Marinha, sem se deixar levar por vieses cognitivos decorrentes do espírito de corpo.



O primeiro envolvimento da Marinha na confrontação contra o governo ocorreu em novembro de 1891, quando o Congresso aprovou projeto de lei sobre crimes de res-

kolk e Custódio de Melo, e general Jose Simeão. Custódio conseguiu escapar e sublevoou parte da Esquadra. Alguns elementos do Exército juntaram-se à sublevação. Neste

Fig. 6 - Marechal Floriano Peixoto, vice-presidente da República, e almirante Custódio de Melo.



Fonte: DPHDM.

ponsabilidade do presidente da república, o qual foi vetado por Deodoro. Em sequência, o veto foi derrubado no Legislativo. O presidente dissolveu o Congresso (3 de novembro) e decidiu pela prisão dos congressistas Quintino Bocáiuva, almirantes Eduardo Wanden-

meio tempo, o vice-presidente Floriano Peixoto conspirava contra o Presidente e, no Rio Grande do Sul, iniciavam-se conflitos entre grupos locais.

Diante da crise, Deodoro renunciou. Floriano assume o governo em 23 de novembro de 1891 e



supera a revolta: chama Custódio de Melo para o Ministério da Marinha, reabre o Congresso e destitui os presidentes estaduais que se mantiveram favoráveis a Deodoro, indo além de suas atribuições legais.

Floriano entendeu que poderia completar o mandato, a despeito de a Constituição de 1891 determinar que se convocasse novas eleições⁹. Em 6 de abril de 1892, os jornais publicaram um manifesto assinado por 13 oficiais-generais (quatro almirantes e nove generais), conciliando o presidente em exercício a convocar eleições para preenchimento do cargo. Floriano determinou a reforma de 11 e a passagem de dois para a segunda classe. Um deles, o almirante Eduardo Wandenkolk, ex-ministro da Marinha de Deodoro e senador, foi preso e desterrado para Tabatinga, juntamente com outros inimigos políticos (10 de abril de 1892)¹⁰. Posteriormente, seriam anistiados pelo Congresso (agosto de 1892).

A agitação do período provocaria conturbações nas unidades da

federação. A mais séria no Rio Grande do Sul, onde irromperia a Revolução Federalista, em fevereiro de 1893, a qual se expandiria para Santa Catarina e Paraná, chegando a ameaçar São Paulo. Wandenkolk, anistiado, juntar-se-ia aos revoltosos gaúchos. Seria capturado em Santa Catarina, após um malsucedido ataque naval à cidade de Rio Grande, e recolhido preso à fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, em julho de 1893.

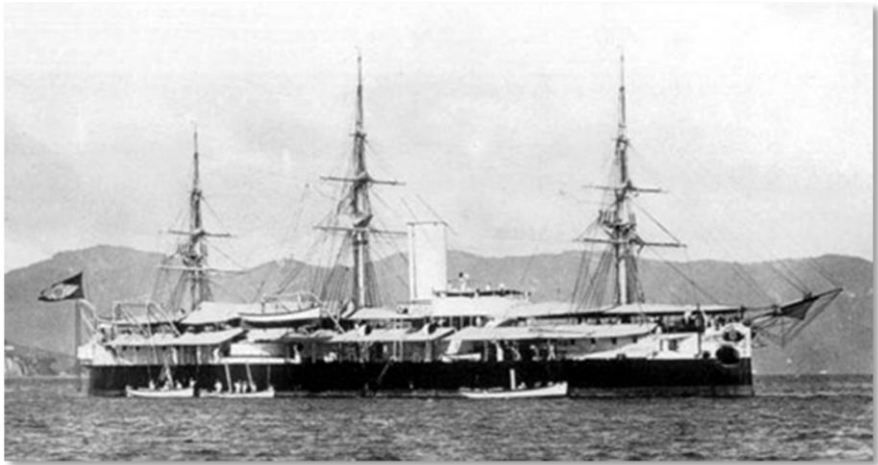
O almirante Custódio de Melo, ao assumir o Ministério da Marinha no governo Floriano Peixoto, em 23 de novembro de 1891, percebia-se como um líder de um movimento vitorioso, que entregara o mando da nação ao vice-presidente, como determinava a Constituição. Julgava-se com a autoridade do vencedor. Assim, fomentava a projeção política da Marinha e conseqüentemente a sua, buscando atuar em todos os assuntos nacionais. Floriano, pragmático, frio e discreto, contribuía para a manutenção desta ilusão.



Custódio atuaria em várias frentes em atitudes convergentes com os interesses de Floriano, apoiando, por exemplo, as punições aos oficiais-generais impostas em abril de 1892. Aceitaria a decisão do Congresso que conferiu legitimidade à permanência do vice-presidente na chefia do executivo (1º de junho), fundamentado na existência de ambiguidade nas Disposições Transitórias da Constituição¹¹, onde um artigo asseguraria a permanência do vice-presidente durante o primeiro perí-

odo presidencial (Floriano utilizaria o título de vice-presidente até o último dia do mandato). A partir de então, com Floriano sentindo-se forte, as divergências de opinião entre o vice-presidente e o ministro da Marinha começaram a se tornar sérias, particularmente em relação às medidas a serem tomadas no tocante ao conflito em crescimento no Rio Grande do Sul. Custódio, que se autointitulava “sentinela da Constituição”, demite-se, deixando o Ministério em 30 de abril de 1893.

Fig. 7 – O encouraçado *Aquidabã*.



Fonte: DPHDM.



Com a saída de Custódio, acentuou-se a insatisfação que grassava na Marinha em relação a Floriano. A Armada, gradualmente, envolve-se na anarquia reinante, visto que as flotilhas estaduais, mais próximas às comunidades locais, passaram a imiscuir-se em questões partidárias, como ocorreria no Amazonas, em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul.

Antes aliado, Custódio de Melo passa a exigir o cumprimento à Constituição, com eleições para presidente. O veto de Floriano à lei que o impediria de concorrer à próxima eleição (4 de setembro de 1893) desencadeia a crise. No dia 5, o Batalhão Naval se rebela; no dia seguinte, Custódio assume o comando da rebelião, mobilizando diversos navios da Esquadra. Alguns congressistas juntam-se ao almirante, a bordo do encouraçado *Aquidabã*. Em 7 de setembro, Custódio e seus apoiadores lançam um manifesto para que Floriano deixe o governo, sem sucesso.

O almirante, possivelmente, imaginava repetir os acontecimentos que levaram à queda de Deodo-

ro em 1891, mas a situação era diferente, pois o vice-presidente tinha o Exército ou, ao menos, significante parcela dele, a seu lado, controlava a quase totalidade das fortalezas da Baía de Guanabara e não estava submetido à rejeição política relevante a ponto de se submeter.

Entretanto, a situação era propícia para a eclosão de uma sedição na Marinha, visto que existiam inúmeros motivos de insatisfação: ingerência do Exército nas promoções na Marinha; concessão de aumento diferenciado de soldo para os militares do Exército e da Marinha nos governos Deodoro e Floriano; e o tratamento dispensado a Wandenkolk, que era um almirante de prestígio.

Para Rui Barbosa, três fatores contribuíram para a tentativa de Custódio de Melo de derrubar Floriano: 1) a percepção de que ele não convocaria eleições presidenciais e tentaria se perpetuar no poder; 2) a continuação do combate ao federalismo no Rio Grande do Sul, apesar das promessas de pacificação do estado; e 3) a intenção



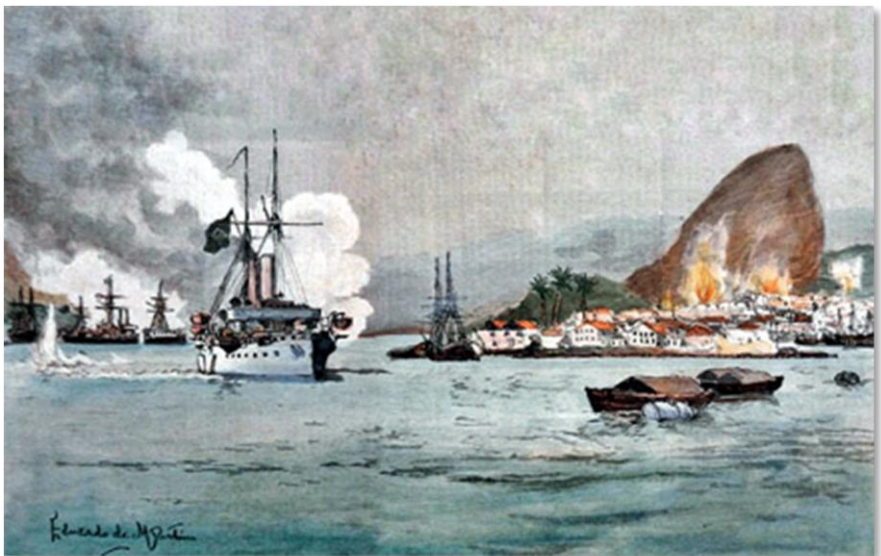
de Floriano de passar por cima do Conselho Naval de Investigação e de julgar Wandenkolk por um tribunal militar do Exército, além da inflexibilidade em voltar atrás quanto à reforma compulsória dos almirantes envolvidos nos episódios de abril de 1892¹².

Às razões e ambições pessoais de Custódio de Melo somar-se-iam aos ingredientes que desencadeariam a revolta, a qual, a despeito dos

objetivos divergentes, alinhar-se-ia à Revolução Federalista.

Os revoltosos planejavam instalar um governo paralelo na cidade de Santos, que seria tomada por uma força naval proveniente do Rio de Janeiro. Para compor a força naval, além de alguns navios de guerra, os revoltosos apoderaram-se de navios mercantes e de rebocadores. Contudo, na maior parte do tempo em que durou a

Fig. 8 - Encouraçado *Aquidabã* atirando na direção da Urca durante a Revolta da Armada.



Fonte: Quadro de Eduardo de Martino, acervo da DPHDM.



revolta, boa parte desta força ficou reclusa na Baía de Guanabara, obtendo apoio logístico nas localidades das suas margens e nas ilhas. No período, ocorreram diversos duelos de artilharia entre os navios e instalações fortificadas no continente e destas com a Ilha de Villegagnon, com centenas de mortos e de feridos, inclusive civis. Combates violentos foram travados na Ilha do Governador e em Niterói. Os navios forçaram a barra da Baía de Guanabara algumas vezes, trocando tiros com as fortalezas, também sofrendo baixas severas¹³.

A revolta apavorou a população do Rio de Janeiro e do entorno da Baía de Guanabara, em vista das ameaças de bombardeio da capital e dos diversos combates que ocorreram. Também teve repercussão internacional, particularmente por existirem vários navios de guerra estrangeiros no Rio de Janeiro¹⁴. A interferência estrangeira seria relevante para a derrota da revolta.

Sob pretexto de se evitar danos ao comércio que o bloqueio da capital provocaria, os comandantes estrangeiros impediram que Custó-

dio de Melo e, mais tarde, Saldanha da Gama ameaçassem o governo, fosse por desembarque, por bloqueio ou bombardeio. Também impuseram restrições ao governo. O almirante Hélio Leôncio Martins, assim comentou sobre a presença desses navios:

A Revolta da Armada regulada, controlada, analisada, verificada e dirigida pelas potências estrangeiras através das trocas contínuas de notas, acusações, [...] tudo contando, muitas vezes, com os agradecimentos de ambos os contentores, constituía, não há dúvidas, mesmo no tempo da ‘diplomacia das canhoneiras’, atentado grave à soberania do País¹⁵.

Ainda que tal interferência tenha sido definidora à época, observou-se, entre os estrangeiros, alguns sinais de simpatia e respeito - ou mesmo do “espírito de classe” que une as marinhas - para com os revoltosos podiam ser identificados:

- O contra-almirante George Stanton, norte-americano, ao chegar ao Rio de Janeiro a bordo do



USS *Newark*, em outubro, salvou à terra. A salva foi respondida pela fortaleza de Santa Cruz, do Governo, e pela de Villegagnon, rebelde. Em seguida, salvou o pavilhão de Custódio de Melo e foi a bordo visitá-lo. O incidente teria grande repercussão gerando protesto diplomático¹⁶. Stanton, imediatamente, foi destituído do cargo por telegrama¹⁷.

- Tripulantes do HMS *Sirius* impediram uma tentativa de ataque ao *Aquidabã*, com explosivos (mina, então chamada torpedo, que seria fixada em seu costado), por mercenários a serviço do governo, a bordo de uma lancha que tentou aproximar-se do encouraçado dissimuladamente, envergando pavilhão britânico¹⁸.

- No desenrolar dos combates na Ponta da Armação (Niterói), as forças navais estrangeiras não puderam ocultar o seu entusiasmo. O rebocador *Gil-Blas* protegera a retirada dos combatentes, sendo batido violentamente pela fuzilaria dos atacantes e pela artilharia de Gragoatá. Quando pôde fazer-se ao largo, só tinha três homens ilesos.

A visão de seu convés coberto de sangue era desoladora. Vendo o estado do rebocador, a guarnição do USS *San Francisco* começou a bradar “hurras” pela atitude heroica, no que foram seguidos pelas guarnições de outros navios norte-americanos¹⁹.

O governo Floriano usou o argumento da ameaça restauradora (monarquia) para cooptar a opinião pública. No campo externo, buscou isolar diplomaticamente os revoltosos. Convidou representantes diplomáticos acreditados no Brasil para discutir quanto à proteção de seus cidadãos (convite que, para a sua surpresa, foi rejeitado). Obteve sucesso na aproximação com os EUA. As negociações do representante brasileiro em Washington, Salvador Mendonça, e o secretário de Estado, James Blaine, foram proveitosas. Salvador persuadiu Blaine a apoiar Floriano. Buscou convencer os norte-americanos a enviar navios de sua esquadra, a fim de impedir que os revoltosos derrubassem a República; e, com o auxílio de um empresário, Charles Flint, improvisou uma esquadra, a



ser empregada contra as forças revoltosas. Além disso, agentes do governo empenharam-se em obter meios navais na Europa, no que seriam qualitativamente mais bem-sucedidos, quando comparados aos improvisados ou experimentais navios de guerra providos por Flint.

O mês de novembro de 1893 assinalou uma inflexão na revolta, cuja situação estava se tornando insustentável: Custódio de Melo deixa a Baía de Guanabara e procede para o Sul, sedimenta-se o vínculo com a Revolução Federalista e o almirante Luiz Filipe de Saldanha da Gama que, até então, empenhava-se em ser neutro, adere à revolta.

As convicções de Saldanha estavam abaladas. Recebia inúmeras pressões, tanto do governo quanto internas, dos aspirantes e guardas-marinha (muitos deles fugiam para os navios rebelados e eram resgatados pelo almirante). Tinha repugnância ao movimento armado, mas também grandes restrições em relação a Floriano, que tentou cooptá-lo, convidando-o para assumir

a chefia do Estado-Maior Geral da Marinha, ou seja, a chefia militar da força, e oferecendo como opção uma função no exterior. Do Sul, correspondência calorosa de Silveira Martins²⁰ clamava por sua participação e insistia na ligação entre a Revolta da Armada e a Revolução Federalista. Tal conjuntura o levou a aderir à revolta.

Em reunião na Escola Naval, Custódio e Saldanha estabelecem novos rumos para a revolta. Segundo a concepção de Saldanha, aceita por Custódio, este procederia para Santa Catarina com dois navios e dali passaria a apoiar os federalistas em seu avanço para norte, colocando os governistas em duas frentes. Tal medida permitiria, ainda, opor-se às forças navais governistas, então em organização, e a realização de operações de desembarque de tropa nas proximidades do Rio de Janeiro.

Assim, na madrugada de 1º de dezembro, Custódio de Melo, embarcado no encouraçado *Aquidabã*, acompanhado pelo cruzador-auxiliar *Esperança*, cruza a barra da Guanabara sob o fogo concen-



trado das fortalezas. Saldanha assume o comando dos navios que permaneceram na Guanabara, relativamente de pouca capacidade militar.

No início de janeiro de 1894, enquanto os federalistas avançavam sobre o Paraná, Saldanha contava poder realizar o seu plano estratégico, com o desembarque de tropas vindas do Sul, no Rio de Janeiro. Mas vê-se frustrado, pois

eram crescentes a falta de recursos e a interferência estrangeira, particularmente dos norte-americanos.

Em 12 de janeiro, o *Aquidabã* retorna à Guanabara, ingressando na baía sob o fogo das fortalezas. O breve entusiasmo que despertou entre os revoltosos desvaneceu ao ser constatado que não vinha acompanhado da força de desembarque, bem como as suas deficiências materiais e de pessoal.

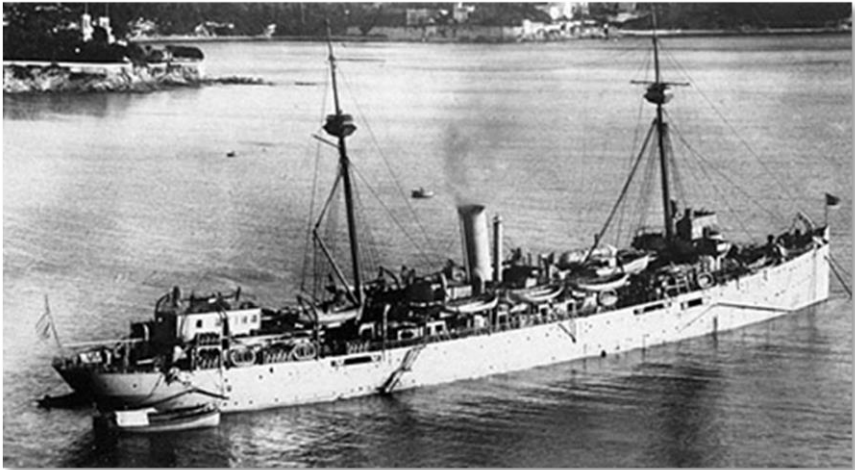
Fig. 9 - O encouraçado *Aquidabã* forçando a Barra do Rio de Janeiro sob fogo em 1º de dezembro de 1893. O navio é retratado sendo iluminado pelo Forte de São José, parte do complexo da Fortaleza de São João. A direita aparece a Fortaleza de Santa Cruz..



Fonte: Quadro de Trajano de Carvalho, acervo da DPHDM.



Fig. 10 - Navio mercante *El Cid*, rebatizado como cruzador *Nitcheroy*, o maior navio da Esquadra Legal. Foi vendido para a Marinha dos EUA em 1898, onde foi classificado como navio auxiliar e rebatizado como USS *Buffalo*, permanecendo em serviço até 1927.



Fonte: US Navy

Em 21 de janeiro, o *Aquidabã*, acompanhado do cruzador *República*, cruza a barra mais uma vez. O plano inicial era dar combate aos navios da Esquadra Legal que se encontravam em Salvador. Mas, devido às avarias sofridas pelo *República*, em consequência dos impactos que recebeu, Custódio determinou que aquele navio procedesse para Paranaguá, a fim de ser reparado. O *Aquidabã* aguardaria a sua prontificação. Nova or-

dem determina que ambos procedessem para o Desterro (atual Florianópolis), onde deveriam esperar o ataque da Esquadra Legal²¹.

O governo passa então à ofensiva, agora sem as limitações impostas pelos comandantes estrangeiros. Em 11 de março, comunica que iniciaria as hostilidades contra os navios e fortificações revoltosos, empregando os canhões das fortalezas e das baterias posicionadas nas elevações ao longo da cos-



ta, em 48 horas. Saldanha, por fim, avalia que não há mais esperança. Decide pela capitulação e pela solicitação de asilo aos navios estrangeiros em caso de recusa da proposta pelo governo.

Fig. 11 - O almirante Jerônimo Gonçalves foi reconvocato para o comando da Esquadra Legal. Veterano da Guerra da Tríplice Aliança, o então tenente Jerônimo Gonçalves passara para a história por seu desempenho heroico na tomada da Ilha de Redenção, em 1866, entre outros eventos.



Fonte: DPHDM.

O comandante português, capitão de fragata Augusto de Castilhos, ante a situação dramática em que se encontravam os revoltosos, sem consultar o seu representante diplomático (que estava em Petrópolis), é o único que aceita o pedido (responderia a Conselho de Guerra por sua decisão²²). Também aquiesce em intermediar proposta de capitulação, a qual é rejeitada pelo governo.

Na manhã do dia 13, os revoltosos invadem as corvetas portuguesas *Mindelo* e *Afonso de Albuquerque*, que recebem, respectivamente, 276 e 251 militares de diversos postos e graduações. Saldanha foi um dos últimos a chegar e não consegue e nem se anima a controlar a situação, que extrapolava o acordado com Augusto de Castilhos. As condições tornaram-se críticas para os pequenos navios, incapacitados de alojar adequadamente tal contingente.

Na tarde deste dia, em uma demonstração de força por parte do governo, os navios e posições revoltosos desguarnecidos foram bombardeados por cerca de uma



hora. Para Hélio Leôncio Martins, o asilo concedido por Augusto de

Fig. 12 - O capitão de fragata Augusto de Castilho era o oficial da Marinha portuguesa mais antigo presente no Rio de Janeiro. Aceitou o pedido de asilo formulado por Saldanha, sem consultar o representante diplomático de seu país. Por este motivo, seria preso e responderia a Conselho de Guerra após retornar a Portugal, acusado de ter agido além de sua competência. Sua coragem e determinação o colocam como um dos personagens mais notáveis deste triste episódio de nossa história.



Fonte: Desenho de Angelo Agostini (1843–1910) retratando Augusto de Castilho e a corveta *Mindelo* sendo invadida pelos revoltosos, em 13 de março de 1894.

Acervo da Revista *Don Quixote*, nº 2 (1894).

Castilho frustrara Floriano e seus partidários, ao impedir que ocorresse o ato mais relevante da vitória do Governo, que seria o desfile dos prisioneiros saindo de seus navios e fortalezas e, “talvez o fuzilamento do traidor Saldanha”. “Os frâgeis costados de madeira dos navios portugueses evitaram para os revoltosos o *Dies Irae*²³ prometido e desejado”²⁴.

O drama não se encerraria aí. O governo brasileiro exigiu do governo português a entrega dos asilados, o que foi recusado. Ante a situação insustentável, Castilho decidiu proceder para Buenos Aires, aonde os navios chegaram aos dias 25 e 26, após uma dura viagem. Ali ocorreram inúmeros incidentes. Vários asilados conseguiram fugir, particularmen-



te depois que as autoridades argentinas, alegando motivos sanitários, determinarem o fundeio afastado dos navios, ou seja, mais próximos da margem uruguaia, de onde conseguiram obter auxílio. Transferidos para Montevidéu, ali os brasileiros foram dignamente alojados. Saldanha tornou-se objeto de homenagens e demonstrações de respeito, sendo-lhe conferida liberdade para fixar-se no país ou mudar-se para o exterior. O asilo concedido aos revoltosos levaria o governo brasileiro a romper relações diplomáticas com Lisboa, em 13 de maio.

Enquanto acontecimentos dramáticos desenrolavam-se no Rio de Janeiro, no Sul, a situação já não era tão favorável aos federalistas. No que se refere à área marítima, fracassou a expedição que tinha por tarefa forçar a barra do Rio Grande, desembarcar e ocupar Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, a qual largara do Desterro, em 3 de abril. Malsucedida em terra, a tropa foi reembarcada no dia 11 e desembarcada em Castilhos, na costa do Uruguai. Dali, os navios

seguiram para Buenos Aires, onde fundearam em 16. Em carta ao presidente argentino, Custódio de Melo fez entrega da esquadra àquela nação. Encerrou-se, assim, a atuação da força naval revoltosa (exceto quanto ao *Aquidabã*).

Quando a esquadra procedeu para o Sul, o *Aquidabã* ficou no Desterro, com o propósito de defender o Estado e, caso a Esquadra Legal tentasse obstar o ataque ao Rio Grande, proteger a retirada dos navios da força de desembarque. Entretanto, a situação do *Aquidabã* era precária, consequência do desgaste decorrente do uso continuado sem manutenção e das avarias infligidas pelos tiros das fortalezas, associada à indisponibilidade de estrutura logística de apoio apropriada aos reparos. A Esquadra Legal vai encontrá-lo fundeado no canal de Santa Catarina, entre o continente e a ilha de mesmo nome. Na madrugada de 15 para 16 de abril, as torpedeiras aproximaram-se do encouraçado, que reagiu sem conseguir atingi-las (as torpedeiras foram percebidas muito próximas, o que implicava em



Fig. 13 - Tropas legalistas na zona portuária e na praia de Santa Luzia. O governo havia declarado a Capital Federal “Cidade Aberta”, o que significaria abrir mão dos esforços defensivos. No entanto colocou canhões em vários pontos, o que gerou protestos por parte dos comandantes estrangeiros. Além disso, de maneira atilada, não deslocou tropa do Exército sediada no Rio de Janeiro para combater a Revolução Federalista, lançando mão de efetivos de outros estados para tal.



Fonte: DPHDM

ângulo de elevação dos canhões inferior ao mecanicamente permitido pelo armamento para atingi-las; assim, os disparos passavam sobre as atacantes).

A torpedeira *Gustavo Sampaio*, comandada pelo capitão-tenente Altino Flávio Correia, logrou acertar um torpedo na proa do *Aquidabã*. Alexandrino ainda suspendeu com o navio, mas a proa ficou pesada em demasia devido ao alagamento. Decidiu retornar para local raso, onde o navio poderia repousar no fundo. A tripulação e,

após alguma excitação, o comandante Alexandrino abandonaram o navio. Alexandrino, mais tarde, juntar-se-ia aos maragatos, combatendo junto à cavalaria. Ferido, internar-se-ia na Argentina.

Saldanha da Gama, após equacionar a situação de seus comandados que haviam passado ao Uruguai, decidiu seguir para a Europa, com o propósito de defender os 170 asilados que foram levados para Portugal e que se encontravam retidos e submetidos a privações nas fortalezas de Elvas e



de Peniche. Antes da viagem, avisou-se com o líder maragato Silveira Martins, em Buenos Aires, que lhe propôs assumir a chefia militar da Revolução Federalista. Saldanha, entretanto, considerou que a sua prioridade era cumprir a promessa de colocar-se à disposição do governo português, logo que os seus homens estivessem em segurança. Também tencionava libertar os brasileiros retidos em Portugal.

Fig. 14 - O encouraçado *Aquidabã* após torpedeamento, em reparo em dique da Ilha das Cobras, Rio de Janeiro. O rombo no costado provocado pelo ataque da torpedeira Gustavo Sampaio é visível na proa.



Fonte: DPHDM.

Viajou para a Europa, mas não conseguiu chegar a Portugal, em função da hostilidade que o aguardava naquele país. Entretanto, deixou recursos financeiros para o repatriamento, o qual finalmente ocorreria em setembro, com a liberação dos detidos em Elvas e em Peniche.

Retornou à América do Sul e aceitou o comando oferecido por Silveira Martins meses antes. Em setembro de 1894, abraçou com energia, como era de seu feitio, o trabalho de organizar as forças federalistas. Seria morto em combate em Campo Osório, Rio Grande do Sul, em 24 de junho de 1895. Na ocasião, junto com o almirante, mais de 200 de seus homens foram mortos, sendo muitos deles degolados.

Prudente de Moraes, após assumir a presidência em 15 de novembro de 1894, buscou apaziguar o País. Nomeou para o 6º Distrito Militar (Rio Grande do Sul) o general Inocêncio Galvão de Queiroz com a missão de obter a pacificação do estado. O general procurou estabelecer ligações com os federa-



listas mesmo antes de assumir o cargo.

Por fim, os revoltosos foram anistiados, processo que teve como ponto de partida um projeto de anistia relacionado à Revolta da Armada apresentado pelo senador Barão de Ladário, em 7 de maio de 1895. Sucessivamente alterado e submetido a amplas discussões, a anistia ampla seria finalmente aprovada pelo Decreto nº 310, de 21 de outubro de 1895,

que Amnistia todas as pessoas que directa ou indirectamente se tenham envolvido nos movimentos revolucionarios occorridos no territorio da Republica até 23 de agosto do corrente anno, com as restricções que estabelece²⁵.

A anistia foi efetiva, tanto que os reintegrados não foram segregados e tiveram carreira normal, sendo que muitos exerceram cargos elevados. Cita-se como exemplo o comandante do *Aquidabã*, Alexandrino Faria de Alencar, Ministro da Marinha de cinco presidentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, encerrou-se este triste episódio de nossa história. Luta fratricida, em que as paixões, os desejos de vingança e a selvageria eram recorrentes, fazendo com que as baixas não se limitassem ao combate, mas se estendessem com violência aos prisioneiros, a ponto de muitos serem executados de imediato por seus captores.

As causas da derrota podem ser assim resumidas: 1) má avaliação do quadro político nacional, no que se refere ao apoio possível de ser obtido para a revolta – ao contrário do movimento que levou à queda de Deodoro, ao se desencadear a revolta inexistia oposição política relevante a Floriano; 2) incapacidade dos revoltosos em estabelecer um governo alternativo que lhes conferisse credibilidade como parte beligerante; falta de coordenação entre as lideranças da Revolta da Armada e da Federalista; 3) ações em terra e no mar precariamente coordenadas; interferência dos comandantes das forças navais estrangeiras, que limitaram



as ações dos rebeldes na Baía de Guanabara; 4) não exploração da mobilidade, uma vantagem inerente às Marinhas (navios importantes, que poderiam ser úteis em outros cenários, ficaram estacionados por grandes períodos); 5) desprezo a um princípio elementar da estratégia naval, que é o de “eliminar a esquadra inimiga”, não enfrentando a frágil Esquadra Legal, na época devida (para o que bastaria o *Aquidabã*, em condições propícias).

A revolta eclodiu em um momento delicado, em que a República ainda não se firmara, e suas consequências seriam sentidas por muitos anos, tanto no campo interno como no externo. Afetou as finanças nacionais; trouxe a ameaça da tirania; degradou o poder militar; comprometeu a soberania nacional, pela clara intervenção estrangeira; e contribuiu para agravar o risco de secessão da federação²⁶. No campo externo, além de gravar negativamente a imagem do País, o enfraquecimento do poder militar mostrou-se danoso à luz dos contenciosos de então.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Guilherme. A Marinha e as conturbações políticas das primeiras décadas da República. In: ABREU, Guilherme (org.). *Marinha do Brasil: uma síntese histórica*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018.

BRASIL. *Decreto n. 310*, de 21 de outubro de 1895.

COSTA, Sergio Corrêa. *A diplomacia do marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada*. Brasília: FUNAG, 2017.

FERREIRA, Ana; CARVALHO, Carlos. Escolarização e analfabetismo no Brasil: estudo das mensagens dos presidentes dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890-1930). *XII Encontro de Pesquisa em Educação / Centro Oeste*, 2014, Goiânia: UFG, 2014, pp. 1-12. Disponível: Ana-Emília-Cordeiro-Souto-Ferreira_-Carlos-Henrique-de-Carvalho.pdf (pucgoias.edu.br). Acesso: 24 nov. 2023.

MARTINS, Hélio. A Revolta da Armada - 1893. In: *História Naval Brasileira*. Quinto volume, Tomo



1. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha. 1995.

MARTINS, Hélio. *A Revolta da Armada*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

NABUCO, Joaquim. *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*. Brasília: Senado Federal, 2003.

¹ FERREIRA, Ana; CARVALHO, Carlos. Escolarização e analfabetismo no Brasil: estudo das mensagens dos presidentes dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890-1930). *XII Encontro de Pesquisa em Educação / Centro Oeste*, 2014, Goiânia: UFG, 2014, pp. 1-12. Disponível: Ana-Emília-Cordeiro-Souto-Ferreira_-Carlos-Henrique-de-Carvalho.pdf (pucgoias.edu.br). Acesso: 24 nov. 2023.

² O Forte de São José foi uma das fortificações mandadas remodelar e rearmar por D. Pedro II em face de suas preocupações com a ameaça representada pelos britânicos, a partir da crise denominada Questão Christie, de 1863. Ironicamente, este, assim como outras dezenas de canhões que compunham o armamento da fortaleza eram de fabricação inglesa. A Fortaleza de São João teria papel relevante no combate contra os revoltosos na Armada.

³ A Questão de Palmas foi um contencioso entre a Argentina e Brasil, que disputavam uma região a oeste dos Estados de Santa Catarina e Paraná. A contenda foi arbitrada pelo presidente dos Estados Unidos, que emitiu parecer favorável ao Brasil, em 1895.

⁴ O movimento de tropas realizado na manhã de 15 de novembro de 1889



limitou-se à deposição do ministério de Ouro Preto. Em sequência, Deodoro, doente, recolheu-se à sua residência. Os republicanos não se conformaram com esta situação dúbia. Por iniciativa do jornalista José do Patrocínio, reuniram-se na Câmara Municipal, onde hastearam a primeira bandeira republicana – semelhante à norte-americana, com listras verdes e amarelas – e redigiram um manifesto, em nome do “Povo, Exército e Armada Nacional”, o qual decretava a deposição da dinastia imperial e instituiu um governo provisório, dissolvia a Câmara, abolia o Conselho de Estado e a vitaliciedade do Senado. A proclamação foi levada para a assinatura de Deodoro e complementada com o Decreto nº 1, que decretava a República como forma de governo. Cf. MARTINS, 1997, p. 25.

⁵ O Príncipe D. Augusto Leopoldo faria carreira na Marinha Austro-Húngara, o que foi possível por ele ser um Habsburgo, por descendência de sua avó Imperatriz Leopoldina, casa reinante no Império Austro-Húngaro.

⁶ MARTINS, Hélio. A Revolta da Armada - 1893. In: *História Naval Brasileira*. Quinto volume, Tomo 1. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha. 1995.

⁷ *Ibid.*, p. 64.

⁸ Adaptado de Arno Wehling, no prefácio do livro *A Revolta da Armada*, de Hélio Leôncio Martins, Cf. MARTINS, 1997, p. 9.

⁹ A Constituição de 1891, em seu artigo 42, estabelecia: “*Artigo 42 – Se no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição*”.

¹⁰ O almirante (e senador) Eduardo Wandenkolk destacava-se entre os opositores ao governo pela agressividade com que atuava, e gozava de grande prestígio nos meios navais. Sua prisão foi um episódio humilhante, quando foi encontrado em uma choupana de pescadores na Gávea, então local isolado. Wandenkolk jamais perdoaria Floriano, sentimento que o levou à ação rebelde junto à Revolução Federalista, a qual pode ser enquadrada como uma vingança pessoal. Ver MARTINS, 1997, p. 80-83.

¹¹ Constituição de 1891 – Disposições Transitórias: “*Art 1º – Promulgada esta Constituição, o Congresso, reunido em assembleia geral, elegerá em seguida, por maioria absoluta de votos, na primeira votação, e, se nenhum candidato a obtiver, por maioria relativa na segunda, o Presidente e o Vice-Presidente dos Estados Unidos do*



Brasil. § 1^o – XXX § 2^o – *O Presidente e o Vice-Presidente, eleitos na forma deste artigo, ocuparão a Presidência e a Vice-Presidência da República durante o primeiro período presidencial*”.

¹² Adaptado de ALSINA, 2015, p. 91-92.

¹³ O primeiro forçamento foi tentado pelo cruzador *República*, o transporte *Palas* e a torpedeira *Marcílio Dias*, em 16 de setembro de 1893. O cruzador passou incólume, mas os dois outros navios foram repelidos. Obtiveram sucesso, em segunda tentativa, no dia seguinte. Os navios demandaram Santa Catarina, onde os revoltosos assenhoraram-se da capital, então denominada Desterro, criando, deste modo, aquele que se tornaria o primeiro vínculo efetivo com a Revolução Federalista. Em 12 de outubro, o *Meteoro*, e, no dia seguinte, o *Uranus*, dois navios mercantes convertidos, cruzaram a barra, com grandes avarias e 90 baixas de pessoal, sendo que 37 mortos. Após superarem as avarias, os navios conseguiram chegar a Santa Catarina com reforços para as operações da Revolução Federalista. Em outros episódios, o Encouraçado *Aquidabã*, sob o comando de Alexandrino de Alencar, forçaria a barra por três vezes, recebendo diversos impactos.

¹⁴ Marinhas da Alemanha, EUA, França, Itália e Portugal. O número de navios de guerra estrangeiros, na Baía de Guanabara ou nas proximidades, no auge, chegou a dezessete durante a revolta, sendo cinco cruzadores dos EUA.

¹⁵ MARTINS, op.cit., p. 203.

¹⁶ O jornal *The New York Times*, em notícia publicada em 27 de outubro de 1893, reprovou o “erro” do Almirante Stanton, ao tratar Custódio como beligerante, pois seria um pirata (ADMIRAL STANTON'S ERROR; LAMENTABLE IGNORANCE OF INTERNATIONAL LAW. Admiral Mello, Without Recognition as a Belligerent, Is Simply a Pirate in Law). Disponível: ADMIRAL STANTON'S ERROR; LAMENTABLE IGNORANCE OF INTERNATIONAL LAW. Admiral Mello, Without Recognition as a Belligerent, Is Simply a Pirate in Law -- The Authorities Were Within Reach of Stanton, and His Blunder Is Inexplicable to Naval Men -- Secretary Herbert Declines to Make Any Further Statement. - The New York Times (nytimes.com).

¹⁷ COSTA, Sergio Corrêa. *A diplomacia do marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada*. Brasília: FUNAG, 2017.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ Ibid.



²⁰ Gaspar Silveira Martins (1835-1901) foi um magistrado e político brasileiro. Os seus seguidores eram conhecidos como maragatos. Foram os maragatos que iniciaram a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, em protesto à política exercida pelo governo federal, em 1893.

²¹ A Esquadra Legal, também conhecida como “Esquadra de Papelão”, somente chegaria ao Rio de Janeiro em 10 de março de 1894, tendo relativamente pouca eficácia. Suas tripulações eram, em grande parte, formadas por mercenários. A comandava o almirante reformado Jerônimo de Gonçalves, veterano da Guerra da Tríplice Aliança, o qual contava, ainda, com unidades da Marinha do Brasil que se encontravam em Montevidéu e não aderiram à revolta.

²² O capitão de fragata Augusto Vidal de Castilho Barreto e Noronha (1841-1912), por ter agido além de sua competência, ficou preso por três meses, sendo depois julgado e absolvido. Levou-se em conta a sua extensa folha de serviços no julgamento. Prosseguiu na carreira, tendo chegado ao Almirantado e, em 1908, exercido o cargo de ministro da Marinha e do Ultramar.

²³ *Dies Irae*: Dias de Ira.

²⁴ MARTINS, 1997, op.cit., p. 334.

²⁵ BRASIL. *Decreto n. 310*, de 21 de outubro de 1895.

²⁶ Aqui, a argumentação, em larga medida, apoiou-se em texto de Joaquim Nabuco.

A campanha de Canudos

Márcio Tadeu Bettega Bergo ^a

Resumo: *A Insurreição de Canudos* foi um conflito, no sertão baiano, que logo se transformou em guerra civil.. Frutos de miséria, ignorância, misticismo e superstição, os conflitos eram insuflados e liderados por indivíduos que se diziam religiosos ou profetas. Um deles, *Antônio Vicente Mendes Maciel*, cearense, perambulava pelo Nordeste angariando seguidores e chegou, em 1893, à região da Serra do Cocorobó, às margens do rio Vaza-Barris. Ali, a leste da vila de Uauá, encontrou uma pequena aldeia abandonada, chamada “Canudos”, onde fundou um arraial, ao qual deu o nome de “Belo Monte”. Com suas pregações e atos, angariou má vontade da Igreja Católica, atraiu a ira de “coronéis” da região, e estabeleceu confusões com o governo. Considerado um “anticristo”, e com o apelido de *Antônio Conselheiro*, moveu um ataque a uma força policial em Masseté, provocando a interferência do Estado da Bahia. Tal iniciou em 7 de novembro de 1896, com uma primeira expedição policial, que não teve sucesso. Mais três se seguiram, com tropas do Exército, Guarda Nacional e Polícias Militares, que foram enviadas para debelar ao levante. O êxito somente foi obtido após considerável aumento de efetivos, reformulação da sistemática de apoio e emprego de armamento de maior poder de destruição. Cento e poucos anos passados daqueles episódios, analisamos o Brasil atual, onde identificamos que muitos dos problemas então existentes seguem sem solução, apesar dos progressos alcançados. Os estudos dos conflitos servem para, além de se compreender o que aconteceu, termos subsídios para formatar o futuro que desejamos para nosso País.

Palavras Chave: Insurreição, messianismo, guerra civil, operações em localidades, problemas nacionais.

INTRODUÇÃO

O chamado “Levante de Canudos”, acontecido entre 7 de novembro de 1896 e 5 de outubro de 1897, foi uma revolta, também

conhecida como Insurreição de Canudos, no interior da Bahia, conflito que logo se transformou em guerra civil.

Já desde 1895, várias escaramuças se verificavam no Sertão do

^a General de Brigada, presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Cariri, especialmente na região entre Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, local de serras, caatinga, rios pequenos, poucos caminhos, vilarejos paupérrimos, vivendo economia de subsistência. Tais ocorrências eram frutos de miséria, da ignorância, do misticismo e da superstição, geralmente encabeçados por indivíduos que se autoproclamavam “religiosos”, “curandeiros” ou mesmo “profetas”.

Fig. 1 - Sertão do Cariri



Fonte: IBGE

Estes movimentos, ressalte-se, não eram “privilégio” do Nordeste. Fatos semelhantes aconteceram (ou aconteceriam) também em outras regiões de um Brasil recém-transformado em República e ainda se organizando economicamente em virtude da abolição da escravidão. São objetos de estudos neste compêndio, que abrange o período situado logo após o 15 de novembro de 1889, a chamada “República Velha” ou “1ª República”, surgida imediatamente em seguida ao período dos dois primeiros presidentes, militares, conhecido como “República da Espada”.

Nosso objetivo aqui é rememorar os fatos, analisar suas causas e consequências. E, mais ainda, colher ensinamentos que sejam úteis para o futuro do nosso País.



O BRASIL DA ÉPOCA

Em 1895, a novel República contava com uma população de cerca de 15,5 milhões de habitantes. Destes, 85% viviam no campo e 65% eram analfabetos. Como indicadores de sanidade, aconteceram 29,1 mortes por 1.000 habitantes e a expectativa de vida média era de 32 anos. A capital, Rio de Janeiro, maior cidade brasileira, contava 691,6 mil almas e era seguida por São Paulo (239,9 mil), Salvador (205,8 mil), Belém (166,1 mil) e Recife (113,1 mil).

Éramos uma nação essencialmente agrícola, produtora de matérias primas. As exportações se compunham majoritariamente de café, que respondia por 65% das receitas. Este produto era secundado pela borracha, com 15%, e o restante se completava com açúcar, cacau, algodão, couro, peles, fumo e mate. Importávamos quase tudo em termos de bens de consumo.

No campo político e social, vivíamos a efetiva consolidação do movimento republicano, ocorrido apenas seis anos antes. Tivemos

um Governo Provisório até 1891, quando foi promulgada a primeira Constituição republicana, em 24 de fevereiro. A 25 de fevereiro, houve a eleição indireta do marechal Manuel Deodoro da Fonseca, que, em meio a uma crise, dissolveu o Congresso, em 3 de novembro, e no dia 25 deste mesmo mês renunciou à presidência. O Vice, marechal Floriano Vieira Peixoto, assumiu o governo.

Logo em seguida eclodiu, no Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista, que duraria de fevereiro de 1893 a agosto de 1895. Simultaneamente, deu-se a Revolta da Armada (ou Revolta **na** Armada), de setembro de 1893 a março de 1894. Estes dois movimentos são retratados em outros capítulos desta obra.

Assim, em meio a crises e revoltas, verificava-se um embate tácito entre “civilistas” (que advogavam um governo civil) e “florianistas” (apoiadores e partidários do marechal Floriano). Neste ambiente, aconteceu, em 1894, a eleição de Prudente José de Moraes Barros, advogado e político, que fora pre-



sidente (governador) de São Paulo, senador e presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1891. Foi o primeiro civil a assumir o cargo e o primeiro presidente por eleição direta. Representava basicamente a elite dos cafeicultores paulistas.

Se na parte mais, digamos, rica da nação existiam sérios problemas sociais e econômicos, no Nordeste a situação era bastante mais precária. Coexistiam grandes latifúndios improdutivos, propriedades de “coronéis”, senhores locais, “heranças” dos antigos engenhos de açúcar e muita pobreza, em meio a permanentes crises financeiras. Completando o quadro, verificavam-se secas cíclicas, desemprego crônico, com escravos vagando a esmo, desordens no sertão e surtos de “messianismo”, onde pseudoprofetias e curandeiros apregoavam fantasias a uma gente impregnada de crenças em milagres.

O chamado “Sertão Nordestino”, do qual o Cariri é uma parte, contava, como já mencionado, com relevo de algumas serras, panorama de caatinga e rios pequenos,

raríssimas estradas, que eram pouco mais que caminhos carroçáveis, conectando localidades pobres e miseráveis. A Estrada de Ferro Bahia a São Francisco ligava Salvador a Juazeiro, passando por Serrinha e Queimados.

A vida ali era muito difícil. Vivia-se na verdade uma “economia de subsistência”, numa sociedade semifeudal. Os mais afortunados se alimentavam de carne e leite, este consumindo coalhado ou como queijo. A farinha de mandioca, legado indígena, foi adicionada à carne, dando origem à “paçoca”, ainda hoje um alimento típico da região.

Em resumo, as características geográficas, somadas às condições sociais e econômicas do Nordeste brasileiro formavam um “coquetel” propício a conflitos e revoltas sociais. Os “ingredientes” miséria, ignorância, misticismo, superstição e banditismo forneciam “combustível” mais do que suficiente para explosões de problemas. Para completar, o quadro era “emoldurado” pela omissão e negligência do Estado.



O LÍDER ANDARILHO

Antônio Vicente Mendes Maciel nasceu em Quixeramobim, Ceará, em data incerta (1826 ou 1828), em meio a lutas entre clãs familiares, “Maciéis” versus “Araújo”. Sua infância e juventude foram sofridas, perdeu o pai ainda jovem. Casou-se, mudou-se, em 1861 para Ipu (também no Ceará), foi traído pela esposa, que o abandonou. Casamento desfeito, fez voto de castidade. Fracassou como pequeno comerciante, abandonou os estudos eclesiásticos e então se dedicou a uma vida católica, praticante de um cristianismo primitivo. Sua atuação nesta área logo redundou em fanatismo, iniciando uma rotina de peregrinação, orações, penitência e pregações pelo sertão, em companhia de um crescente grupo de fiéis que o seguia.

Intitulou-se “Enviado de Deus” já ao começar suas andanças, por volta de 1873. Por cerca de vinte anos perambulou pelo Nordeste, onde angariou seguidores, ampliando mais e mais o seu “rebanho” de fiéis. Devoto da Virgem

Maria, defendia a ortodoxia religiosa católica, abordava, nas pregações, temas como terra prometida, costumes, política, condições da vida material etc. Promovia novenas, festas, batizados, transferindo os ganhos financeiros para a Igreja. Nesse período, seu grupo era até bem recebido por párocos que lhe permitiam as pregações e por proprietários rurais, que lucravam com mão de obra grátis e pacífica para algumas obras. Nessas jornadas, teceu uma extensa rede de aliados, tornando-se compadre dos pais de várias crianças por ele batizadas, sendo Nossa Senhora a madrinha. Muitas destas pessoas, futuramente, iriam acorrer a Canudos. No período, além das pregações, também realizava trabalhos de pedreiro, atuando na construção e reparos de igrejas, açudes, tanques, cemitérios e estradas. Em 1876, fora preso, sob acusação (depois comprovada como falsa) de assassinato da mãe e da esposa. Considerado inocente, ao ser libertado prometeu construir igrejas e reparar cemitérios pelo sertão, na Bahia e Sergipe.



Em 1882, foi proibido, pelo arcebispo da Bahia, de pronunciar sermões nas igrejas, sob o argumento de que não era sacerdote católico regularmente ordenado. Inevitavelmente, teve outros problemas com a polícia e foi dado, pelas autoridades, como louco.

Nos anos logo seguintes à proclamação da República, Antônio liderou protestos com queima das tabelas que continham os editais de impostos criados pelo novo governo. Isso ocorreu em várias localidades baianas, como Bom Conselho, Itapicuru, Soure, Amparo e Bom Jesus.

Em 1893, chegou, com seus seguidores, a uma região às margens do rio Vaza-Barris, curso de água perene, que em seus 450 km de extensão, banha os estados da Bahia e de Sergipe. Sua nascente localiza-se no sopé da Serra dos Macacos, sertão da Bahia, e a foz na praia do Mosqueiro, em Aracaju.

Aquela área era escassamente povoada desde o século XVII, com

pequena atividade pecuária e missões jesuítas destinadas à catequese dos indígenas locais, de etnia *kiriri*. Por volta do final do século XVIII, surgira, a leste da vila de Uauá, uma pequena aldeia, chamada “Canudos”, devido ao canudo-de-pito, (*senna bicapsularis*, árvore da família das fabáceas, sub-família *caesalpinioideae*), típico da região, vegetal longo que, quando cortado, resultava num cilindro oco, utilizado para fabricar cachimbos de barro. Segundo Euclides da Cunha (*Os Sertões*), tais cachimbos eram “de metro de extensão”.

A aldeia, de cerca de cinquenta casas, estava abandonada desde 1890, quando os andarilhos chegaram, em 1893. Estabelecendo-se no local, Antônio ali fundou um arraial, ao qual deu o nome de “Belo Monte”. Designação, ressalte-se, que não fazia jus à sua localização, pois situava-se num vale cercado por colinas e não sobre alguma delas.



Fig. 2 - Imagem de Conselheiro, frente ao Museu, na atual Canudos



Fonte: Museu Histórico de Canudos

Paulatinamente, ocorreu o crescimento da vila, enquanto o líder carismático propalava suas ideias pelo entorno. Ele pregava, em seus sermões, que os crentes com trabalho duro e seguidores dos preceitos da moral cristã ficariam sob proteção espiritual contra o mundo secular em corrupção.

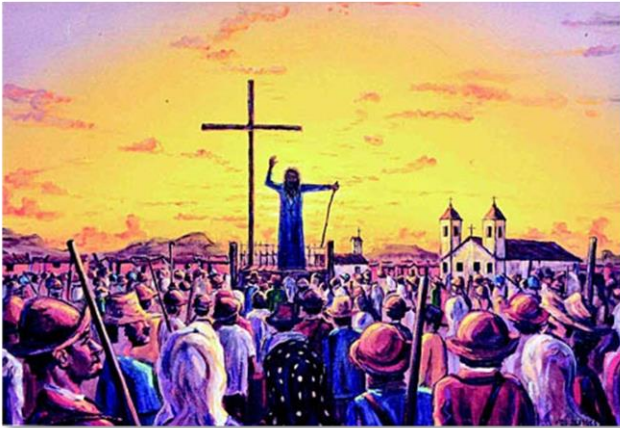
Antônio ficara revoltado com a proclamação da república, em 1889, e pregava a união entre Igreja e Estado. Dizia que um Estado sem religião seria uma artimanha do “anticristo” para dividir as pessoas. Ele não aceitava o fim da

monarquia - em sua opinião, o Imperador fora posicionado no trono por Deus e o povo não tinha o direito de retirá-lo. Suas pregações incluíam ainda o fim da cobrança de impostos, além da extinção do casamento civil. Reforçava sua condição de “Enviado de Deus”, que recebera a missão de liderar um movimento contra injustiças e diferenças sociais.

A essa altura, já era regionalmente conhecido como “Antônio Conselheiro”.



Fig. 3 – Representação artística do arraial



Fonte: Wikimedia/Wikicommons

O ARRAIAL DE CANUDOS

A vila, agora intitulada “Império do Belo Monte”, era uma sociedade igualitária, de produção comunitária e propriedade coletiva. Praticava uma economia de subsistência, cultivando mandioca, milho, feijão, cana de açúcar e criando cabras.

A liderança era essencialmente religiosa, com regras rígidas de conduta por parte dos seus habitantes. A residência ali somente era permitida sob autorização. O grupo acreditava em vida nova após o

juízo final e na volta do rei português D. Sebastião.

Existia uma praça central, o Quadrado Santo, com duas igrejas em lados opostos dela, onde se praticavam as rezas. O sino do campanário da igreja de Santo Antônio (“Igreja Velha”) ressoava todos os

finais de tarde conclamando os moradores. Um das ruas com algumas casas de alvenaria, com telhas, e outras ruas ao redor com casas mais simples, paredes de barro e cobertas por folhas de icó (*capparis yco*, árvore de pequeno porte, de folhas compridas e estreitas, pertence à família *capparaceae*).

O arraial mantinha relações comerciais com as localidades próximas e até mesmo com alguns poderosos e famílias que assistiam aos sermões do Conselheiro na igreja. Inexistindo moeda, as tran-



sações se valiam do “escambo” ou de “vales”. Com a recusa ao pagamento de impostos, consideravam-se independentes do restante do Brasil.

Foi estabelecida uma estrutura de “Governo”, formado por “Apóstolos”. Dentre estes, se destacavam um chefe da Guarda Católica (Calixto, guarda da Igreja), um chefe do povo (João Abade), um “olheiro” (Beatinho, encarregado da vigilância), um sineiro (Tramela), um armeiro (Antônio Vilanova), um curandeiro (Manuel Quadrado). Completavam a “equipe” os comandantes da guerra (Pajeú, Macambira), o espião (Chico Ema, obtendo informações externas), guardas de estrada e beatas (auxiliares gerais). Armas e munição eram obtidas de comerciantes, de fazendeiros e mesmo subtraídas da polícia.

Em seu apogeu, os habitantes do reduto (pejorativamente chamados de “pelados”) se

acomodavam em cerca de 5.200 casebres e na área de influência existia uma população aproximada de 25 mil pessoas, que consideravam o arraial como a “terra prometida”.

A presença desta comunidade, com tais características, provocou insatisfação da Igreja Católica, que perdia os fiéis que resolviam seguir o Conselheiro. Sua fama de “milagreiro” era muito mal vista pelas autoridades religiosas.

O arraial também despertou ira nos “coronéis” da região, cujos trabalhadores desertavam frequen-

Fig. 4 – Área de influência do Conselheiro



Fonte: História do Exército Brasileiro



temente e se aliavam ao “Império”. Como se não bastasse, os políticos perdiam uma “clientela” cativa, homens utilizados nas eleições com o “voto de cabresto”.

A localidade, com o tempo, foi mais conhecida pelo apelido de “Canudos”, da antiga aldeia, epíteto que era aplicado pelos oponentes e detratores que, com isso, buscavam neutralizar ou reduzir a influência do Conselheiro, negando a este o carisma do nome original por ele escolhido. Assim, o “Arraial” ou “Império” de Belo Monte passaria à História com o nome de Canudos.

As relações do governo com o vilarejo se complicavam cada vez mais. As autoridades passaram a considerar aqueles sertanejos como fanáticos religiosos e rebeldes monarquistas perigosos. Já em 1895 se registraram escaramuças localizadas e pequenos embates pela região.

Começou, então, a interferência do Estado da Bahia. Conselheiro, classificado como o verdadeiro “anticristo”, liderou, nessa época, em Masseté (ou Maceté), um ata-

que a uma força policial de um tenente e 30 soldados, derrotada no entrevero. Também entraram em ação negociadores religiosos, numa tentativa de pacificação, sem sucesso. O arcebispo da Bahia enviou dois capuchinhos italianos e o padre da cidade de Cumbe, para resolver a questão. De volta a Salvador, um dos capuchinhos escreveu um relatório sugerindo intervenção do governo, com o argumento que os canudenses não queriam pagar impostos nem obedecer à Igreja Católica oficial.

A imprensa, os militares e as autoridades passaram a utilizar a palavra jagunço para designar aquela gente que seguia a liderança de Antônio Conselheiro. O termo, originalmente, significava uma arma, haste de metal com uma ponta aguda de ferro. Posteriormente, pelo seu uso, passou a designar um guarda-costas ou capanga de proprietários de terras, políticos e poderosos em geral. Com esta campanha, ganhou um novo significado, o de “criminoso armado”.

Além das avaliações políticas



equivocadas, da pobreza e da religiosidade, mal-entendido sobre uma venda serviu como estopim da violência - a comunidade encomendara madeira em Juazeiro, para continuar as obras na igreja da vila e realizou previamente o pagamento do material. Porém, com atraso na entrega, surgiram boatos de que os canudenses iriam até a cidade tomar a madeira à força. Autoridades locais, temerosas de uma invasão, solicitaram tropas ao governo da Bahia.

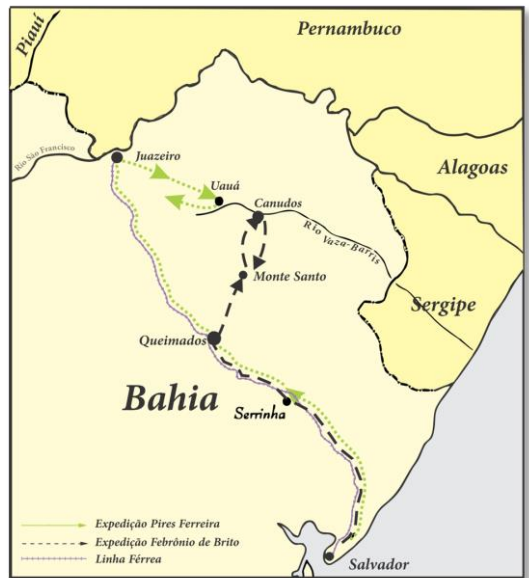
Daí para a guerra propriamente dita, foi um passo.

Já se vislumbrava o emprego do Exército. As palavras do coronel Pedro Nunes Batista Ferreira Tamarindo, então comandante do 9º Batalhão de Infantaria, foram proféticas: “Aqui há um osso duro de roer, mas ninguém quis tocar nele, por conveniências políticas e outros pelo receio de sua resistência. É uma bomba tremenda, que vai reventar nas mãos do Exército”.

INTERVENÇÃO

A intervenção estatal armada se iniciou em outubro de 1896, quando as autoridades de Juazeiro apelaram para o governo baiano em busca de uma solução. A 7 de novembro, partiu de Salvador para aquela cidade uma Expedição, sob o comando do tenente Manuel da Silva Pires Ferreira. Era um destacamento policial de 3 oficiais e 104 praças, armado com fuzis Mannli-

Fig. 5 – Primeira e segunda expedições



Fonte: História do Exército Brasileiro



cher M1888. Depois de deslocamento ferroviário até Juazeiro, seguia em direção ao arraial, quando foi atacado por um grupo de conselheiristas, travando combate em Uauá, a 21 de novembro. Com falta de munição e víveres, vários mortos, sofrendo incêndios e saques, a tropa efetuou uma retirada.

O fato recebeu atenção da imprensa, que divulgou que os canudenses eram monarquistas, católicos, que tinham apoio de países estrangeiros e eram conspiradores visando derrubar a República e restaurar a monarquia escravocrata.

Agora cientes de que sofreriam novas investidas do governo, os jagunços fortificaram os acessos ao arraial.

Em 26 de novembro, partiu uma segunda Expedição, comandada pelo major Febrônio de Brito, com 557 efetivos, oficiais e praças, entre Exército e policiais. Além dos fuzis Mannlicher M1888, a tropa contava com metralhadoras Nordenfelt 11mm e dois canhões Krupp C/24 75mm. A tropa deslocou-se de trem de Salvador até Queimados, de onde partiu para

Monte Santo. Efetuou, entre 16 e 18 de janeiro de 1897, combates em Mulungu (contato com os rebeldes) e em Cambaio (operação de ataque). Sofreu contra-ataque em Tabuleirinho. Igualmente por falta de víveres e munição, fracassou e empreendeu retirada em 19 de janeiro, dirigindo-se a Monte Santo.

As repercussões dos insucessos acarretaram divergências de pontos de vista e críticas, evidenciando a falta de planejamento. A opinião pública estava alvoroçada, com má avaliação das missões malsucedidas. Em adição, surgiram melindres políticos, envolvendo a autonomia do estado (Bahia) e a posição do Distrito Militar, que considerava a situação uma “ofensa à dignidade do Exército”, colocando as “instituições em risco”.

Na capital do país, o Governo Federal, sob pressão de políticos “florianistas”, que viam em Canudos um perigoso foco monarquista, assumiu a repressão. A notícia da vinda de tropas regulares à região atraiu para lá pessoas, oriundas de várias áreas do Nordeste, dispostas

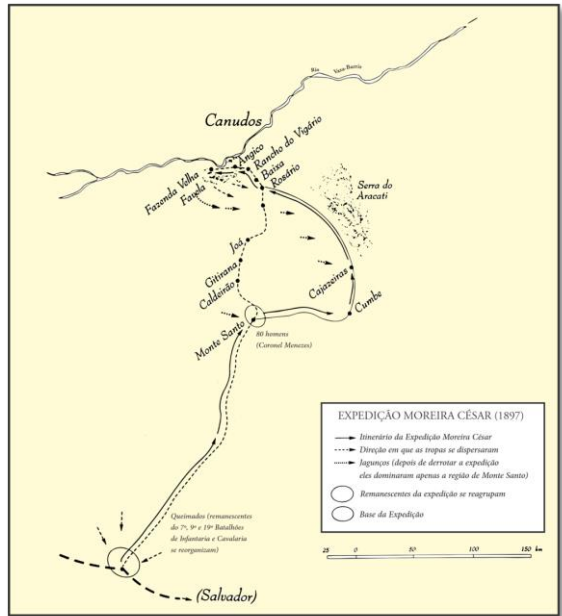


a lutar em defesa do “homem santo”. Eram sertesanejos remanescentes da rede de contatos estabelecida por ele anos antes, em suas andanças.

Assim, em virtude dos reveses anteriores e da fama cada vez maior do Conselheiro, as operações passaram a ser determinadas diretamente da Capital Federal. Os preparativos envolveram aumento dos efetivos, acúmulo de material bélico, cálculo mais minucioso das necessidades em víveres (inclusive prevendo racionamentos) e medidas de proteção frente ao inimigo. Havia, porém, má vontade entre as tropas, desmotivadas.

Organizou-se, então, a terceira Expedição, agora comandada pelo coronel Antônio Moreira César, oficial “florianista”, que fora comandante em Desterro (atual Florianópolis), durante a Revolução Federalista em 1893. Competente e temperamental, mas de saúde fraca,

Fig. 6 – Expedição Moreira César



Fonte: História do Exército Brasileiro

tinha os apelidos de “Treme Terra” e “Corta-Cabeças”, era conhecido por sua valentia e ferocidade. Sua missão, contudo, não era perfeitamente definida, o que redundou em planejamento falho.

O grupamento partiu, via ferroviária, de Salvador para Queimadas em 7 de fevereiro de 1897, numa força constituída por 1.300 homens em quatro batalhões de



Infantaria, 7º, 9º, 33º e 16º (-), 200 policiais militares, um esquadrão de Cavalaria do 9º Regimento de Cavalaria e uma bateria de Artilharia do 2º Regimento de Artilharia Montada. A tropa estava armada com fuzis Mannlicher M1888 e metralhadoras Nordenfelt 11mm, a Artilharia com quatro canhões Krupp C/24 75mm e um Withworth 32, arma que ganharia o apelido de “matadeira”. O efetivo incluía ainda dois engenheiros militares e contava com ambulâncias. De Queimadas, deslocou-se a Monte Santo, onde montou uma base de operações. Dali empreendeu movimento a Canudos no itinerário Cumbe, Cajazeiras, Angico e Fazenda Velha. Desencadeou os ataques a partir do dia 3 de março.

O armamento desgastado, a pouca munição e a logística insuficiente redundaram em fracasso nos combates em Pitombas, Angico e Fazenda Velha. Já por volta das 10h daquele mesmo dia, a vanguarda chegara a 800m de Canudos, após uma preparação de Artilharia. Esta, se aproximou, a braço, para 400m. Às 11h deu-se a inves-

tida final, que resultou em um verdadeiro desastre. Moreira César foi gravemente ferido e o segundo oficial mais antigo, Tamarindo, assumiu o comando.

Com a morte de Moreira César, no dia seguinte, a situação se complicou. A decisão, uma vez mais, foi a retirada. Seria uma retirada organizada. Contudo, assim que foi iniciada a marcha, a coluna sofreu ataque inimigo. O capitão José Agostinho Salomão da Rocha, comandante da Artilharia, foi encarregado de garantir a retirada e guardar os feridos. A tropa formou o tradicional quadrado (manobra típica da época, alinhamento para o combate), mas não resistiu às investidas dos conselheiros. A confusão se estabeleceu e a retirada ficou desordenada, todos em tentativa de resistência. Na refrega, aconteceram as mortes de Tamarindo e de Salomão da Rocha. O movimento retrógrado se transformou em debandada, com abandono dos feridos e chacina dos prisioneiros.

As repercussões deste novo fracasso foram intensas, clamava-



se que “a República estava em perigo”. Houve muita animosidade da imprensa, pipocavam opiniões dos governadores acerca das nomeações dos comandantes, falava-se do despreparo das tropas e outras críticas.

Por outro lado, no Governo Federal aconteciam turbulências, com desentendimentos e trocas de funções. No período (lembrando que Canudos aconteceu logo depois da Revolução Federalista e da Revolta na Armada, ou seja, quase simultaneamente àqueles conflitos), a pasta da Guerra (depois Ministério do Exército e hoje Comando do Exército, subordinado ao Ministério da Defesa) teve cinco ocupantes, sendo que dois deles em mais de uma ocasião: Bernardo Vasques (15 Nov 1894/23 Out 1896), Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira (23 Out 1896/04 Jan 1897), Francisco de Paula Argolo (4 Jan 1897-17 Mai 1897), Carlos Machado Bitencourt (17 Mai 1897-2 Ago 1897 e 27 Out 1897-5 Nov 1897) e João Tomás de Cantuária (2 Ago 1897-27 Out 1897 e 6 Nov 1897-15 Nov 1898).

Mesmo na chefia da nação havia desentendimentos, pois Prudente de Moraes mantinha divergências políticas com seu vice Manuel Vitorino Pereira (baiano, que assumiu interinamente o governo entre 10 Nov 1896 e 3 Mar 1897, quando o presidente se licenciou por questões de saúde). Manoel Vitorino, inclusive, seria, posteriormente, acusado de envolvimento no atentado que, visando atingir Moraes, tirou a vida do ministro Bitencourt, quando do regresso das tropas.

No campo externo, o Brasil estava recém-saído de um desgastante litígio internacional com a Argentina, a “Questão de Palmas”. Aquele País reclamava a posse do território oeste dos Estados Santa Catarina e Paraná, o processo de arbitragem durou de 1890 a 1895. A solução, favorável ao Brasil, foi dada pelo presidente norte-americano Stephen Grover Cleveland. Nosso advogado foi José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, e Chanceler o general Dionísio Cerqueira (que seria, depois, ministro da Guerra,



em meio à campanha).

Some-se a isso tudo o fato de que muitas tropas se encontravam exauridas pelos combates no Sudeste/Sul (Revolução Federalista e Revolta na Armada), além das enormes dificuldades em se deslocarem grandes efetivos de um extremo ao outro do País. Fora as dificuldades logísticas e financeiras. Todos estes fatores juntos dificultavam em muito as decisões do Ministro da Guerra que estivesse no cargo, bem como as medidas de preparação das tropas.

Assim, foi organizada uma nova expedição, a quarta, agora a comando do general Artur Oscar de Andrade Guimarães, então comandante do 2º Distrito Militar, em Recife, que se pôs em movimentação a partir de 27 de março de 1897. Os principais chefes selecionados eram, todos, “florianistas”.

A tropa, num total de 3.000 homens, era composta por seis brigadas de infantaria, o 5º Regi-

mento de Artilharia (reforçado) e o 9º Regimento de Cavalaria (reforçado). Estava armada com carabinas Comblain e fuzis Mannlicher M1888, contava também com metralhadoras Nordenfelt 11mm, canhões Hotchkiss 47mm, Krupp C/24 75mm e Withworth 32. Em adição, uma comissão de engenheiros. A manobra previa um duplo envolvimento, por duas colunas de três brigadas cada uma, com a junção ocorrendo em Canudos. Uma reunião prévia dos titulares das diversas unidades definiu mais detalhadamente os planos e verificou-se o estado de adestramento da tropa. Algumas poucas unidades contavam com os novos fuzis Mauser 7mm, modelo 1894 bem como, ainda, a Artilharia levou uma peça Canet 150mm, modelo 1890, de alma raiada hexagonal. Estas armas, contudo, foram muito pouco usadas, pelo final da campanha e pela pequena quantidade.



general Cláudio do Amaral Savaget e se compunha das 4^a, 5^a e 6^a Brigadas, comandadas respectivamente pelos coronéis Carlos Maria da Silva Telles (depois general), Julião Augusto da Serra Martins e Donaciano de Araújo Pantoja.

Iniciados os movimentos, o cerco foi devagar se configurando. O mês de julho de 1897, contudo, encontrou os combatentes já sem munição e sem víveres, sofrendo de fome e sede, nítidos candidatos a mais um insucesso. Embora ocorresse pouca deserção, inexistia recomposição de efetivos, sendo que um novo comboio somente chegou a 13 de julho sem, contudo, resolver os problemas existentes. Logística, em resumo.

Aí, então, entra em cena o novo ministro da Guerra, marechal Bitencourt, designado pelo presidente da República com plenos poderes para dar um desfecho final ao conflito. Ele vai pessoalmente a Monte Santo, de onde supervisionaria os trabalhos. Tomando ciência da situação, logo que a grande vulnerabilidade era a ausência de uma adequada estrutura de supri-

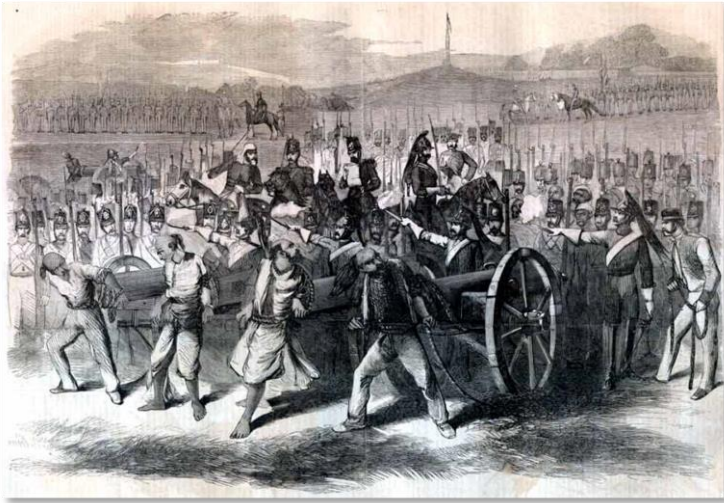
mentos. O ministro determinou a reformulação total do apoio logístico, destituindo fornecedores, adquirindo produtos diretamente, negociando preços, organizando bases e linhas de abastecimento com comboios levando os itens necessários até as unidades empenhadas. Estas providências propiciaram o desencadeamento dos ataques, a manutenção das tropas em ação e o término do conflito.

Uma reorganização estabeleceu área de retaguarda, sob comando do general Savaget, passando o comando da 2^a coluna de ataque ao coronel Serra Martins. A 24 de julho a tropa ainda sofreu um contra-ataque jagunço, que foi repellido. A 5 de agosto deu-se a chegada de reforços, com o general Miguel Maria Girard e o general Carlos Eugênio de Andrade Guimarães (irmão de Artur Oscar), este no comando de forças auxiliares, integrantes das polícias dos Estados do Pará, Amazonas e Bahia. O total presente na frente de combate se elevou a 6.000 homens.

Após as manobras e reposicionamentos, o avanço e as investi-



Fig. 8 – Tropas em ação



Fonte: Wikimedia/Wikicommons

das finais começaram em 7 de setembro, com a conquista de Fazenda Velha, o fechamento do cerco nos dias 23 e 25, com ataques e conquistas de Cocorobó, Angico e Jeremoabo. A morte de Conselheiro aconteceu em 22 de setembro. Sob bombardeio contínuo, o assalto derradeiro deu-se em 1º de outubro, finalmente ocorrendo a chegada a Canudos. No dia 5 de outubro de 1897, quando morreram os quatro derradeiros defenso-

res do arraial, a revolta chegou ao fim.

No dia seguinte ao fim das operações militares, o cadáver do líder, Antônio Conselheiro, foi exumado e sua cabeça, decepada. Houve destruição de todas as edificações, incendiadas. Uma contagem registrou 5.200 casebres.

O resultado final da refrega foi o aniquilamento completo do arraial, quase toda a população foi exterminada. Sobreviventes apenas os pouquíssimos que conseguiram



fugir e desaparecer em meio ao sertão.

ANÁLISE DAS OPERAÇÕES

Os insurretos “canudenses” ativos, cerca 10.000 homens (número bastante incerto, estimado), contavam com aproximadamente 5.000 possuidores de alguma experiência de combate. Sua organização era precária, mais resultante de experiências vividas e impulsionados pelas forças do fanatismo religioso. Seu material bélico era débil e variado, fruto do acúmulo anteri-

or de itens adquiridos ou furtados, da fabricação artesanal (pólvora e projetis) e, por fim, suprimentos subtraídos de forças expedicionárias batidas em combates. Nos seus ataques, utilizavam táticas de guerrilha, além de ações de inquietação e retardamento. Conheciam detalhadamente a área onde atuavam.

As tropas governamentais eram despreparadas para tais ações: adestramento falho, não conheciam o terreno, não dispunham de informações sobre o inimigo, atuavam sem coordenação. Além do planejamento deficiente e da falta de logística adequada, usavam

Quadro 1 – Expedições militares contra Canudos

Comandantes	Efetivo	Armamento	Objetivo	Combates	Resultado
Pires Ferreira	107	Fz Mannlicher M1888	Juazeiro	Uauá	Retirada
Febrônio de Brito	557	Fz Mannlicher M1888 Mtr Nordenfelt 11mm Can Krupp C/24 75mm	Canudos	Mulungu Cambaio Tabuleirinho	Retirada
Moreira César Tamarindo	1.300	Fz Mannlicher M1888 Mtr Nordenfelt 11mm Can Krupp C/24 75mm Can Withworth 32	Canudos	Pitombas Angico Fazenda Velha	Debandada
Artur Oscar João Barbosa Cláudio Savaget Miguel Girard Carlos Guimarães	3.000 6.000	Fz Mannlicher M1888 Car Comblain Mtr Nordenfelt 11mm Can Hotchkiss 47mm Can Krupp C/24 75mm Can Withworth 32	Canudos	Fazenda Velha Cocorobó Angico Jeremoabo Canudos	Rendição Destruição

Fonte: Elaborado pelo autor



uniformes não compatíveis com o clima e sem proteção contra os espinhos da vegetação da catinga. De cores vivas, não ofereciam nenhuma camuflagem, pelo contrário, eram facilmente visíveis aos oponentes, que se disfarçavam no ambiente.

Pelo governo, na guerra toda, foi empregado, em combate e em serviços de apoio, um total aproximado de 12 mil homens, entre Exército, Guarda Nacional e policiais de 17 estados.

No geral, o conflito computou cerca de 25 mil baixas, sendo 20 mil mortos (2 mil militares e 18 mil civis) e o restante feridos, desertores, prisioneiros, deslocados e refugiados.

Todos estes são números aproximados, imprecisos, pois as poucas fontes existentes variam bastante.

Um resumo das Expedições que entraram em combate pode ser visto no quadro 1:

CONSEQUÊNCIAS

O retorno das forças foi traumático. No dia 5 de novembro de 1897 uma comitiva presidencial assistia à chegada dos combatentes vindos no navio “Espírito Santo”, que desembarcavam em frente ao Arsenal de Guerra (atual Museu Histórico Nacional). Uma tropa em forma prestava honras militares, quando um anspeçada (graduação intermediária entre soldado e cabo), Marcelino Bispo de Mello, do 10º Batalhão, armado com uma garrucha, investiu contra o presidente Prudente de Moraes. A arma não disparou e o ministro Bitencourt saiu em defesa, intervindo contra o assassino, retirando-lhe a arma e interpondo-se entre ele e o presidente. Marcelino reagiu com um punhal, ferindo gravemente o marechal, que faleceu logo depois.

Pelos seus feitos durante a campanha, organizando o apoio logístico, Carlos Machado Bitencourt seria posteriormente (Decreto de 5 de abril de 1940) declarado Patrono da Intendência. Esta (na qual este autor se graduou na Aca-



demia Militar e conduziu sua carreira) trabalha, na paz e na guerra, para a manutenção do homem, no atendimento às suas necessidades de vida. É voltada para as atividades de suprimento, transportes e serviços como lavanderia e banho. Nas organizações militares, os intendentess assessoram os comandantes na administração financeira e na contabilidade. Incansável e tenaz, a “Rainha da Logística” realiza um serviço cotidiano e ininterrupto, sendo a satisfação da tropa apoiada o seu maior objetivo.

Importante consequência da campanha foi a necessidade de preparo, por parte do Exército, no sentido de sanar a falta de planejamento na desmobilização dos efetivos empenhados em campanhas. Em seu retorno, muitos não continuaram nas fileiras do Exército e ficaram aguardando medidas de realocação em empregos e ocupações. Acabaram

se “amontoando” no Morro da Providência. Esta elevação, localizada nas proximidades do então Ministério da Guerra, já acomodava antigos escravos libertos, que lá viviam à espera das “providências” que lhes foram prometidas desde a Guerra do Paraguai, quando aqueles alistados receberiam, na volta, variados benefícios como rendas, terras etc. Por tal razão o morro ficou com este nome.

Amontoados em casebres desorganizados e sem nenhuma estrutura, deram origem ao termo “favela” para designar tal categoria de aglomerações de residências precárias

Fig. 9 – Ruínas de “Canudos Velho”



Fonte: Wikimedia/Wikicommons



rias. Na campanha, em Canudos, havia um “Morro da Favela”, local de abundância da *cnidoscolus quercifolius* (faveleira, faveleiro ou mandioca-brava), planta da família das *euforbiáceas*, dotada de espinhos e flores brancas, dispostas em cimeiras. Ela produz um fruto na forma de cápsula, com sementes oleaginosas, semelhantes às favas. Foi muito usada na alimentação dos combatentes, na fome e ausência de outras fontes.

Infelizmente essa deficiência relativa à desmobilização repetir-se ia mais de meio século depois, quando do regresso das tropas enviadas à Itália, compondo a Força Expedicionária Brasileira. Igualmente, neste conflito, avultaram as questões logísticas. Da mesma forma que na Guerra da Tríplice Aliança, onde a falta de adequado apoio logístico foi um dos principais obstáculos. Mas tais questões são outras abordagens, que este autor tem, relatadas em trabalhos específicos.

Quando ao vale do rio Vaza-Barris, no início do Século XX, o arraial foi parcialmente reconstruí-

do, por alguns poucos sobreviventes, em local próximo, vilarejo que recebeu o nome de Canudos, mas em área pertencente ao município de Euclides da Cunha.

Numa visita do presidente Getúlio Vargas, em 1940, foi decidida a construção de um açude naquele lugar, o que inundaria a vila. Assim, ao início das obras, em 1950, os habitantes começaram a abandonar suas casas, dirigindo-se a outras localidades da região. Nesta ocasião, um novo povoado se constituiu junto à barragem em construção, a cerca de 20 km, ocupando uma antiga fazenda chamada Cocorobó (que também fora palco de combates). As águas do Açude de Cocorobó, que teve seu enchimento completo em 1969, fizeram desaparecer esta “segunda Canudos”. As ruínas de algumas edificações de um pequeno bairro, mais elevadas, ficaram fora da inundação, local hoje conhecido como “Canudos Velho”.

Em 25 de fevereiro de 1985, o vilarejo de Cocorobó se emancipou do município de Euclides da Cunha. Na esteira dos acontecimentos



históricos e da “fama” do nome, a nova cidade foi batizada de Canudos e existe hoje. Localizada no chamado “polígono das secas”, conta com mais de 15.000 habitantes, casas de alvenaria, ruas asfaltadas e modesto comércio. Sua principal fonte de renda é a produção de bananas, somada à venda de carne de cabras. Sofre de todas as mazelas que afligem o sertão nordestino brasileiro.

ENSINAMENTOS COLHIDOS

Como lições aprendidas, elencamos os seguintes aspectos, no tocante aos efetivos militares:

- a. tropa empregada com missão indefinida;
- b. carência de informações;
- c. doutrina empregada - da guerra clássica (vigente à época), sendo que no caso o oponente não era um exército regular, mas efetivos civis, mal organizados;
- d. desproporção de meios e tropa não especializada naquele tipo de ação, os efetivos necessitariam de adestramento prévio;

- e. vantagem do defensor, conhecedor do terreno e dotado de capilaridade local, além de algumas parcelas contarem com experiências acumulada no combate;

- f. o suprimento com recursos locais não atendeu às necessidades; ressaltou-se a importância da Logística, peça-chave para qualquer operação militar;

- g. a desmobilização dos efetivos, após o emprego;

- h. emprego de forças do Exército em ações de polícia;

- i. inexperiência em combate em localidades;

- j. prática de bombardeios e incêndios em áreas residenciais.

Nos estudos de aspectos sócio-políticos, destacam-se os seguintes fatores:

- a. insurreições resultantes de pobreza, miséria, carências, fanatismo etc;

- b. pressões políticas por parte de diversas correntes de interesses e pensamentos;

- c. importância das lideranças; tão logo ocorreu a morte do Conselheiro, houve perda da força impul-



sora dos insurretos;

d. fanatismo como energia motivadora; o perigo de lideranças messiânicas;

e. fome, sede e doenças, pressões constantes nas situações de convulsões de combate;

f. deslocamentos de populares fugitivos;

g. cidades bombardeadas e destruídas, acarretando fugas populacionais;

h. autoridades com objetivo de prestar uma “satisfação” à sociedade.

Em suma, a motivação do movimento foi um misto de miséria, desemprego, crise econômica, ausência do Estado, baixo índice educacional. O arraial foi destruído, e os resultados na prática foram mortes, destruição e gastos. Na dura realidade, os reflexos nas estruturas nacionais foi zero - nada mudou! E outros conflitos semelhantes aconteceriam, como por exemplo o “Canudinho de Lages” (localidade de Entre-Rios, Santa Catarina, em agosto de 1897, simultâneo, porém em menor escala)

e a Guerra do Contestado (1912-1916).

BRASIL, MOMENTO ATUAL

Mais de um século é transcorrido desde aqueles anos iniciais da nossa República. No tocante aos aspectos econômicos, o Brasil certamente contabiliza enormes avanços, conforme os indicadores PIB, PIB *per capita* e IDH, além de possuir muito maior inserção mundial. Entretanto, nossa distribuição de renda se encontra entre as piores do mundo e são inúmeros os problemas existentes, como: baixo nível educacional; alto índice de corrupção; estrutura fiscal tributária estapafúrdia, burocracia asfixiante, infraestrutura muito aquém da necessária; degradação ambiental; insatisfações/disputas fundiárias; vazios de poder/ausência do Estado; Justiça lenta e congestionada, incremento de proselitismos religiosos e de ânsias consumistas. São grandes as taxas de criminalidade e de violência, com extensas áreas sob domí-



nio do crime organizado. Interesses estrangeiros (empresas, governos, ONGs) se fazem presentes e, por fim, nosso sistema político não prima pela representatividade e há grave descomprometimento pela maioria dos eleitos. No campo econômico, nossa pauta de exportações segue em imensa maioria composta por produtos de baixo valor agregado, onde “commodities” perfazem 51%.

Assim, um “Raio X” do Brasil, em pleno século XXI mostra grandes indagações em aspectos tais como aplicação de recursos e investimentos em educação, infraestrutura e saúde, além de falta de coordenação entre esferas de governo.

Os principais desafios que se apresentam para o Brasil são reduzir as desigualdades (investir em

educação, gerando emprego e renda), recuperar e modernizar a infraestrutura do País, e aplicar recursos em inovação e desenvolvimento científico-tecnológico. Há ainda que se combater a corrupção e a impunidade e fortalecer o poder militar, com a efetivação de uma sólida base industrial de defesa. Temos que resgatar e elevar o orgulho nacional. E no campo externo, cooperar para a paz e o entendimento entre as nações.

Nos encontramos em uma nova era. Há coisas erradas em nosso País? Sim. São necessárias mudanças? Sim!

Como se pode mudar alguma coisa? Pela força (interna ou externa)? Com novos “Conselheiros”? Ou pelos instrumentos legítimos de um processo educacional amplo e de uma política sadia?



Quadro 2 – Possíveis causas de conflitos

Fontes de conflito/insegurança	Ocorrência no Brasil
Agressões ao meio-ambiente	Sim.
Confrontos ideológicos	Sim: ainda se discute "socialismo-capitalismo" no Brasil, nos moldes dos anos 40, 50 e 60!
Contrabando, descaminho	Sim.
Corrupção, burocracia	Sim.
Desemprego	Sim: solução só com tempo e estratégias eficazes.
Disputas por recursos hídricos	Não: há carências regionais e possibilidade de soluções internas.
Disputas comerciais	Sim.
Disputas fundiárias	Sim.
Disputas por energia	Não, mas poderá acontecer.
Exploração irregular de recursos	Sim: minerais e madeiras principalmente.
Fome	Sim: mesmo com estatísticas não confiáveis, há setores da população atingidos.
Intolerâncias étnicas e/ou religiosas	Não.
Má distribuição de renda	Sim.
Migrações externas irregulares	Emigração, sim; imigração, pouca.
Movimentos migratórios internos	Sim, congestionando áreas urbanas.
Narcotráfico/narcosubversão	Sim: narcotráfico, em proporção crescente, em áreas urbanas.
Neonazismo/neofascismo	Não.
Proliferação de armas	Sim: especialmente armas leves, portáteis; comércio ilegal conectado com o crime organizado e com a corrupção policial.
Regimes ilegais de trabalho	Sim, inclusive infantil.
Separatismo	Não.
Superpopulação	Sim: existe, em áreas urbanas congestionadas.
Terrorismo	Não; mas o crime organizado utiliza técnicas terroristas.
Xenofobia	Não.

Fonte: Elaborado pelo autor

O Brasil está, aos poucos, despertando para seu destino e criando uma base conceitual própria e se estruturando para formular e aplicar estratégias que o con-

duzam ao seu futuro de grandeza. É um longo caminho, porém os primeiros passos estão acontecendo. No entanto, há muitos obstáculos adiante. A carência maior está



nas boas lideranças políticas, que terão possibilidade de emergir em maior intensidade do seio de uma população mais educada, mais homogênea socialmente, mais consciente, confiante em suas instituições e entusiasmada pelo seu progresso. E isso somente ocorrerá quando as gerações de brasileiros se sucederem recebendo amplos investimentos em educação e com o cultivo de sadios valores de patriotismo e nacionalidade.

Um Estado soberano não é somente aquele que detenha a capacidade de definir seus rumos ou que detenha maior poder econômico. O conceito de soberania inclui a capacidade de defesa de seus interesses e, também e, sobretudo, a responsabilidade pelos seus atos - ou pela ausência deles. Um Estado, em não sendo capaz de proporcionar satisfação aos anseios de seu povo, com certeza dará margem ao aparecimento de ilícitos de toda natureza, o que pode ser motivo de turbulências, de desagregação ou até de intervenção por outros Estados, realmente soberanos e mais poderosos. E se for incapaz de usar

racionalmente suas riquezas em prol do bem-estar de seu povo, ou mesmo de defendê-las, poderá tê-las cobiçadas e ameaçadas por terceiros.

CONCLUSÃO

Estudar guerras...por quê? Para conhecer melhor o fenômeno, analisar causas e visualizar consequências, tentar evitar que ocorra novamente. No entanto, se acontecer, não repetir erros. E a melhor atitude é estar preparado para todas as hipóteses.

Soren Kierkegaard (filósofo e teólogo dinamarquês, 1813-1855) afirmou que “A vida só pode ser entendida olhando-se para trás, mas só pode ser vivida olhando-se para frente”.

François Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire (escritor, ensaísta, deísta e filósofo iluminista francês, 1694-1778), disse que “A História nunca se repete. O homem, sempre”.

Ocorre que como é o homem quem constrói a História, ela acaba



por se repetir, caso ele não a conheça ou não saiba aproveitar os conhecimentos. Fatos semelhantes, portanto, se registram em outras épocas, no mesmo ou em outro local, sob outras circunstâncias e com outros atores. Inclusive e principalmente as guerras.

Os conflitos (e a guerra é o conflito em seu grau máximo) são sempre fonte de malefícios e prejuízos imensos. Preveni-los ou neutralizá-los, minimizando seus efeitos nocivos, é uma responsabilidade de toda a nação. Isso não é nenhuma ideia nova, vem desde Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz (estrategista e comandante militar prussiano, 1780-1831), numa incrível atualidade. Segundo suas afirmativas, a nação deve ser defendida pelo soldado e pelo cidadão. Na guerra, o homem comum ombreia com os soldados profissionais.

É forçoso entender que os conflitos atuais, envolvem mais de um dos campos do poder. Atuam o segmento político, a mídia, as forças econômicas e sociais ao lado de forças armadas e auxiliares. Há

desgaste, inclusive e principalmente econômico, mesmo que o panorama aponte para o uso parcial da força, em guerras limitadas (tanto em duração e objetivos quanto em intensidade e meios).

Assim, para se manter a paz, tão necessária para o progresso, é necessário estarmos preparados para a guerra. E a melhor forma de se conseguir isso é, além de investimentos permanentes em pessoas e em meios materiais, estudá-la profundamente.

Se hoje as forças armadas recebem como atividade primordial a defesa do território, sem lutas de conquistas (considerando-se que os países já estejam territorialmente definidos, pelo menos aqui, em nosso ambiente regional), segue válida a assertiva de que o único defensor da soberania nacional é o povo, tanto o segmento civil como o militar.

Mauro Santayana traduz tal relevância desta forma:

Enquanto houver nações, a terra, o sangue e a honra continuarão unidos para dar corpo ao



que chamávamos pátria, e de que nos esquecemos hoje.

Estamos em momento histórico delicado, em que os recursos naturais passam a ser disputados com desespero por todos. As terras férteis e molhadas, de que somos os maiores senhores do mundo, são a garantia da sobrevivência no futuro que está chegando, célere.

Nosso território não nos foi doado. Nós o conquistamos, e sobre ele mantivemos a soberania, com muito sangue e sacrifícios imensos.¹

O segmento armado é elemento essencial à existência de uma nação. Foi e continua sendo protagonista na formação e expansão do estado, na delimitação das fronteiras, no estabelecimento de sua área de influência e na formação da identidade nacional. Nenhum país pode prescindir de Forças de Defesa (aí se incluindo as Forças Armadas, as polícias e demais entidades de segurança), garantes de paz e segurança, instrumentos de dissuasão e prevenção.

O emprego da força como instrumento de resolução de conflitos deve ser a última das alternativas e,

se chegarmos a esse ponto, sem chances de sucesso, o resultado poderá ser fatal.

E, mais importante, Forças Armadas não se improvisam - devem ser mantidas aprestadas e motivadas. Um corolário ancestral dita que “Um exército pode passar um século sem ser empregado; mas não pode ficar um dia sem estar preparado”.

Como diziam os antigos romanos, *si vis pacem, para bellum* (se queres a paz, prepara-te para a guerra).

BIBLIOGRAFIA

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. *Canudos, Campanha Militar*. Brasília: EGGCF, 1997.

BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

BERGO, Marcio T. Bettega. *Explicando a guerra, polemologia: o estudo dos conflitos, das crises e das guerras*. Rio de Janeiro: DECEX/CEPHiMEx, 2013.



BERGO, Marcio T. Bettega. *O Pensamento Estratégico e o desenvolvimento nacional: uma proposta de projeto para o Brasil*. 2 ed. São Paulo: MP Editora, 2008.

BERGO, Marcio T. Bettega. *Projeto Efemérides, dia-a-dia: hoje na história, uma pequena enciclopédia de datas da História Militar Brasileira (no prelo)*.

COSTA. Carla. *Cronologia resumida da Guerra de Canudos*. Rio de Janeiro: Museu da República/IBRAM, 2017.

CUNHA. Euclides Rodrigues Pimenta da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1902.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército Brasileiro*, v. 2. Brasília: EME, 1972.

<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/canudos.htm>.

<https://camaracanudos.ba.gov.br/historia-do-municipio/>

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).
www.ibge.gov.br.

¹ <http://brasileducom.blogspot.com.br>

“Se não vacinar, morre!” – “se vacinar, mato!” – a Revolta da Vacina no contexto do Rio de Janeiro de 1904

João Rafael Mallorca Natal ^a

Resumo: A Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro em 1904, foi um episódio marcante na história do Brasil que refletiu as tensões sociais e políticas da época. O governo implementou uma campanha de vacinação obrigatória contra a varíola, visando melhorar as condições de saúde pública. No entanto, a medida foi recebida com resistência por parte da população, composta majoritariamente por classes populares insatisfeitas com as condições de vida precárias. A revolta resultou em manifestações violentas, confrontos com as autoridades e danos à propriedade pública, evidenciando as profundas desigualdades sociais e a falta de confiança na capacidade do Estado de promover melhorias efetivas na qualidade de vida da população. Este estudo analisa as causas e consequências da Revolta da Vacina, destacando seu contexto histórico e sociopolítico. Além de abordar a resistência popular à vacinação obrigatória, o artigo examina as implicações mais amplas desse episódio para a formação da identidade social e as relações entre Estado e sociedade no Brasil do início do século XX.

Palavras-chave: Revolta da Vacina, saúde pública, Primeira República.

INTRODUÇÃO

Dentre as diversas revoltas ocorridas no período conhecido como República Velha (1889-1930), aquela que foi considerada como a maior insurreição armada popular e urbana do Brasil foi a

Revolta da Vacina, também conhecida como Revolta dos Quebradores. Tal revolta, que teve como causas remotas as condições a que estava submetida a população mais humilde do Rio de Janeiro, então capital da República, teve por causa imediata a aprovação de

^a Coronel de Infantaria da Aeronáutica, mestre em Ciências Políticas e Relações Internacionais. Associado Titular Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



uma lei que tornava obrigatória, no Distrito Federal, a vacinação anti-variolosa, até então opcional.

Antes ainda da questão da vacina obrigatória, durante o governo do Presidente Campos Sales (1898-1902), a população pobre do Rio de Janeiro teve seu poder aquisitivo significativamente diminuído, em função do aumento de impostos, da interrupção das obras públicas, da demissão de funcionários públicos na capital da Nação e, principalmente, do arrocho salarial determinado pelo Governo¹.

O CONTEXTO DO RIO DE JANEIRO

Na virada do século XIX para o XX, a cidade do Rio de Janeiro não fazia jus à sua condição de capital do Brasil. A arquitetura ainda era, em sua maior parte, remanescente do período colonial. O centro da cidade era composto por inúmeras ruas e vielas, estreitas e pouco iluminadas, eivadas de moradias coletivas, os famosos

cortiços, dos quais o mais famoso era o Cabeça de Porco (demolido em 1893), no qual chegaram a residir cerca de 2.000 pessoas². Quiosques nas ruas, de higiene discutível, vendiam café, pão com manteiga e outros itens alimentícios para a população.

Fig. 1 – Cortiço “Cabeça de Porco”



Fonte: MEIHY; BERTOLLI FILHO. op.cit., 1995.

O porto do Rio de Janeiro, um dos mais importantes do país, também apresentava deficiências: o cais era muito pequeno, o que dificultava a atracação dos barcos e exigia que os grandes navios fundessem ao largo, demandando assim custosas e complexas operações de transbordo de carga e passageiros, até o cais propriamente



dito. Havia poucos armazéns, o que ocasionava que cargas chegando ou partindo tivessem que ser estocadas a céu aberto.

Fig. 2 – Antigo porto do Rio de Janeiro



Fonte: MEIHY; BERTOLLI FILHO. op.cit., 1995.

Todas essas inconformidades causavam significativos atrasos nas operações portuárias, dificultando o comércio, em especial o comércio exterior, e dessa forma travando o desenvolvimento do Brasil.

Finalmente, outra grande causa de preocupação para as autoridades eram as diversas moléstias infectocontagiosas que periodicamente assolavam a capital do país. Dentre muitas, pode-se salientar as mais virulentas, ou seja, que causavam mais mortes e sofrimento à

população: a febre amarela, a peste bubônica e a varíola³. A incidência e a taxa de mortalidade dessas doenças era tal que, no exterior, o Rio de Janeiro recebeu o epíteto de Túmulo dos Estrangeiros⁴.

AS REFORMAS DE RODRIGUES ALVES

O Presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, paulista de Guaratinguetá, assumiu o governo em 1902, com o compromisso, por ele mesmo assumido, de resolver a situação do Rio de Janeiro, tornando a capital do país uma cidade moderna, limpa e, sobretudo, livre das doenças que a tornavam tristemente famosa⁵. Para tanto, Rodrigues Alves resolveu empreender três grandes reformas na cidade: a Reforma Portuária, aumentando e modernizando o porto do Rio; a Reforma Urbana, acabando com os cortiços e vielas no Centro, e abrindo ruas e avenidas largas e iluminadas; e finalmente, a Reforma Sanitária, de forma a acabar



com as três grandes moléstias infectocontagiosas que assolavam a capital do Brasil⁶.

Para implementar essas reformas, Rodrigues Alves decidiu convocar pessoas de sua confiança, e que pudessem levar as obras e ações a bom termo e, especialmente, em curto prazo, de tal forma que os frutos dessas reformas pudessem ser colhidos ainda no seu mandato presidencial, que findaria em 15 de novembro de 1906.

O convocado para executar a Reforma Portuária foi o militar, engenheiro e político catarinense Lauro Müller, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas⁷.

No tocante à Reforma Urbana, o encarregado foi o Prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos, engenheiro ferroviário, especializado na França, local em que testemunhou as reformas urbanas levadas a efeito pelo Barão Hausman⁸. Sua maior obra foi a construção da Avenida Central (hoje Avenida Rio Branco), obra essa que levou à demolição de muitas casas e cortiços.

Uma comissão nomeada pelo Ministério do Interior e Justiça em 1905, quando estavam em curso as obras de Pereira Passos, constatou que, até aquela data, a administração municipal e da Saúde Pública haviam demolido cerca de seiscentas habitações coletivas e setecentas casas, privando de teto pelo menos 14.000 pessoas. Centenas de outras famílias foram desalojadas, desde então, e não só pelas demolições ostensivas da Prefeitura e do Governo Federal: a especulação com o solo, feita pelas companhias de bondes, de serviços públicos, e de loteamentos, com o patrocínio dos poderes públicos⁹.

Esse movimento de demolições, no Centro do Rio, foi cognominado pela população como “bota abaixo”, e teve como resultado a “migração” das famílias de menor renda para os morros do Rio de Janeiro, expandindo assim o processo de favelização, ou levando-as a morar nas regiões de subúrbio, para as quais o custo do transporte, feito basicamente por trem, impunha mais um ônus financeiro a uma



Fig. 3 e 4 – Construção da Avenida Central



Fonte: MEIHY; BERTOLLI FILHO. op.cit., 1995.

população que já vivia no limite de seus recursos.

Cabe salientar que tanto Lauro Müller quanto Pereira Passos pediram – e obtiveram – do Governo Federal amplos poderes para executarem suas reformas, sem obstrução de outros órgãos administrativos ou judiciários. Essa condição excepcional deu azo a que as reformas fossem feitas de forma autoritária e mesmo truculenta, sem levar em consideração a opinião das populações afetadas, e por vezes com desrespeito a seus direitos básicos¹⁰.

OSVALDO CRUZ E A REFORMA SANITÁRIA

Uma vez equacionadas as questões das Reformas Portuária e Urbana, restava aquela que talvez fosse a mais importante de todas: a Reforma Sanitária. O Presidente da República designou para tal um jovem médico paulista, o doutor Osvaldo Gonçalves Cruz, o qual havia estado em Paris, estagiando no renomado Instituto Pasteur. Osvaldo Cruz foi nomeado, em 1900, como diretor do Instituto Soroterápico Federal, em Mangueiras (hoje Fundação Osvaldo Cruz), e mais tarde foi também



designado como Diretor-Geral da Saúde Pública (1903)¹¹.

Fig. 5 – Osvaldo Cruz



Fonte: MEIHY; BERTOLLI FILHO. op.cit., 1995.

Osvaldo Cruz, tal como Müller e Pereira Passos, recebeu do Presidente da República plenos poderes para executar a Reforma Sanitária, de forma a exterminar a “trinca” de moléstias que afetava o Rio de Janeiro, a saber, a febre amarela, a peste bubônica e a varíola.

O problema da febre amarela foi atacado por Osvaldo Cruz com a criação das famosas Brigadas

Mata-Mosquitos. Estas eram equipes da Diretoria de Saúde Pública, que percorriam toda a cidade, em busca de locais que pudessem ser focos de procriação do mosquito *Aedes Aegypti*, vetor de transmissão da febre amarela. Do mesmo modo que nas demais reformas, a atuação autoritária e, por vezes, truculenta dos mata-mosquitos, em geral acompanhados por policiais, granjeou-lhes péssima fama¹². À época, era considerado bastante ofensivo entrar em residências particulares durante a ausências dos chefes de família, os quais estavam no trabalho. Apesar do intenso trabalho dos mata-mosquitos, apenas em 1909 a febre amarela foi considerada extinta no Rio de Janeiro, mas teve uma volta dramática no ano de 1928¹³.

A peste bubônica foi enfrentada por Osvaldo Cruz com outras estratégias. Foram feitos esforços para limpeza pública e recolhimento do lixo, onde se alimentavam os ratos, vetores da peste, por meio das pulgas que os infestavam. Como tais esforços não se mostraram



suficientes, Osvaldo Cruz implantou a compra dos roedores pela Saúde Pública, pelo preço de trezentos réis por cada rato. A medida mostrou-se eficaz; apesar disso alguns autores afirmam que “espartalhões” do Rio de Janeiro criaram “fazendas” de criação de ratos, de forma a angariar mais dinheiro pela sua venda¹⁴. De qualquer forma, os esforços foram bem-sucedidos, levando à queda de casos de peste bubônica na capital do país, a partir de 1907.

Mais complexo foi o enfrentamento da varíola, moléstia bastante antiga, cujos primeiros relatos remontam a 1.500 a.C., no Egito. Possui elevada virulência, com os índices de mortalidade podendo chegar a 30%.¹⁵ Para combatê-la, apenas uma estratégia se fazia eficaz: a vacinação em massa da população.

A OBRIGATORIEDADE DA VACINA

A vacinação conta a varíola já era conhecida desde 1796, ocasião

em que Edward Jenner, médico britânico, a desenvolveu. Jenner observou que as pessoas que ordenhavam vacas desenvolviam uma versão atenuada da varíola, possivelmente pela contaminação com as pústulas existentes no úbere das vacas. Ao coletar material dessas lesões, inoculou-as em seres humanos, e constatou que as pessoas assim tratadas não desenvolviam a forma grave de varíola, mas apenas a versão atenuada, ou ficavam mesmo totalmente imunes à doença. A esse material inoculado nos pacientes foi dado o nome de vacina, do latim *vaccinus*, “(derivado) da vaca.”¹⁶

No Brasil, a imunização anti-variolílica teve início em meados do século XIX. Inicialmente foi aplicada a forma de imunização conhecida como variolização¹⁷. A partir de 1850, foi iniciada a vacinação propriamente dita. Conforme se pode depreender da tabela 1, no entanto, os índices de vacinação eram insuficientes para prevenir os surtos da doença.



Tabela 1 – Vacinação Antivariólica no Rio de Janeiro 1850-1904

VACINAÇÃO ANTIVARIÓLICA NO RIO DE JANEIRO			
Ano	População do Rio de Janeiro	Pessoas vacinadas	Vacinados por 1 000 habitantes
1850	166 419	2 669	16,0
1860	197 762	3 665	18,5
*1873	280 467	6 639	23,7
1880	359 549	1 937	5,4
*1883	400 917	7 110	17,7
1888	483 552	2 222	4,6
*1895	598 600	7 950	13,3
*1899	668 646	28 524	42,7
1900	687 699	9 371	13,9
*1904	771 276	87 711	113,7

* Anos de ocorrência de surtos epidêmicos.

Fonte: MEIHY; BERTOLLI FILHO. op.cit., 1995.

Consoante com a orientação do presidente da República, de tornar a capital brasileira um local mais salubre, e livre das doenças mais graves, em especial a varíola, apenas a vacinação maciça da população do Rio de Janeiro poderia prover o grau de imunização coletiva necessária e, assim, impedir a propagação da doença. Uma vez que o índice de vacinação voluntária da população, conforme a Tabela 1 acima, era insuficiente para tal,

entendeu Oswaldo Cruz, Diretor-Geral da Saúde Pública, que apenas uma lei, que tornasse a vacina antivariólica como obrigatória, seria capaz de resolver o problema dos constantes surtos de varíola, no Rio de Janeiro.

Dessa forma, Oswaldo Cruz propôs ao presidente Rodrigues Alves um projeto de lei, tornando a vacinação obrigatória. Esse projeto de lei, enviado à Câmara dos Deputados em janeiro de 1904, tor-



nou-se na principal causa imediata da assim chamada Revolta da Vacina.

CAMPANHA CONTRA A VACINA OBRIGATÓRIA

A campanha contra a vacinação obrigatória iniciou-se tão logo o projeto de lei foi enviado ao Congresso. Nas tribunas da Câmara dos Deputados e no Senado, bem como na imprensa, importantes líderes nacionais posicionavam-se contra a imposição da vacina.

Dentre os principais grupos políticos contra a vacina obrigatória estavam os positivistas¹⁸, que se opunham afirmando que a “vacinação obrigatória constituía-se em atentado à liberdade do corpo humano”¹⁹. Os mais atuantes líderes positivistas eram o militar e senador Lauro Sodré, o também militar e deputado Barbosa Lima, e o general Silvestre Travassos²⁰.

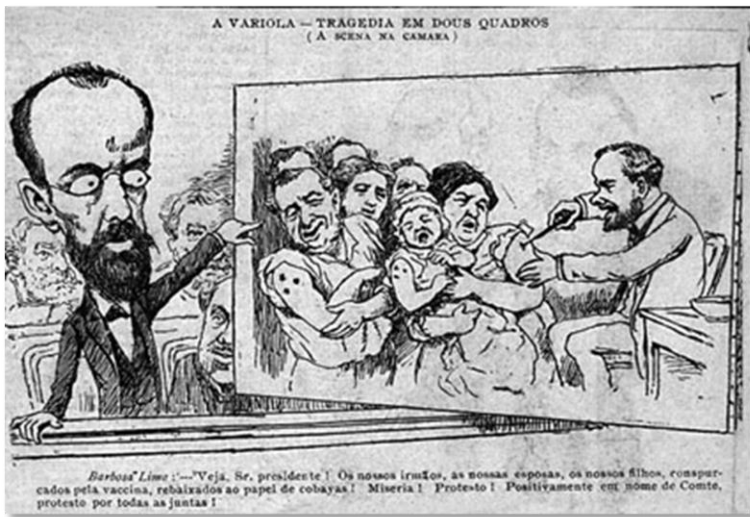
Lauro Sodré liderava a campanha no Senado, ao passo que Barbosa Lima o fazia na Câmara

dos Deputados. O espectro da oposição à vacina obrigatória era tão amplo que até mesmo os monarquistas faziam parte da campanha, por meio, em especial, de Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, último presidente do Conselho de Ministros da Monarquia. Ouro Preto auxiliou a revolta, principalmente, com recursos financeiros. Rui Barbosa, o grande líder civilista brasileiro, chegou a apoiar a revolta, sem, contudo, participar ativamente dela.

Os grandes partícipes da Revolta da Vacina, no entanto, foram os habitantes das camadas mais humildes do povo do Rio de Janeiro. Diversos motivos levaram a população a apoiar o levante. Dentre eles, pode-se citar o fato de ser considerado, à época, muito grosseiro e desrespeitoso a uma mulher casada receber homens em sua residência, na ausência do chefe da família. A par disso, corriam boatos entre a população de que, além de desnudarem os braços das mulheres e meninas, os responsáveis pela vacinação também aplicariam



Fig. 6 – Charge jornalística publicada em 1904



Fonte: MEIHY; BERTOLLI FILHO. op.cit., 1995.

as doses nas coxas, nádegas e até mesmo nas virilhas das pessoas. Havia também o temor de receberem, em seus próprios corpos, o agente causador da doença, como acontecia na época da já citada variolização²¹.

No âmbito das massas populares, o principal líder da resistência à vacinação foi o doutor Vicente de Souza, médico, socialista e negro. Sua liderança entre o povo foi tamanha que, nas investigações

pós-revolta, revoltosos civis detidos indicaram Vicente de Souza como a pessoa que os motivou a aderirem a revolta²².

As personalidades acima citadas criaram a Liga Contra a Vacina Obrigatória, de forma a exercer uma oposição mais organizada à aprovação do projeto de lei no Congresso Nacional. No período de janeiro até outubro de 1904, ambas as campanhas, a favor e contra o projeto de lei de vacinação



Fig. 7 – Charge política publicada na imprensa



Fonte: MEIHY; BERTOLLI FILHO. op.cit., 1995.

obrigatória, foram debatidas de forma acirrada, quer no Congresso, quer na imprensa, e até mesmo nas ruas do Rio de Janeiro. As charges publicadas nos jornais de época ilustram, de forma irreverente, o pensamento de boa parte da população do Rio de Janeiro.

Uma vez que o Governo dispunha de ampla maioria em ambas as casas do Congresso, a Lei da

Vacina Obrigatória foi finalmente aprovada, no dia 31 de outubro de 1904. Causou espécie, entretanto, o decreto de regulamentação da lei, emitido no dia 9 de novembro e publicado nos jornais do dia seguinte. A regulamentação, considerada draconiana, levou os líderes da Liga Contra a Vacina Obrigatória a insuflarem a população, de



forma a criar uma onda de protestos populares.

ESTOURA A REVOLTA

No dia 10 de novembro, a liga convocou a população carioca para manifestações na Rua do Ouvidor e no Largo de São Francisco. Lauro Sodré e outros líderes fizeram discursos inflamados, pedindo ao governo a anulação da lei. A polícia foi chamada, e foi recebida pelo povo a pedradas, iniciando assim os violentos confrontos que caracterizariam a Revolta da Vacina.

Nos dias 11 a 13 de novembro, a sublevação popular alastra-se pelo centro da cidade, com destruição de bondes, saques em lojas e quebra dos lampiões de iluminação pública. A turba chega mesmo a ameaçar o Palácio do Catete. A ameaça ao governo era considerada de tal porte que, além da Brigada Policial²³, são convocados o Exército, o Corpo de Marinheiros Nacionais e até mesmo unidades do Exército das cidades de Niterói, Lorena e São João del Rei.

Fig. 8 – Bonde virado pela população



Fonte: MEIHY; BERTOLLI FILHO. op.cit., 1995.

O EXÉRCITO TOMA PARTE NO LEVANTE

No dia 14 de novembro, após quatro dias de levante, os positivistas do Exército Brasileiro levantam algumas unidades, em apoio aos revoltosos populares. O general Silvestre Travassos assume o comando da Escola Militar da Praia Vermelha, no bairro do mesmo nome, e recebe a adesão de 300 Alunos, como eram chamados, na época os cadetes. Após alguma demora para encontrar-se munição, os “cadetes” deslocam-se na direção do Palácio do Catete, com o intuito de tomá-lo. No percurso, os cadetes recebem o apoio de parte



de uma companhia de infantaria, bem como de um piquete de cavalaria. Por volta de 22h, encontram-se com a tropa legalista na Rua da Passagem, em Botafogo, onde é travado intenso tiroteio, que ficou conhecido como a “Batalha da Rua da Passagem”. O combate foi travado em total escuridão, do que resultou em ampla confusão, de ambos os lados. Dessa “batalha” resultou o saldo de três mortos, sendo um deles o próprio general Silvestre Travassos, que veio a falecer oito dias depois, em função dos ferimentos recebidos. Também resultaram feridos vinte militares, tanto entre os revoltosos quanto no seio da tropa legalista.

Fig. 9 – Escola Militar da Praia Vermelha



Fonte: MEIHY; BERTOLLI FILHO. op.cit., 1995.

Durante a madrugada, o encouraçado *Deodoro* bombardeia a Escola, indiretamente, por meio de tiros disparados contra o paredão do Morro da Urca. Pela manhã, os Cadetes se rendem, encerrando assim a participação militar direta na Revolta da Vacina.

“PORTO ARTUR” – O ÚLTIMO REDUTO

A partir do dia 14 de novembro, o núcleo da revolta desloca-se para o bairro da Saúde, cognominado “Porto Artur”²⁴. Os revoltosos levantam trincheiras, nas principais vias de acesso ao bairro. Comerciantes locais ajudam e suprem os revoltosos; estes eram liderados pelo estivador e capoeirista Horácio José da Silva, mais conhecido como Prata Preta ou Prata Negra.²⁵

Navios de guerra são posicionados na Baía de Guanabara, ao longo da Saúde, de forma a bombardear aquele bairro. A 16 de novembro, no entanto, o Governo Federal revoga a Lei da Vacinação



Fig. 10 – Barricada erguida na Saúde (“Porto Artur”)



Fonte: MEIHY; BERTOLLI FILHO. op.cit., 1995.

Obrigatória, ao mesmo tempo em que decreta o estado de sítio em todo o então Distrito Federal. Tais medidas provocaram o arrefecimento da revolta. Na mesma data, tropas do Exército e dos Fuzileiros Navais tomam “Porto Artur”. Prata Preta e os demais rebeldes são presos. É o fim da revolta propriamente dita.

A REVOLTA É SUFOCADA

Ao fim da Revolta da Vacina, a estatística oficial é de trinta mortos, 110 feridos e 945 presos²⁶, principalmente na Ilha das Cobras. Todos os aprisionados que não conseguem provar endereço fixo e ocupação estável são “deportados” para o Acre, dentre eles, o líder



Fig. 11 e 12 – Revoltosos aprisionados na Ilha das Cobras e charge publicada na imprensa mostrando a deportação para o Acre



Fonte: MEIHY; BERTOLLI FILHO. op.cit., 1995.

Prata Preta. A contagem oficial dos “deportados” é de 461 pessoas.

CONSEQUÊNCIAS E O LEGADO DA REVOLTA DA VACINA

Muito embora o Governo de Rodrigues Alves tenha logrado derrotar a revolta, do ponto de vista tático, nos campos estratégico e político não houve vencedores ou perdedores. A vacina antivariólica deixou de ser obrigatória, e assim o

seria, na prática, até o ano de 1966. Os líderes revoltosos, que desejavam, acima de tudo, derrubar a oligarquia da República Velha, teriam seus desígnios frustrados até a Revolução de 1930, não sem diversas tentativas, levadas a efeito, sobretudo pelo movimento que seria chamado de Tenentismo²⁷, nos anos de 1922 e de 1924 até 1927.

Em 1908, uma grave epidemia de varíola irrompeu no Rio de Janeiro, levando a população carioca, finalmente, a vacinar-se em



massa, de modo voluntário. Igualmente, em 1914 e 1926, outras epidemias seguiram-se. Muito embora a vacinação, em caráter voluntário, tenha aumentado significativamente, fruto, em especial de campanhas de vacinação regionais, apenas em 1962 o Governo Federal lançou a Campanha Nacional contra a Varíola. Esta campanha teve sucesso limitado e foi substituída, em 1966, pela Campanha de Erradicação da Varíola, de caráter obrigatório, porém sem o viés autoritário da Lei da Vacinação Obrigatória de 1904, e precedida de campanhas de esclarecimento da população, pelos meios de comunicação. Esta última campanha de vacinação, por fim, logrou obter 100% de cobertura da população brasileira. O último caso de varíola no Brasil aconteceu em 1971 e, em 1973, o Brasil recebeu da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Certificado de Erradicação da Varíola.

A Revolta da Vacina, pela violência que desencadeou, foi uma das maiores, se não a maior, revolta popular urbana da História do Brasil. Calou fundo no espírito de

escritores e poetas brasileiros. Olavo Bilac escreveu acerca da Revolta: “Semana maldita, somente, mergulha no grande abismo insondável do tempo, onde há esquecimento para tudo”.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Os últimos dias da varíola. *Revista Manguinhos*, Rio de Janeiro: Fiocruz, maio 2005.

CARNEIRO, G. *História das Revoluções Brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1989.

CARVALHO, J.M. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FRANCO, O. *História da febre amarela no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1969.

MEIHY, J.C.S.B.; BERTOLLI FILHO, C. *Revolta da Vacina*. São Paulo: Editora Ática, 1995.



TREVISAN, L.N. *Obsessões patrióticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.

SCLIAR, M. *Sonhos Tropicais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SEVCENKO, L. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

¹ SEVCENKO, L. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 44.

² CARVALHO, J.M. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.30-31.

³ MEIHY, J.C.S.B.; BERTOLLI FILHO, C. *Revolta da Vacina*. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 7.

⁴ Ibid, p. 5.

⁵ SEVCENKO, op.cit., p. 17.

⁶ MEHIBY; BERTOLLI FILHO, op.cit., p. 15.

⁷ SEVCENKO, op.cit., p. 49.

⁸ Georges-Eugène Haussman (1809-1891), mais conhecido como Barão Haussman, foi prefeito de Paris, entre 1853 e 1870. Foi incumbido pelo Imperador Napoleão III de remodelar a cidade de Paris, acabando com as vielas sujas, estreitas e escuras, e criando largas avenidas (“boulevares”), de forma a tornar a cidade mais salubre e organizada, bem como melhorar a atuação das forças policiais, em caso de revoltas ou tumultos.

⁹ SEVCENKO, op.cit., p. 50-51.

¹⁰ Ibid p. 52-53.

¹¹ MEHIBY; BERTOLLI FILHO, op.cit., p. 22.

¹² SEVCENKO, op.cit., p. 63.



¹³ FRANCO, O. *História da febre amarela no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1969, p. 88.

¹⁴ MEHIBY; BERTOLLI FILHO, op.cit., p. 23-24.

¹⁵ BRASIL, p. 2.

¹⁶ MEHIBY; BERTOLLI FILHO, op.cit., p. 12.

¹⁷ Variolização: técnica de imunização contra a varíola, que consistia em extrair pus das “bexigas” dos pacientes doentes, em fase final de recuperação, e injetá-lo nas pessoas sãs.

¹⁸ Positivismo é uma doutrina filosófica, política e sociológica, criada pelo pensador francês Augusto Comte (1798-1857), que prega que o conhecimento científico é a única forma verdadeira de conhecimento.

¹⁹ SEVCENKO, op.cit., p. 13-14.

²⁰ MEHIBY; BERTOLLI FILHO, op.cit., p. 29.

²¹ Ibid., p. 24-26.

²² CARNEIRO, G. *História das Revoluções Brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1989, p. 137 e 143.

²³ Brigada Policial era o nome dado à corporação estadual militarizada do Distrito Federal / Rio de Janeiro, àquela época (1889-1960) capital da República. Atualmente tem a deno-

minação de Polícia Militar do Rio de Janeiro.

²⁴ Porto Artur foi uma antiga base naval e fortaleza, possessão do Império Russo na Mandchúria, China. Foi tomada pelos japoneses em 1904, no contexto da Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905. A resistência épica da guarnição russa foi motivo do apelido dado ao bairro da Saúde, durante a Revolta da Vacina, como uma nova “Porto Artur”. Atualmente, é a cidade chinesa de Lushunkou ou Luysun.

²⁵ SEVCENKO, op.cit., p. 39.

²⁶ CARVALHO, op.cit., p. 117.

²⁷ Tenentismo foi um movimento político-militar que irrompeu em 1922, liderado principalmente por jovens oficiais do Exército, e que tinha por objetivo dissociar a República brasileira de suas características oligárquicas. O Tenentismo preconizava a introdução da educação obrigatória, a realização de eleições livres, com o fim do “voto de cabresto”, o voto secreto, dentre outras instituições típicas da democracia. Perdurou, como movimento militar isolado, até 1927, com o fim da Coluna Prestes.

Revolta dos Marinheiros e Revolta do Batalhão Naval (1910)

José Carlos Mathias ^a

Resumo: A Revolta da Chibata e a Revolta do Batalhão Naval foram acontecimentos importantes na história do Brasil no início do século XX. Ambos foram relacionados às condições precárias enfrentadas pelos marinheiros e soldados da Marinha do Brasil, que eram submetidos a castigos físicos e trabalhados em difíceis condições. A Revolta dos Marinheiros desenvolveu-se em 1910, no Rio de Janeiro, e envolveu motins nos principais navios da Esquadra. Após intensas negociações, o governo decidiu abolir os castigos físicos e implementar reformas nas condições de trabalho dos marinheiros. Já a Revolta do Batalhão Naval ocorreu no mesmo ano, também no Rio de Janeiro, e, assim como na Revolta dos Marinheiros, as principais exigências eram o fim dos castigos físicos e melhorias nas condições de trabalho. O presente artigo analisa o desenvolvimento das revoltas, bem como as ações adotadas para o restabelecimento da hierarquia e disciplina na Marinha do Brasil.

Palavras-chave: Marinha do Brasil, Revolta dos Marinheiros de 1910, Primeira República.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No contexto do processo de consolidação da República, movimentos de contestação e de cunho reivindicatório sacudiram o país, em especial o Rio de Janeiro, então capital da jovem República brasileira. Essas mobilizações, algumas

de caráter revoltoso, originadas na sociedade civil e no meio militar, tinham suas demandas relacionadas ao descontentamento de alguns segmentos da sociedade com o câmbio do regime monárquico para o republicano e nas expectativas por transformações que o novo regime suscitava em diferentes

^a Vice-almirante, diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil..



setores sociais e núcleos de poder regionais. Foi nesse quadro tensionado e de notada efervescência social que ocorreram dois dos mais importantes e emblemáticos levantes militares da história republicana, a Revolta dos Marinheiros e a Revolta do Batalhão Naval, ambas separadas por poucos dias entre novembro e dezembro de 1910 e percebidas, por muitos, como um só levante.

CONTEXTO HISTÓRICO

A Revolta dos Marinheiros de 1910 ou “Revolta da Chibata”, como ficaria popularmente conhecida após a publicação, quase cindo décadas depois dos acontecimentos, do livro de mesmo nome do jornalista Edmar Morel, em 1959, se deu no contexto de um processo de afirmação da identidade e da nacionalidade brasileiras, em meio a uma acirrada disputa política pela Presidência da República entre diferentes segmentos da cena política nacional, os quais direcionavam seus apoios, principalmente, a

dois candidatos: o marechal Hermes da Fonseca, apoiado pela oligarquia mineira e pela maioria dos núcleos regionais de poder (presidentes [hoje governadores] dos estados federados); e o senador Rui Barbosa, este último a frente da “campanha civilista” que congregava a poderosa oligarquia paulista e o apoio dos estamentos médios urbanos.

Em um cenário em que o país buscava se distanciar de seu passado monárquico recente, mostrando-se ao mundo como uma nação pujante e contemporânea, o governo brasileiro buscou evidenciar por meio de sua Armada a sua força e modernidade. Nesse período, entre 1908 e 1910, foram adquiridos junto a estaleiros britânicos os navios da chamada “Esquadra de 1910”, cujos principais representantes foram os encouraçados do tipo *Dreadnoughts*, que, à época, figuravam entre os mais poderosos navios de guerra em todo o mundo. Não por acaso foram batizados com os nomes de dois dos mais prósperos estados brasileiros: *São Paulo* e *Minas Gerais*. Fontes es-



Fig. 1 – O Encouraçado *Minas Gerais*



Fonte: DPHDM

parsas indicam, inclusive, que a cantiga popular que tem o famoso refrão “*Oh! Minas Gerais / Quem te conhece / Não esquece jamais*”, e que hoje é o hino do Estado de Minas Gerais, visava originalmente homenagear o navio (figura 1) e não o estado da federação.

A ESQUADRA DE 1910 E AS CONTRADIÇÕES DA ARMADA

A partir de um esforço político no sentido de recuperar a capacidade da Esquadra Brasileira, notadamente deficiente nos primeiros anos do século XX, muito por causa da Revolta da Armada, foi concebido o Plano de Reaparelhamento Naval de 1904, durante a



gestão do ministro da Marinha almirante Júlio de Noronha. Modificado e expandido na gestão de seu sucessor na pasta da Marinha, almirante Alexandrino de Alencar, em 1906, o referido plano foi então executado de modo que, em 1910, sucessivamente, os navios começaram a ser incorporados à Armada, entre os quais cruzadores leves (*scouts*) e contratorpedeiros. Esses novos meios navais incorporavam modernas tecnologias e considerável poder de fogo à Esquadra brasileira, especialmente os encouraçados *São Paulo* e *Minas Gerais*, que juntos ostentavam 24 canhões de 305 mm (12 polegadas), em suas baterias principais, e 44 canhões de 120 mm nas baterias secundárias. Para se ter uma vaga ideia do poder de fogo desses navios, os canhões navais de maior calibre hoje utilizados pela Marinha tem calibre de 114,7mm (4,5 polegadas) e o maior dos obuseiros autopropulsados utilizado na Guerra da Ucrânia é um modelo russo dos tempos da Guerra Fria de 240mm (2S4 “Tulip”).

Entretanto, a formação e preparo das tripulações e a capacidade de manutenção dos arsenais de marinha e estaleiros privados nacionais, especialmente o já centenário Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, não acompanhou a rápida incorporação dessas novas tecnologias. Desse modo, com tripulações reduzidas e rotinas de trabalho e operação mais intensas nos novos navios, se intensificaram as contradições entre os perfis dos marinheiros que guarneciam os navios – ainda oriundos de modelos antigos de recrutamento e formação de uma Marinha de navios veleiros – e as capacitações técnico-profissionais exigidas desses militares frente às novas tecnologias. Situação que, associada à manutenção dos castigos corporais na Marinha, cujo restabelecimento se deu por força do Decreto nº 328, de 12 de abril de 1890, com a criação da Companhia Correccional, elevou as latentes tensões na Armada. Assim, em reuniões clandestinas, lideranças junto aos marinheiros de alguns desses novos navios de guerra decidiram que um motim



seria deflagrado no navio em que fosse primeiro aplicado castigo corporal.

Fig. 2 - Grupo de Foguistas com suas ferramentas



Fonte: DPHDM

A REVOLTA DOS MARINHEIROS

No dia 21 de novembro de 1910, a bordo do encouraçado *Minas Gerais*, o marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes foi punido à chibata “por ter cortado a navalha o rosto e o ombro do cabo Walde-
mar de Souza [...] vingando-se de parte dada de que havia introduzi-
do duas garrafas de cachaça a bordo”, segundo aponta o almirante Hélio Leôncio Martins¹, historiador

naval que se dedicou a história dessa revolta, escrevendo um dos mais relevantes livros sobre o assunto: *A Revolta dos Marinheiros, 1910*, publicado na venerável “Coleção Brasileira” da Companhia Editora Nacional.

Assim, na noite seguinte, 22 de novembro de 1910, foi então deflagrado o levante, quando o comandante do navio, o capitão de mar e guerra João Batista das Neves, regressava de um jantar oferecido pela oficialidade do navio de guerra francês *Duguay-Trouin*, então atracado na Baía de Guanabara. Naquele momento, grande parte da guarnição do *Minas Gerais* se sublevou.

O então segundo-tenente Álvaro Alberto da Mota e Silva, que depois teria brilhante carreira no campo da energia nuclear, que estava de serviço naquela noite, foi o primeiro oficial a ser ferido pelos amotinados, que logo tomaram o convés, lá encontrando o comandante Batista das Neves, além de outros oficiais e praças que tentaram, sem sucesso, contê-los. O confronto resultou na morte do



comandante João Batista das Neves (figura 3), do capitão-tenente José Claudio da Silva e algumas praças que não se sublevaram. A violência nesse navio atingiu um grau bastante elevado, comandante Batista das Neves foi massacrado e teve seu corpo, em seguida, desrespeitado, inclusive tendo um dos marinheiros urinado sobre o cadáver, segundo relatos da época.

Rapidamente a guarnição amotinada dominou o *Minas Gerais*, sinalizando para o levante nos outros navios da Esquadra, dispostos pela Baía de Guanabara. Praticamente todos esses navios tinham a bordo núcleos de marinheiros que conspiravam pela revolta então deflagrada, contudo, efetivamente, apenas em outros três a situação se mostrou tão favorável aos revoltosos como no *Minas Gerais*, os encouraçados *São Paulo* e *Deodoro* e o cruzador *Bahia*. Os amotinados dos quatro navios passaram a intimar os demais navios a aderirem ao levante, sob pena de serem destruídos por seus poderosos canhões. Frente ao imenso poder de fogo, especialmente dos dois en-

couraçados tipo *Dreadnoughts*, permaneceram em silêncio as Fortalezas de São João e Santa Cruz, assim como a Ilha das Cobras e a Fortaleza de Villegagnon, e a bandeira dos amotinados passou então a tremular nos mastros de quase todos os navios de guerra brasileiros nas águas da Guanabara.

Ainda na noite do dia 22 de novembro, o presidente da República, marechal Hermes da Fonseca, empossado há poucos dias, ao ser informado que parte das guarnições de alguns navios da Esquadra havia se revoltado, seguiu, imediatamente, para a sede do governo, onde encontrou o Ministro da Marinha, o também recém-empossado almirante Joaquim Marques Baptista de Leão, entre outras autoridades. As primeiras informações davam conta de que apenas as guarnições dos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, além do cruzador *Bahia* haviam efetivamente se sublevado, desconhecendo-se ainda a situação a bordo dos demais navios da Esquadra, inclusive no encouraçado *Deodoro*, também sublevado.



Segundo Hélio Leôncio Martins, a primeira comunicação dos marinheiros amotinados às autoridades informava que o objetivo do movimento seria por termo aos castigos corporais na Marinha e que, caso não fossem atendidos, bombardeariam a capital federal. A resposta do ministro da Marinha se deu com uma mensagem informando que “as reclamações, quando justas e baseadas na lei, só podem ser atendidas quando feitas com subordinação e respeito aos poderes constituídos”².

Diante das ameaças dos amotinados e do imenso poder de fogo dos navios sublevados, capazes de conferir severos estragos à capital federal, aos demais navios da Esquadra e às fortificações de terra, as opções dos governantes, autoridades civis e militares se resumiam em buscar uma solução negociada junto aos amotinados ou responder ao levante com uma ação de força, mesmo diante da real possibilidade de bombardeio ao Rio de Janeiro e perda de alguns dos principais navios da Esquadra.

Fig. 3 - Capitão de mar e guerra João Batista das Neves, comandante do encouraçado *Minas Gerais*



Fonte: DPHDM

Nesse cenário, sob a condução do marinheiro João Cândido Felisberto, a bordo do *Minas Gerais*; do cabo Manuel Gregório do Nascimento, no encouraçado *São Paulo*; do marinheiro Francisco Dias Martins, no cruzador *Bahia* e do cabo José Araújo, no encouraçado *Deodoro*; os navios amotinados passaram a entrar e sair da barra do Rio de Janeiro, realizado disparos com seus canhões no intuito de intimidar as demais forças de mar e de



terra que permaneciam fiéis à autoridade do governo central, mantendo assim a capital federal sob constante ameaça de bombardeio.

A REAÇÃO DO GOVERNO

Surpreendido e incerto das reais intenções daquele movimento, o presidente Hermes da Fonseca demorou a organizar as ações do governo em relação aos amotinados. Assim, logo no dia 23, a convite do senador Pinheiro Machado, o deputado federal pelo Rio Grande do Sul e oficial superior honorário da Marinha, José Carlos de Carvalho, seguiu para os navios sublevados a fim de estabelecer um diálogo com suas lideranças e verificar, *in loco*, a situação a bordo das belonaves. No caminho, recebeu de um mensageiro um memorial escrito pelos marinheiros e destinado ao presidente da República, onde apresentavam suas reivindicações, entre as quais, além do fim dos castigos corporais, a elevação de seus vencimentos, melhor qualificação técnico-

profissional e a adoção da tabela de serviço por eles indicada. Arrolando, ainda, suas intenções com aquele levante e ameaçando, ao final, “aniquilar a pátria” caso não fossem atendidos. Nesse instante, o presidente da República, ministros e o alto-comando da Marinha já articulavam uma reação armada contra os navios sublevados, ao passo que, no Congresso Nacional, iniciavam-se as tratativas para uma negociação com os amotinados, no sentido de garantir-lhes a anistia.

A noite de 24 e madrugada de 25 de novembro foram de negociações pela anistia no Congresso, mas também de preparativos para um eventual ataque aos navios amotinados pelas forças navais que se mantinham na legalidade. Ação essa que consistia em torpedeá-los e, em seguida, abrir fogo a partir das fortalezas e de alguns navios fiéis ao governo que estivessem em condições de combater. Entretanto, esse plano de ataque não pode ser levado a cabo por não ter havido ordem do presidente da República para tal ofensiva, haja vista, durante esse mesmo dia, ter sido aprova-



do no Senado um projeto de anistia apresentado pelo senador Rui Barbosa, que seguiria então para votação na Câmara dos Deputados logo no dia seguinte.

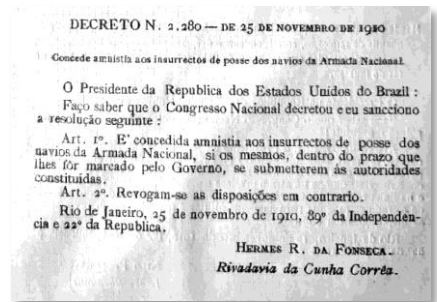
O FIM DA REVOLTA E A ANISTIA

Aprovado também na Câmara, na tarde do dia 25, o projeto de anistia seguiu então para a sanção presidencial, que ocorreu no início daquela noite e foi imediatamente comunicada via rádio ao *Minas Gerais* e demais navios sublevados. O Decreto nº 2.280, que concedeu a anistia aos revoltosos dispunha, em seu artigo 1º, que seria “concedida anistia aos insurrectos de posse dos navios da Armada Nacional, se os mesmos, dentro do prazo que lhes for marcado pelo Governo, se submeterem às autoridades constituídas” (figura 4).

Em que pese não lhes terem sido oferecidas quaisquer garantias formais por parte do governo quanto ao atendimento de suas demandas, inclusive o fim dos castigos

corporais, as guarnições sublevadas aceitaram os termos na anistia apresentada pelo Congresso. Na manhã do dia 26, os quatro navios arriaram enfim as bandeiras de motim, sinalizando o fim da revolta e a disposição de suas tripulações em submeterem-se às autoridades navais.

Fig. 4 -Decreto nº 2.280/1910 – Concede anistia aos revoltosos



Fonte: DPHDM

Mesmo com o fim da revolta e visando evitar novos acontecimentos do tipo a bordo dos navios da Esquadra, o alto-comando naval optou por, logo no dia 27 de novembro, retirar os armamentos portáteis, munições e as partes móveis dos canhões de muitos navios, principalmente daqueles



que se sublevaram, com destaque para os dois poderosos encouraçados, *Minas Gerais* e *São Paulo*. Adicionalmente, foi aprovado o Decreto nº 8.400, de 28 de novembro, que autorizava “a baixa, por exclusão, das praças do Corpo de Marinheiros Nacionais cuja permanência no serviço se tornar inconveniente à disciplina”.

A REVOLTA DO BATALHÃO NAVAL

Porém, na noite do dia 9 de dezembro parte das guarnições do Batalhão Naval e do cruzador *Rio Grande do Sul* se revoltaram. Iniciava-se assim, em um intervalo de menos de vinte dias, o segundo motim entre as guarnições de unidades de mar e terra na Marinha do Brasil.

Sob a liderança do sargento Benedicto Rodrigues de Oliveira e do cabo Jesuíno da Lima Carvalho, o Batalhão Naval foi dominado pelos amotinados, com o apoio de muitos detentos do Presídio Naval, por eles postos em liberdade.

Diferente do levante na Esquadra, o comandante do batalhão, o capitão de fragata Francisco José Marques da Rocha, e a oficialidade (à época, não havia quadro de oficiais no Corpo de Fuzileiros Navais, sendo as posições ocupadas por oficiais do Corpo da Armada) conseguiram deixar o complexo naval sem baixas.

Movimento semelhante teve início a bordo de outro dos navios recém-incorporados da “Esquadra de 1910”, o cruzador *Rio Grande do Sul*. Porém, esse levante foi logo controlado por seu comandante, o então capitão de fragata Pedro Max de Frontin, e sua oficialidade, que, cientes da real possibilidade de um motim a bordo, já estavam previamente preparados e contaram com o apoio de praças que se mantiveram disciplinados e cumpridores de seus deveres. Ainda assim, um oficial do navio foi morto, o capitão-tenente Francisco Xavier Carneiro da Cunha. É relevante destacar que o comandante do *Rio Grande do Sul* assumiria, oito anos depois desse infeliz evento, o comando da Divisão Naval em Ope-



Fig. 5 - Fachada do Quartel do Batalhão Naval após o bombardeio das forças governistas



Fonte: Jornal *Careta*

rações de Guerra, força naval brasileira que demarcou a participação efetiva do país na Primeira Guerra Mundial. Tanto em 1910 como em 1918, Pedro Max de Frontin teve que lidar com situações extremas na gestão de crises envolvendo as guarnições, um motim controlado na Baía de Guanabara e uma epidemia mortal de gripe espanhola durante operações reais de combate na costa ocidental do continente Africano.

Fora o *Rio Grande do Sul*, não houve levantes em quaisquer outros navios ou unidades de terra da Marinha, pelo contrário, muitos, inclusive o *Minas Gerais* e o *São Paulo*, apoiaram o bombardeio que, ainda na madrugada do dia 10 de dezembro, iniciou-se contra o Batalhão Naval (figura 5), com o apoio de baterias do Exército, levando a óbito 24 insurrectos.

Frente à absoluta desvantagem militar e ao intenso bombardeio



das forças de terra e mar, os revoltosos do Batalhão Naval capitularam ainda na tarde do próprio dia 10, sendo logo restituído ao comando o capitão de fragata Marques da Rocha. Nesse mesmo dia, antes de debelada a revolta, o governo solicitou ao Congresso a instalação de estado de sítio, o que foi autorizado, por um período de trinta dias para a região do Distrito Federal e Niterói. Instrumento legal que possibilitou acelerar o expurgo já em curso nas fileiras da Armada, alcançando, inclusive, os amotinados de novembro.

A VOLTA A NORMALIDADE E O RESTABELECIMENTO DA HIERARQUIA E DISCIPLINA

Nesse sentido, ainda na manhã do dia 10, intensificaram-se as prisões de marinheiros e fuzileiros navais, sendo alguns levados para o Quartel-General do Exército, inclusive o próprio João Cândido, e outros tantos para a Casa de Detenção, onde foram interrogados e

permaneceram presos. Desse modo, tempestivamente, muitas das principais lideranças dos dois motins que atingiram gravemente a hierarquia e a disciplina na Marinha estavam presas e ao dispor do arbítrio legal das autoridades navais e do governo federal, haja vista a vigência do estado de sítio e do Decreto nº 8.400. De modo que, logo no dia 16, estabeleceu-se um Conselho de Investigação para apurar a participação de militares anistiados em novembro no levante do Batalhão Naval.

Assim, no intuito de sanear as fileiras da Armada e trazer a Força Naval de volta à normalidade, restaurando suas bases institucionais, a hierarquia e a disciplina, até abril de 1911, 1.216 praças foram excluídas das fileiras da Armada, muitas das quais receberam passagens do governo para retornarem às suas cidades de origem. Outros desses militares, ainda em 1910, foram presos, alguns enviados para frentes de trabalho no Acre, junto a detentos que se achavam na Casa de Detenção.



Fig. 6 - Recepção ao comandante nomeado, capitão de mar e guerra Pereira Leite, a bordo do encouraçado *Minas Gerais*



Fonte: Jornal *Careta*.

REFLEXÕES E AS PALAVRAS DO MINISTRO, ALMIRANTE MARQUES DE LEÃO

No que afeta às causas e aos ensinamentos deixados pelos levantes de 1910, na Esquadra e no Batalhão Naval, para além dos castigos corporais – motivação maior e imediata do motim deflagrado em novembro, na Esquadra – podemos considerar que suas raízes se deitam profundamente sobre questões estruturais, não apenas da Força Naval brasileira, mas de nossa própria sociedade. Uma vez que, a Marinha, enquanto instituição do Estado brasileiro, e seus integrantes, são parte do todo soci-

al que constituem o país. Desse modo, assim como hoje, também em 1910 os chefes navais tinham no orçamento e nas leis, frutos de deliberações e definições oriundas dos Poderes Legislativo e Executivo, duas das principais balizas para suas ações institucionais.

Destarte, quando dedicamos um olhar mais atento para o contexto histórico em que ocorreram os movimentos, percebemos que suas causas vão além da aplicação dos castigos corporais na Marinha, espreado-se por questões relativas à administração, gestão e capacitação militar e técnico-profissional de seu pessoal.

Nesse sentido, no que afeta às motivações dos levantes, o historiador almirante Hélio Leôncio Martins já afirmava:

O problema veio à tona com intensidade quando se decidiu dar um passo de gigante em relação às nossas possibilidades, adquirindo uma Esquadra de 14 navios cuja construção obedecia aos últimos ditames da técnica militar-naval. [...] Esses melhoramentos encontraram a Marinha no máximo de seu despre-



paro, materialmente sem recursos para conservá-los e, no que tocava ao pessoal, deficiente em qualidade e quantidade³.

Nesse diapasão, o almirante Guilherme Mattos de Abreu, em seu capítulo sobre a Marinha na Primeira República no livro *Marinha do Brasil: uma síntese histórica*, complementa:

[...] as causas profundas do acontecimento podem ser resumidas no fato de a Marinha não ter sido capaz corresponder aos avanços tecnológicos dos novos meios, que demandava qualificação esmerada das guarnições, as quais ainda eram tratadas com os rigores da Marinha a vela. Também não conseguiu qualificar uma quantidade de praças especialistas suficiente, o que sobrecarregava as tripulações, de maneira geral, incompletas⁴.

Posicionamentos de historiadores que corroboram as palavras do então ministro da Marinha, almirante Joaquim Marques Baptista de Leão, em documento por ele remetido ao Senado Federal após os levantes de 1910:

Iludidos por uma miragem, a nação brasileira assistiu à formação de uma Esquadra respeitável supondo que isto bastasse para uma boa organização naval. No entanto, os fatos vieram mostrar-lhe agora que a posse de material flutuante aperfeiçoado não é um elemento essencial de uma Marinha de primeira ordem. [...] Finalizando, permiti-me que mais uma vez saliente que a solução do problema que nos ocupa não está na simples aplicação das leis existentes, mas na adoção de um novo sistema, expurgado de incoerências e anacronismos⁵.

Frente ao salto tecnológico observado na Marinha com a execução do Programa Naval de 1906, no que concerne especificamente ao pessoal, nesse mesmo documento o almirante Marques de Leão reforçou as seguintes necessidades:

- Regulamento disciplinar atualizado “com as garantias e direitos da forma republicana”;
- Definição perfeita dos direitos e deveres do militar, na ativa e reserva;



- Sistematização do ensino de oficiais e praças; e
- Revisão dos regulamentos do Corpo de Marinheiros e Batalhão Naval.

Fig. 7 - Almirante Joaquim Marques Baptista de Leão



Fonte: DPHDM

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolta dos Marinheiros de 1910 marcou a História Naval Brasileira, pois subverteu a hierarquia e a disciplina militares, já que subalternos tomaram alguns dos

principais navios da Marinha do Brasil.

Torna-se importante relembrar quais eram as reivindicações dos marinheiros sublevados, motivadoras do próprio motim, e como intentavam convencer o governo constituído de Hermes da Fonseca a ratificá-las. Estes dados foram explicitados no manifesto redigido pelos insurgentes e remetido para o Presidente da República. Nesse documento, além de reivindicarem a reforma do Código Disciplinar vigente na Marinha, retirando deste as penas de castigo corporal, exigiam, também, aumento salarial, a retirada dos oficiais vistos por eles como incompetentes, educação para os marinheiros e a adoção de uma tabela de serviço diário que acompanhava o referido manifesto.

As reivindicações direcionavam-se, especificamente, aos anseios daqueles marinheiros partícipes da revolta, não tendo abrangência que as vinculasse a outros movimentos populares ou setores da sociedade. Portanto, advogavam em causa própria e, principalmente, não utilizavam meios cabíveis e



ordinários, instituídos na cadeia hierárquica da Marinha. Tomando os navios pela força, romperam as estruturas basilares de toda e qualquer instituição militar: a hierarquia e a disciplina.

No mesmo manifesto, os marinheiros rebelados ameaçaram, caso suas reivindicações não fossem atendidas no prazo de doze horas, bombardear a cidade do Rio de Janeiro com a artilharia embarcada, ameaçando não somente a Marinha, como instituição, seus superiores hierárquicos ou os outros navios da Esquadra que não aderiram à revolta, mas toda a população civil da então capital da República, tomando cada habitante do Rio de Janeiro como refém para que fossem atendidas suas exigências. A esta ameaça, foram precedidos atos de violência física na eclosão da revolta. Quatro oficiais, um sargento e alguns marinheiros que tentaram se antepor aos insurgentes foram mortos, alguns quando não representavam mais risco aos amotinados, como o tenente e os marinheiros atingidos por uma descarga de fuzis quando se arriava

um dos escaleres do encouraçado *Minas Gerais* para abandonar o navio. Apesar do bombardeio massivo da capital não ter se verificado, disparos dos canhões dos navios amotinados provocaram vítimas fatais no Rio de Janeiro, incluindo duas crianças mortas por projétil que atingiu uma edificação popular no Morro do Castelo.

Com base na História Naval Brasileira, a Marinha do Brasil, como instituição, não considera que os castigos físicos aplicados na época estavam corretos, sendo importante destacar que as prisões de anistiados, realizadas após a segunda revolta de dezembro de 1910, foram consideradas erradas pelo próprio Conselho de Guerra, instalado em 1912, que absolveu os acusados, inclusive o marinheiro João Cândido Felisberto.

Porém, reconhecer erros não justifica avalizar outros exaltando as ações dos revoltosos. As revoltas ocorridas na Esquadra Brasileira e no Batalhão Naval em 1910 foram, de fato, acontecimentos tristes na história do País, em que todos os envolvidos, Marinha,



outras instituições, setores do governo e revoltosos, tiveram suas culpas e omissões.

Esse conjunto de falhas, no entanto, não justifica a quebra premeditada da disciplina e da hierarquia, e a ameaça da utilização de armas sobre a população civil como forma de coagir o governo central a aceitar as reivindicações de qualquer ordem quando havia o pleno funcionamento das instituições do país. Na verdade, uma disputa eleitoral reconhecida como a mais acirrada da “República Velha” tinha se encerrado a pouco e um novo ministro da marinha tinha acabado de assumir seu cargo.

A Marinha do Brasil, enquanto uma das três Forças Armadas brasileira, para as quais os princípios da hierarquia e da disciplina são fundamentais, só pode considerar a Revolta dos Marinheiros e a Revolta do Batalhão Naval, em 1910, como péssimos exemplos e, sobretudo, destacar que a exaltação desses e outros acontecimentos de semelhante violência e gravidade em nada contribui para a educação

e a formação de uma sociedade democrática.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Guilherme Mattos de (Org.). *Marinha do Brasil: uma síntese histórica*. Rio de Janeiro: SDM, 2018.

MARTINS, Hélio Leôncio; COZZA, Dino Willy. Poderes combatentes. In: *HISTÓRIA Naval Brasileira*. Quinto Volume, Tomo IB, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1997.

MARTINS, Hélio Leôncio. *A Revolta dos Marinheiros, 1910*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. (Coleção Brasileira, v. 384)

MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.



¹ MARTINS, Hélio Leôncio. *A Revolta dos Marinheiros, 1910*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. (Coleção Brasileira, v. 384), p. 77.

² *Ibid.*, p. 18.

³ *Ibid.*, p. 96-97.

⁴ ABREU, Guilherme Mattos de (Org.). *Marinha do Brasil: uma síntese histórica*. Rio de Janeiro: SDM, 2018, p. 213.

⁵ MARTINS, Hélio Leôncio; COZZA, Dino Willy. Poderes combatentes. In: *HISTÓRIA Naval Brasileira*. Quinto Volume, Tomo IB, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1997.

A guerra como guerrilha: o Exército Brasileiro no Contestado e o ideal de modernização das Forças Armadas

Eduardo Rizzatti Salomão ^a

Resumo: A Guerra do Contestado, que ocorreu de 1912 a 1916, foi uma das maiores revoltas civis registradas na história do Brasil. Ao explorar este período com uma abordagem nos aspectos militares e nas implicações no contexto castrense, esta pesquisa oferece uma análise dos eventos da Campanha do Contestado, demonstrando como esse episódio se tornou um exemplo modelo de guerra irregular a ser estudado no âmbito do Exército Brasileiro, bem como influenciou em seus processos de modernização.

Palavras-chave: Guerra do Contestado, guerrilha, Primeira República.

INTRODUÇÃO

A Guerra do Contestado (1912-1916) envolveu uma das mais extensas rebeliões civis desencadeadas em território brasileiro. Percorrendo esse episódio com foco nos aspectos propriamente militares ou ligados aos estudos do universo castrense, este texto apresenta resultados da apreciação do

passado de experiência da Campanha do Contestado com a compreensão desse episódio como um evento paradigmático, compreendido como uma “pequena guerra” (guerrilha) com efeitos marcantes na política de modernização das Forças Armadas, particularmente no Exército Brasileiro.

Dos eventos lembrados pela História Militar Brasileira, não

^a Major do Quadro Complementar de Oficiais, doutor em História.



poucos autores evidenciam que o Contestado ocupa espaço menos notável no rol da atuação do Exército Brasileiro em operações de guerra – além de se assunto sensível, posto que contemple o emprego das tropas federais contra nacionais. Ocorre, entretanto, que essa menor atenção não expressa a pouca relevância da experiência do Contestado na memória institucional do Exército¹, considerando o histórico da expressiva mobilização militar e, em particular, as reflexões sobre o dilema do uso da violência contra os civis e o papel de estudo de caso sobre os meios e modos de combate nas chamadas guerras insurrecionais.

Com o olhar no fenômeno da guerra, tendo por guia a revisão bibliográfico-documental, o Contestado foi aqui apreciado observada a sua inserção na compreensão do emprego da violência a moldar o desenvolvimento das sociedades e do aparato estatal moderno². No Contestado, a manifestação do fenômeno da guerra atendeu a propósitos claramente políticos, no que se refere ao papel da mobiliza-

ção do aparato militar em sintonia com objetivos do Estado brasileiro de subjugar a população rebelde e promover o projeto de desenvolvimento regional, além de favorecer acordos entre potentados locais e a dar fecho a assinatura do acordo encerrando a questão dos limites estaduais que batizou o conflito (a chamada Questão do Contestado).

Essa compreensão, em hipótese, encontraria suporte no conceito clausewitziano de que a guerra implica o uso político da violência para forçar o adversário a fazer determinada vontade³, mas, observado o fenômeno com cautela, é preciso cuidado ao avaliar essa campanha com o ferramental aplicado ao fenômeno da guerra em termos clássicos. No Contestado, não se verificou o confronto entre forças antagônicas equivalentes ou assemelhadas ou força irregular organizada com o claro propósito de confrontar o poder estatal, sendo mais nítida a eclosão de uma rebelião com propósitos difusos. Do lado rebelde, a guerra foi interpretada como uma resposta ao contexto de conflito social e político,



envolvendo, em termos objetivos, uma reação à agressão sofrida⁴, não excluído corresponder ao impulso religioso a anunciar o advento de uma época de fartura e felicidade sob o império da “lei de Deus” a ser inaugurada com a Guerra de S. Sebastião⁵.

Do exposto, a compreensão do tema não excluiu reconhecer a guerra como uma manifestação cultural, no sentido dado por John Keegan⁶, dado que os conflitos armados implicam expressões de diversa ordem, de forma que a expressão “guerra” foi abordada neste trabalho de forma polissêmica, considerando englobar significações políticas e culturais – mas assumindo o primado da política no evento.

No tocante à pesquisa do tema, o foco principal deste trabalho se lançou sobre as produções que informam sobre os aspectos militares da Campanha do Contestado. Do manancial consultado, as obras de Demerval Peixoto (1916; 1960), Fernando Setembrino de Carvalho (1916a; 1916b; 1950) e Herculano T. Assunção (1917; 1918) se reve-

laram material mais relevante em termos de oferta de informações sobre a campanha. Também foram fundamentais, no interesse de compreender como a campanha foi assimilada pela instituição militar, as produções editadas sob os auspícios do Estado-Maior do Exército (EME), sendo elas o estudo *Pesquisa e relatório sobre as características do combatente na campanha do Contestado* (Brasil, 1963 - inédito), o livro *História do Exército Brasileiro* (Brasil, 1972) e a publicação *Guerras Insurrecionais no Brasil (Canudos e Contestado)* (Brasil, 1987). No campo acadêmico, do conjunto de obras consultadas com enfoque militar, ressaltam-se os trabalhos de José Murilo de Carvalho⁷ e Frank McCann⁸, entre outros autores de relevo elencados no texto, passando pela análise sociológica, política e cultural.

O primeiro tópico insere o leitor na Campanha do Contestado, percorrendo eventos da guerra e o contexto da época. O momento seguinte aprecia a narrativa adotada pelos militares, onde se revela o suporte na comparação dos aconte-



cimentos do Contestado com a experiência em Canudos; nessa etapa, busca-se evidenciar o núcleo interpretativo que constituiu a memória institucional do Exército a revelar o Contestado como um evento paradigmático no campo das operações militares no cenário interno – aprecia-se, nessa etapa, a experiência do Contestado com o interesse no estudo do fenômeno da luta guerrilheira numa costura que aprecia do tema da modernização do Exército.

A CAMPANHA MILITAR DO CONTESTADO

Nos anos de 1912 a 1916, desenvolveu-se no sul do Brasil a Guerra do Contestado, episódio compreendido por muitos pesquisadores como uma rebelião que reuniu motivações políticas, problemas sociais e expectativas religiosas, em época em que a jurisdição sobre extenso território era disputada entre os estados do Paraná e Santa Catarina⁹. A repressão à revolta foi marcada pelo emprego

maciço do Exército, resultando na morte de cerca de 10 mil pessoas, número impreciso diante das dificuldades de aferi-lo com alguma margem de segurança ou mesmo propositalmente subestimado.

A Guerra do Contestado percorreu os governos dos presidentes Hermes da Fonseca (1910-1914) e Wenceslau Braz (1914-1918), em época na qual se encontrava em curso esforços em favor da reforma das Forças Armadas (Exército e Marinha) e do serviço militar¹⁰. Em termos propriamente militares, o Contestado se destaca por ser um evento que percorreu, grosso modo, cerca de 4 anos, reunindo, no seu auge (de 1914 a 1916), em torno de 40 unidades do Exército nacional, entre regimentos, batalhões, companhias e pelotões, contando com suporte de baterias de artilharia, inaugurando a aviação em operações de guerra no Brasil e cogitando-se o emprego da Marinha em operações fluviais¹¹, algo notável no contexto das carências militares do país nos anos 1910 e, em muitos aspectos, superando a mobi-



lização observada na Campanha de Canudos¹².

Quando da eclosão dos eventos que levaram à rebelião, a região do Contestado passava por um esforço de aquecimento econômico promovido pela implantação da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande (EFSPRG) e a instalação de empresas estrangeiras dedicadas a exportar madeiras em escala industrial e colonizar terras com a atração de imigrantes de origem europeia. Mirando promover o povoamento e o desenvolvimento da região, o Estado brasileiro firmou acordo com o grupo do empresário estadunidense Percival Farquhar. Como parte do pagamento, cedeu-se ao Sindicato Farquhar direitos de exploração sobre uma extensa faixa de terras que correspondia um domínio médio de nove quilômetros a partir das margens da ferrovia¹³. Na execução do projeto, constituíram-se as empresas *Brazil Railway Company*, encarregada da construção e operação da ferrovia, e a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, dedicada à extração e beneficia-

mento de madeira em escala industrial e à colonização. Outras empresas colonizadoras dedicadas a atrair imigrantes europeus foram instaladas no Contestado. Nessa dinâmica, reunindo interesses políticos e econômicos, o Estado brasileiro se impôs na região por meio do uso da máquina militar e policial, favorecendo empreendimentos privados¹⁴.

À época, a conjuntura vivenciada no Contestado era marcada pela concentração da propriedade fundiária nas mãos de coronéis-fazendeiros que efetivamente ditavam as regras, interferindo nas eleições e na aplicação da justiça. O ambiente agitado pelas transformações socioeconômicas e por conflitos de interesses, com a expropriação de terras, com quebra de laços de confiança entre agregados e coronéis-fazendeiros, constituiu um fenômeno de anomia social, conforme identificado por Douglas T. Monteiro¹⁵. Nesse ambiente, gestou-se a crise onde se constituiu um movimento religioso de caráter messiânico, permeado por reivindi-



cações de conteúdo político e social.

Pontuando a eclosão da rebelião, foram marcantes os acontecimentos na localidade de Taquaruçu, em agosto de 1912, envolvendo atritos entre o curandeiro “monge”¹⁶ José Maria e o chefe político local, coronel Francisco de Albuquerque, levando o primeiro a buscar refúgio em solo do Contestado. Chegando a Irani, o monge foi precipitadamente acusado pelo governo paranaense de se fazer cercar de pessoas armadas para agir em favor de Santa Catarina na questão de limites entre estados. A resistência à prisão por parte do monge e a ação da força policial paranaense resultaram no massacre na chamada Batalha do Irani, ceifando a vida de dezenas de pessoas, entre elas José Maria e o comandante da força policial – o coronel comissionado João Gualberto (capitão do Exército). Desse episódio decorreu um processo de fabulação religiosa com a manifestação da crença na ressurreição de José Maria, estimulando a forma-

ção de novo ajuntamento em Taquaruçu após cerca de um ano¹⁷.

No transcurso de 1913, a mobilização militar foi diminuta, tratando-se de medida limitada no pós-Irani a marcar a presença federal diante da remota possibilidade de confronto entre os estados, sendo logo desmobilizada. O momento que delimitou o envolvimento intenso do Exército no Contestado ligou-se aos ataques ao acampamento de Taquaruçu em 1913-1914. Empregado, inicialmente, para reprimir um movimento acusado de propor a restauração da monarquia (denúncia que se revelou frágil), o Exército tinha por missão desfazer o ajuntamento de devotos do santificado José Maria.

A primeira investida, no final de dezembro, foi motivo de vexame, pois, diante da resistência dos acampados, seguiu-se a fuga desordenada dos militares a ponto de extraviar cargas de armas e munições pelos caminhos. Como a buscar vingança, o segundo e mais robusto ataque, levado a efeito em 8 de fevereiro de 1914, foi



extremamente violento, resultando que

O estrago da artilharia sobre o povoado de Taquaruçu era pavoroso. Grande número de cadáveres, calculado por uns, em 40 e tantos e por outros, em 90 e tantos; pernas, braços, cabeças, animais mortos: bois, cavalos, etc., casas queimadas, etc¹⁸.

Entre os militares foi registrado um morto e três feridos¹⁹, revelando a desproporção de forças e o propósito letal de uma operação contra um movimento com ares sebastianistas²⁰.

Demerval Peixoto registrou que “O ataque de Taquaruçu foi positivamente o facho que ateou a guerra no Contestado”²¹, observando que longe de dar o movimento por encerrado, esse episódio espalhou a rebelião²². Após denúncias de saques de propriedades, os reclames de chefes políticos e empresários puseram a máquina de guerra da República em movimento, reunindo-se mais de mil soldados sob as ordens do general Carlos de Mesquita, veterano de Canu-

dos²³. A campanha começava a tomar forma em 1914, não sem percalços de toda a ordem. Incomodado com os desentendimentos junto ao comando da região militar, sediado em Curitiba, e expressando contrariedade com a missão que julgou nada condizente com o papel reservado a uma força bélica, Mesquita se retirou após se satisfazer com a vitória sobre uma fração rebelde, posteriormente identificada como um guarda de acampamento²⁴.

Diante do prosseguimento da conflagração, com assassinatos, saques, incêndios e depredações de propriedades, o quadro agravou-se, sendo marcado por ataques a fazendas e sedes das empresas estrangeiras, notabilizando-se pela morte do capitão Mattos Costa e diversos militares do destacamento que permaneceu na região. Buscando dar resposta à situação, que envolvia lidar com os chefes dos executivos estaduais, o comando das operações foi entregue ao general Fernando Setembrino de Carvalho, militar egresso da intervenção federal no Ceará a por fim a Revol-



ta de Juazeiro (1914). Passando a contar com o apoio mais atento do presidente e do ministro da guerra, Setembrino teve em suas mãos maiores recursos do que o seu antecessor, assumindo as operações ao mesmo tempo em que passava a responder pelo comando da inspeção militar. Hábil ao entender-se com os poderosos do planalto, o general passou a contar com o apoio de chefes locais sobre os quais pairavam denúncias de assassinatos, falsificação de dinheiro e roubo de terras, de forma que o sucesso das operações envolveu a aliança com os desafetos dos rebeldes, entre eles personagens apontados como os causadores de muitas das mazelas que levaram os caboclos às armas²⁵.

Organizada a campanha, que nas palavras de seu comandante compreendia uma “pequena guerra”²⁶, reuniram-se, em meados de 1915, dezenas de batalhões e regimentos, contando com obuses, metralhadores, serviços de engenharia, comunicações e transporte, somando aproximadamente sete mil militares. O efetivo era expres-

sivo ao se considerar que, para o ano de 1915, o total previsto no orçamento para todo o Exército não ultrapassava a marca de 18 mil alistados²⁷. Dessa “primeira” guerra brasileira do século XX, participava uma força carente de reforma e cujos integrantes mais entusiastas da modernização das Forças Armadas observavam os desenlaces da Primeira Guerra Mundial, evidenciando inúmeras debilidades no Exército e na Marinha²⁸.

Restringindo a circulação de informações sobre a guerra, Setembrino de Carvalho cerceou a atividade propriamente jornalística, fazendo questão de expressar que “era de todo indispensável que o jornal se mantivesse no círculo de uma perfeita cortesia”²⁹. Essa postura demonstra uma preocupação para além do resguardo para com o vazamento de informações sensíveis, tendo nítidos traços de uma decisão a poupar a imagem do Exército diante de uma cobertura jornalística a uma guerra indigesta. Cumprindo papel impróprio aquele reservado a uma força militar no concerto das nações modernas,



aquele tempo o Exército era empregado para enfrentar como inimigo o habitante do Brasil rural.

Ainda sobre a cobertura jornalística, também não era interessante divulgar problemas sanitários, indisciplina e a acusação de crimes diversos, entre esses últimos o assassinato de caboclos e imigrantes por piquetes de vaqueanos e oficiais da Guarda Nacional entre os quais estavam integrados graduados da força militar federal³⁰.

Avaliando a guerra em sua dimensão mais ampla, envolvendo a construção do Estado brasileiro, como apreciado por Todd A. Diacon³¹ e Motta de Carvalho³², é preciso, sem negar-lhe as peculiaridades do ambiente político, com destaque para o contexto do coronelismo³³, interpretá-la enquanto dinâmica política relacionada à conjuntura de inserção do moderno capitalismo no Contestado. Para isso, deve-se reconhecer essa parcela do planalto sul como área economicamente pouco desenvolvida e preocupante sob o ponto de vista da política externa, porque recentemente disputada com a

Argentina, nação então observada com receio pelo seu potencial militar latente³⁴.

Dando forma à campanha, Setembrino de Carvalho organizou seus efetivos considerando a peculiar situação do conflito, que abrangia milhares de quilômetros quadrados. A distribuição das tropas, observando os pontos cardeais, objetivava dar cerco aos rebeldes, visando estrangular as rotas de suprimento enquanto eram planejadas ações mais incisivas. Para melhor compreender a situação e aprimorar as informações provenientes de uma escassa cartografia sobre a região, o general se serviu de guias e informantes e do uso do avião, construindo hangares para aeroplanos Morane-Saulnier, contando com os pilotos tenente Ricardo Kirk, que viria a falecer em acidente aéreo no Contestado (episódio que encerrou o experimento), e o instrutor italiano Ernesto Darioli³⁵.

Na apreciação da “pequena guerra”, Setembrino de Carvalho registrou a sua inspiração no pensamento de Carl von Clausewitz,



ao reconhecer a importância em buscar a batalha decisiva a proporcionar “o aniquilamento das forças armadas, e a ruína total do poder do inimigo”³⁶, algo que o general reconheceu, infere-se, como difícil de ser vislumbrando no cenário de guerra sulista.

No Contestado, o Exército tinha por oponentes grupos dispersos constituídos, sobretudo, de camponeses aguerridos, fortalecidos pela fé religiosa, armados de clavas, rifles, revólveres e facões de madeira, contando, como melhor recurso, com alguns bandoleiros de fama e uns poucos oficiais da Guarda Nacional aliados ao movimento³⁷. Não se tratava, portanto, de uma força militar organizada em moldes a ser enfrentada nos termos de uma guerra convencional, de forma que, para combatê-la, uma pequena parcela das tropas passou a formação diversa do usual, passando a adotar formação ágil a permitir adentrar aos caminhos e matas e combater em termos similares ao de um adversário disperso³⁸.

Adotada nova tática, aliada ao estrangulamento de rotas de suprimento rebelde e a ocupação de posições chave nos pontos cardinais, cercando focos de resistência, o jogo virou em favor do Exército.

Ao final de 1915, as forças rebeldes estavam em franca decadência, registrando-se rendições em massa a incluir chefes do movimento. Operações violentas, a exemplo das conduzidas pelos capitães Tertuliano de Albuquerque Potyguara e Vieira da Rosa, com a morte de civis e incêndios de povoados, fizeram às vezes das batalhas decisivas. Na parte de combate a narrar a controversa marcha até a cidadela de Santa Maria, Potyguara esclareceu que a tropa deixou “uma força na retaguarda para ir incendiando e arrasando tudo que fosse encontrado pelos caminhos”³⁹, para concluir que “Queimamos perto de 5.000 casas e ranchos de palha e matamos em combate uns 600 jagunços”⁴⁰.

A ação evidenciava que, agindo como numa vendeta, as forças militares, apoiadas pelos vaquea-



nos, atuavam com o propósito de aniquilar os rebeldes.

No que toca as oportunidades de rendição, a bem da verdade, esse caminho foi proposto pelo general Setembrino de Carvalho por meio de manifestos, sendo em alguns casos atendido, com demonstração de armas de líderes como Bonifácio Papudo e Henrique Wolland e os fluxos de pessoas a se dirigir aos acampamentos militares⁴¹.

De triste memória, estendendo-se por 1916, mais notável é o registro de que caiu sobre os rebeldes remanescentes a sanha vingativa de parcela de muitos potentados locais a ultrapassar a datação oficial do término do conflito, não poupando aqueles que se entregaram espontaneamente⁴². Melhor sorte tiveram alguns membros da facção dita “moderada” do movimento, entre os quais estavam pessoas de melhor condição social, com laços com lideranças políticas e que contaram com serviços advocatícios⁴³.

Em 20 de outubro de 1916, os estados do Paraná e Santa Catarina

assinaram o acordo que definiu os limites territoriais e encerrou a contenta judicial. Efetivamente, a questão de limites não foi decisiva na deflagração do fenômeno de rebeldia e a assinatura do acordo não encontra relação específica com o fim dos combates, mas os entendimentos selados no Palácio do Catete davam o problema por encerrado.

Do legado do Contestado para modernização das Forças Armadas, com ênfase no Exército, o relatório do general Setembrino fez importantes apontamentos, abordando também o emprego de elementos da Guarda Nacional e a possibilidade de apoio da Marinha do Brasil no patrulhamento do Rio Iguaçu (que não se concretizou por problemas logísticos). Os registros de Setembrino de Carvalho, incluindo texto apresentado ao Clube Militar⁴⁴, foram aproveitados como fontes de consulta por anos. Note-se que o general foi Ministro da Guerra de 1922 a 1926, no curso da implementação das medidas reformistas iniciadas anteriormente e outras ansiadas de longa data, tendo no



Contestado uma de suas mais destacadas experiências pessoais na lide com problemas logísticos, de pessoal e materiais.

A ação de Setembrino na pasta da Guerra deu-se durante os conturbados anos do Governo de Artur Bernardes, com a franca oposição dos militares rebeldes que integraram o movimento tenentista. Do legado da experiência do Contestado, a necessidade de urgente adoção da aviação militar, com a formação de pilotos (o único disponível em 1915 falecera na missão) esteve entre um dos assuntos de destaque. Tudo isso se somou a experiência colhida da Primeira Guerra Mundial, onde se destacou a Missão Aché, conduzida pelo general Napoleão Felipe Aché, e a Missão Médica, ambas na França, dando início às tratativas que levaram a contratação de uma missão francesa para operar junto ao Exército (atuando de 1920 a 1940), e o envio de pilotos da Marinha do Brasil para treinamento na Inglaterra⁴⁵.

Sobre o impacto da experiência no Contestado, Frank

McCann⁴⁶ reconheceu que a campanha se impôs como um importante elemento na memória da instituição militar por anos em virtude da intensa mobilização da máquina de guerra e da violência do conflito a marcar toda uma geração.

Decorridos cerca de 100 anos do término da guerra, o Contestado passou a ser rememorado como lugar de memória no ambiente militar por intermédio de homenagens a personagens, sem ênfase no sucesso em batalhas – algo muito bem-vindo, dado que é impróprio, na percepção deste autor, comemorar sucessos em batalhas levadas à efeito contra compatriotas. Criada há mais de 70 anos, com sede em Curitiba, a Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Exército recebeu a denominação de “Artilharia Divisionária Marechal Setembrino de Carvalho”⁴⁷. Em Ponta Grossa, Paraná, a 5ª Brigada de Cavalaria Blindada passou a ostentar, a contar do ano 2000, o nome de “Brigada General Tertuliano de Albuquerque Potyguara”⁴⁸. Falecido naquele que foi considerado o primeiro acidente aéreo em ope-



rações de guerra no Brasil, Ricardo Kirk foi acolhido como Patrono da Aviação do Exército Brasileiro nos anos 2000⁴⁹, estando entre as homenagens ao piloto a Cruz do Aviador, erigida nas cercanias do local onde se acidentou, no município de General Carneiro, Paraná, e a Praça Capitão Ricardo Kirk, construída em frente a sede do 5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado, no município de Porto União, Santa Catarina, onde foram instalados um busto e a réplica de um aeroplano Morane-Saulnier.

O CONTESTADO COMO PARADIGMA: A GUERRILHA COMO OBJETO DE ESTUDO

Ao passo que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) se desenvolvia, chamando a atenção dos militares brasileiros para as novas táticas e a magnitude das transformações operadas nos exércitos europeus, a missão no Contestado inseria o dilema do emprego do Exército contra a população

civil. No cumprimento dessa missão, Rogério Rosa Rodrigues observou que “a força terrestre levou para o campo de batalha dos serões sulinos não apenas novas estratégias militares [...] mas também os valores republicanos e a honra ferida pela Guerra de Canudos”⁵⁰.

Testemunhando a honra ferida, a revista *A Defesa Nacional*, em editorial de 10 de outubro de 1914, registrou que “os surtos sangrentos dos fanáticos vão se assemelhando à luta inglória de Canudos”⁵¹. Criada em 1913 pelos chamados jovens turcos, grupo de oficiais brasileiros a professar ideais reformadores, defendendo o aprimoramento profissional da carreira e a modernização do Exército (disso decorrendo o epíteto em alusão aos militares reformadores turcos), o editorial da revista sinalizava apoio à missão do general Setembrino de Carvalho, defendendo o argumento de que, ao se decidir pelo emprego do Exército no Contestado, a reputação da instituição estaria em jogo, o que exigia a união da classe, pois a missão implicaria, efetivamente, em uma



guerra a testar a capacidade militar do país: “A ação das forças militares assumirá, assim, nitidamente as características de *operações de guerra*, contra irmãos, é verdade, mas irmãos que, por seus atos, estão reduzidos à condição de inimigos.” (grifo no original)⁵².

Não favorecendo argumentos em contrário, o editorial de *A Defesa Nacional* esclarecia que “A ação do Exército não deve ter a feição de operações policiais. A polícia age para *prevenir* ou para *remediar* [...] O Exército age diferentemente; ele é um instrumento de combate.” (grifo no original)⁵³. Com essa visão do cenário do Contestado, admitia-se que, de instrumento de manutenção do cumprimento das leis no interior do território, sujeito a assumir excepcionalmente tarefas de natureza policial, o Exército atuaria, efetivamente, numa guerra tendo como inimigos os “irmãos” que passariam a integrar uma categoria passiva de eliminação.

Alguns poucos congressistas manifestaram repúdio ao emprego de militares contra nacionais, onde foram mais evidentes as acaloradas

exposições do deputado federal Maurício de Lacerda que denunciava, recorrentemente, que o conflito servia a “políticos altamente colocados para subjugar os que protestam em nome dos seus direitos conspurcados”⁵⁴, acusando mandatários locais a praticar, com a conivência e mesmo participação de alguns militares, crimes diversos⁵⁵.

Em que pese não se poder afirmar qualquer unanimidade de opinião, a opção de agir no Contestado *manu militari* terminou por encontrar o apoio do oficialato. Os registros de discordância aberta foram pouquíssimos, onde se destacam as manifestações do capitão Mattos Costa na imprensa a enfatizar que “A revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança”⁵⁶.

Em ofício encaminhado ao general José Caetano de Faria, então ministro da guerra, Setembrino de Carvalho registrou alguns dos problemas enfrentados pelas tropas na atípica campanha, mas



destacando a gravidade da situação para as tropas ao compará-la à luta em Canudos.

Mas quero acrescentar que a rebelião sertaneja, demasiado espalhada no interior do Paraná e de Santa Catarina, só assumiu esse aspecto assustador, que a caracteriza agora, porque seguimos, num cego automatismo, os mesmos processos desastrosos de Canudos.

Assim, a exemplo da guerra nos sertões baianos, os insucessos da tropa foram pouco a pouco convencendo os matutos de uma superioridade ilusória que, senão lhes garante a vitória, ao menos avoluma, nos redutos, o número dos combatentes.

Soma-se a isto, como grave distinção entre Canudos e a campanha atual, que estamos em frente de uma grande população conflagrada, decidida a lutar com a máxima energia e dispersa, num imenso território, por numerosas aldeias⁵⁷.

Para Setembrino de Carvalho, preocupava os processos desastrosos a levar ao insucesso das operações. A semelhança do general comandante, jovens oficiais recordavam Canudos – a alusão com o

Contestado é igualmente recorrente em jornais⁵⁸ –, trazendo à tona lembranças sobre um conflito então encerrado há cerca de duas décadas. Demerval Peixoto, parodiando Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*, avaliou que os rebeldes eram seres fortes e resistentes, verdadeiros sobreviventes da batalha contra uma vida rústica, mas representantes do sertão atrasado. Os comentários em tom euclidiano, o conteúdo de forte viés nacionalista e as comparações dos eventos da Bahia com os do Contestado marcaram a obra do tenente:

Depois de quase eliminada a sociedade retrógrada insurrecta contra a abrupta investida da civilização que tem bafejado apenas os litorais durante os quatro séculos da existência brasílica, podemos positivar – Canudos se repetiu⁵⁹.

Nesse esforço comparativo entre Canudos e o Contestado, cronistas militares registraram reconhecer no modo de lutar dos rebeldes características semelhantes à guerra de guerrilhas, no senti-



do de condução das ações de forma descentralizada e com alto grau de improviso próprio da luta irregular. Em se confirmando essa definição, a justificativa do emprego militar contra civis adentra ao campo da manutenção da soberania nacional contra uma força paramilitar. No caso em questão, essa possibilidade é controversa, uma vez que há sérias dúvidas quanto a capacidade dos rebeldes de ameaçar a soberania estatal. Ademais, a guerra irregular empreendida pelos rebeldes – a “guerrilha”, pequena guerra ou guerrilha –, interpretada pelos autores de época, não se encaixa facilmente na compreensão dada a guerra de guerrilhas característica da luta revolucionária guiada politicamente, o que não impediu que essa analogia constasse de estudos de caso trazendo o assunto à pauta nos anos 1960 e 70 no contexto da Guerra Fria. Mas, independentemente disso, do que se pesquisou, ficou evidente que o Contestado foi assimilado entre os profissionais da guerra como um conflito semelhante a luta guerrilheira.

Notadamente, o tema da guerrilha não era interesse exclusivo dos fardados. Nos anos 1960, o estudo do Contestado ganhou novos contornos aos olhos de cientistas sociais, a exemplo de Rui Facó⁶⁰, interpretando-se os conflitos do Brasil rural como expressão da luta de classes à moda da luta guerrilheira. Se para os militares o interesse se inseria no estudo do passado em proveito do combate das lutas promovidas pela extrema-esquerda, entre os analistas filiados a corrente marxista o interesse tinha por foco reconhecer o episódio como um fenômeno ligado a luta contra o latifúndio.

No interesse em compreender as razões da eclosão dos conflitos no interior do território brasileiro e a forma de lutar peculiar aos habitantes do sertão, o estudo do Contestado não deixou de se fazer presente entre os militares por anos, seja a análise de eventos militares no interesse de estudos táticos e estratégicos ou mesmo como recurso a substanciar apreciações dos feitos passados, como se localiza em artigos e livros da



lavra de oficiais⁶¹. Nesse caminho, incluiu-se o alerta quanto à possibilidade de novas convulsões sociais eclodirem em cenários semelhantes, revelando a preocupação com a integridade territorial. Ao prefaciá-las as memórias do general Setembrino de Carvalho, nos anos 1950, o coronel Lafayette Cruz expressou a compreensão de que o enfrentamento de situações similares ao Contestado não poderia ser descartado.

Foi uma campanha obediente aos cânones clássicos da arte militar com as modificações impostas pelo meio onde se desenvolveriam. É essa operação bélica, sem exagero de expressão, uma obra prima de logística aplicada às nossas guerras sertanejas e que grandes ensinamentos oferece aos estudiosos do assunto e principalmente aos nossos jovens oficiais que, por certo, terão de se haver no futuro com guerras semelhantes se a nossa política não mudar de rumo assistindo e amparando as crescente e sempre miseráveis populações rurais⁶².

Análises com teor preditivo, como a do coronel Lafayette, fizeram-se a tônica das produções institucionais do Exército Brasileiro sobre o Contestado, consolidando uma mensagem a servir de alerta ao oficialato. Um estudo de proveito para a versão referente ao pretensão potencial revolucionário do Contestado foi localizado em documento do Estado-Maior do Exército (EME), redigido antes do ciclo 1964-85. O trabalho intitulado *Pesquisa e relatório sobre as características do combatente na campanha do Contestado*⁶³ foi dedicado a apreciar informações sobre armamento, disciplina, liderança, logística e modos de combate. Trata-se de uma compilação de dados sobre os meios e modos de se fazer a guerra, formando cinco volumes manuscritos, e tendo por fecho um texto datilografado onde constam as apreciações finais e opiniões sobre o tema, material que veio ao conhecimento deste autor no Centro de Documentação do Exército (CDocEx), e que atualmente encontra-se no acervo do Arquivo Histórico do Exército



(AHEX). Na conclusão da pesquisa, depositada em cinco folhas à parte dos volumes, constam as reflexões de maior propriedade, com detalhamento do proveito do estudo para o contexto da luta revolucionária e esclarecendo que o documento visou contribuir para a formulação de uma doutrina de emprego das Forças Armadas do Brasil⁶⁴.

O relatório do EME conclui que o desenrolar da luta no Contestado desfavoreceu as convenções observadas na guerra regular, enfatizando o ensinamento de que, se o modo de combater do adversário é a tática de guerrilha, a isso é necessário dar resposta por meio de ações descentralizadas, valorizando a iniciativa em proveito de operações anti-guerrilha. O texto ressalta que “A instrução deve visar o conhecimento das condições da região de operações, o emprego da tática de guerrilhas e o preparo psicológico do homem”⁶⁵, ao passo que se empreendessem esforços para influenciar a população de forma a ter o seu auxílio e evitar a sua cooperação com o inimigo. Não

foi possível vislumbrar o efetivo alcance desse trabalho na doutrina militar, pois o material acessado é inédito (não foi publicado) e, ademais, não foram localizados dados de autoria e circulação. Entretanto, outros textos oferecem uma pista do alcance dessas ideias.

No início dos anos 1970, com a coordenação da Comissão de História do Exército Brasileiro (CHEB) do EME⁶⁶, foi publicada a obra *História do Exército Brasileiro – Perfil militar de um povo*⁶⁷, em três volumes. O material foi destinado à ampla circulação no meio militar, o que se conclui da sua localização em bibliotecas sob a administração das Forças Armadas ainda na atualidade. O conjunto do trabalho foi fruto de um esforço monográfico que envolveu a colaboração de alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Os nomes dos participantes estão listados no primeiro volume da publicação, sem especificar a autoria dos capítulos. Do material editado nos anos 1970, o capítulo *Campanha do Contestado* surge como um dos mais informa-



tivos sob o ponto de vista da narrativa chancelada pelo Exército sobre o episódio. As referências bibliográficas gerais são apontadas ao final da obra, não constando apontamentos diretos no texto, mas são suficientes para esclarecer que serviram de fonte os livros de Assunção e Peixoto, entre outras obras, fazendo menção ao texto de Rui Facó “Forças Armadas”, parte do livro *Brasil, século XX*, publicado no Rio de Janeiro pela Editora Vitória em 1960.

História do Exército Brasileiro reproduz o cerne da narrativa de união em torno do cumprimento da missão na construção da identidade militar, tema fortemente presente nas interpretações sobre o Contestado. No tópico “Contestado, uma guerra revolucionária” afirma-se que entre os rebeldes se cogitou a intenção de expandir o movimento e avançar contra a capital federal.

Ao contrário de Canudos, em que os jagunços contentavam-se em viver, a seu modo, a sua *ordem*, na *Tróia Sertaneja*, nesta guerra surgiu a ideia de im-

plantar uma nova ordem, além dos redutos do Contestado. De fato, no apogeu do movimento, dominando os fanáticos vasta região entre a Estrada de Ferro S. Paulo – Rio Grande e as bacias dos rios Iguazu e Negro, ao norte, e Pelotas, ao sul, veio à mente de sua chefia um plano de envergadura: prosseguir na direção geral de S. Paulo e, a leste pelo vale do Itajaí, na direção do mar. Comandaria o avanço por aqui o Alemãozinho, Henrique Wolland, desertor da célebre canhoneira alemã *Panther*. Vislumbravam obter adesões, de modo a chegar no Rio de Janeiro com força suficiente para derrubar a *República dos Coronéis* (grifo no original)⁶⁸.

Apesar de não esmiuçar qual seria a “nova ordem”, o histórico das denúncias sobre as intenções do movimento oferecem algumas sugestões, como a aventada ambição de os rebeldes se organizarem numa luta em favor da restauração da monarquia, acusação tida como pouco crível⁶⁹.

Outra possibilidade é a referência à defesa da adoção de um regime igualitário nos acampamen-



tos dos rebeldes, prática com ares de socialismo cristão fundamentada na religiosidade dos caboclos⁷⁰.

Ao abordar as hipotéticas pretensões revolucionárias do movimento, o teor de *História do Exército Brasileiro* sobre o Contestado recorda interpretações de Rui Facó, que defendeu a hipótese de que as motivações dos movimentos sociais rurais como Canudos, Contestado e Caldeirão expressaram a luta marcada pelo desejo de abolir o ordenamento social vigente em favor de uma nova ordem de caráter igualitário. Assim, os textos de lavra marxista, tiveram por potencial municiar de argumentos os defensores da necessidade passada de se combater algum possível germe revolucionário no Contestado.

Outra fonte da narrativa do interesse para se compreender o arcabouço interpretativo caro aos militares nos anos 1960-80 se encontra em *Guerras insurrecionais no Brasil (Canudos e o Contestado)*⁷¹. Nesse material preparatório ao curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, cuja

primeira impressão remonta ao ano de 1970, constam apreciações gerais sobre o contexto dos conflitos e análises de interesse bélico. No fecho da obra, ressaltam-se considerações de natureza social e política: “Embora nosso país tenha evoluído bastante e atingido uma situação bem diferente da época de Canudos e Contestado, muitos dos fatores, particularmente culturais e econômicos, que deram causa a esses movimentos insurrecionais, ainda estão presentes na nossa estrutura”⁷².

O conteúdo de *Guerras insurrecionais no Brasil* evidencia que, na interpretação dos acontecimentos no Contestado, extraiu-se a necessidade de legitimar as ações do Exército, para isso servindo-se de referenciais bibliográficos externos à instituição afinados com a compreensão de que movimentos sociais rurais possuem potencial revolucionário. Atualizando a abordagem do tema, articulou-se a relação entre Canudos e Contestado como de proveito para o estudo do fenômeno da guerrilha no contexto da Guerra Fria e como



alerta para o perigo de convulsões sociais promovidas por interesses revolucionários, estando em sintonia com *História do Exército Brasileiro*.

No âmbito do Exército, o estudo do Contestado foi realizado sob o olhar de militares temerosos de que novas convulsões sociais favorecessem a esquerda revolucionária. O assunto é amplo, mas cabe registrar que esse temor era alimentado pela memória entre os militares de episódios como a Intentona Comunista (1935) e o anticomunismo estimulado em certos momentos do Estado Novo (1937-1945) e no ciclo 1964-85, períodos em que o combate à subversão concentrou atenções, sujeitando doutrinariamente as polícias militares estaduais como forças auxiliares do Exército Brasileiro, como observou Edmundo Campos Coelho⁷³. Essa postura ganhou novo impulso no contexto da Guerra Fria, intensificando-se o uso do aparato policial contra o inimigo categorizado como subversivo e não raro cegou interpretações menos apaixonadas sobre esse episo-

dio, assim alimentando um sentimento anticomunista ao nível da paranoia, como observou José Murilo de Carvalho⁷⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sedimentação da compreensão de que cabe ao Exército Brasileiro agir na manutenção da ordem pública e no combate à subversão encontrou no Contestado uma referência. Isso é perceptível ao se observar que o estudo do Contestado foi “requeentado” nos anos 1960 e 70 sob o signo do tema da guerrilha de viés revolucionário – tema da moda, presente em autores de diversas correntes interpretativas, que, observando a irregularidade do conflito e os reclames da população rebelada, associaram-no de forma controversa com aspectos da luta armada da esquerda revolucionária.

Como fenômeno da guerra, a campanha do Contestado pode ser compreendida como um evento relacionado ao desejo do Estado brasileiro em patrocinar o adensamento populacional e transformar



economicamente essa região, o que era do interesse do executivo federal ao favorecer a defesa do Brasil meridional contra ameaças hipotéticas de vizinhos, para isso valendo-se do interesse estrangeiro em bancar a construção da ferrovia em troca de direitos de exploração. A reação contrária ao novo ordenamento concentrou-se num movimento que canalizou insatisfações, sendo contido por meio do uso da máquina de guerra a impor a marcha colonizadora e favorecer o esforço de exploração econômica do território.

Nos anos vindouros, não surpreende que esse empreendimento tenha sofrido rápido esgotamento, pois foi nitidamente predatório, não se voltando a assegurar investimentos a permitir ao Contestado notabilizar-se economicamente. Para o Exército, restou assimilar a experiência em combate contra seu próprio povo e dessa experiência colher o estímulo para que se cumprissem as ambições reformadoras e modernizantes.

BIBLIOGRAFIA

A DEFESA NACIONAL. *Editorial*, ano II, n. 13. 10 de outubro de 1914.

ASSUNÇÃO, Herculano Teixeira. *A campanha do Contestado*. 2 vol. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1917-1918.

BERNARDET, Jean-Claude. *Guerra no Contestado*. São Paulo: Global Editora, 1979.

BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 29 de maio de 1916. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918a.

BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 4 de julho de 1916. v. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918b.

BRASIL. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. *Guerras insurrecionais no Brasil: Canudos e o Contestado*. Rio de Janeiro, 1987.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. *Campanha do Contestado*. In: *História do Exército brasileiro – Perfil militar de um povo*, v. 2.



Brasília: Ministério do Exército, 1972, p. 767-789.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. *Pesquisa e relatório sobre as características do combatente na campanha do Contestado*. 1963. 5 vol., brochura, manuscrito, acervo do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Relatório apresentado ao general José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações na guerra do Contestado, 1915*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916a.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. *A pacificação do Contestado*. Conferência realizada no Clube Militar na noite de 3 de julho de 1916. Rio de Janeiro: Clube Militar, 1916b.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Memórias: dados para a história do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1950.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARVALHO, Tarcísio Motta de. *Coerção e consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916)*. Tese de doutorado, História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2009.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Martins Fontes, 1979.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DIACON, Todd A. *Millenarian vision, capitalist reality: Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916*. Durham: Duke University Press, 1991.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e luta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

GALLO, Ivone Cecília D'Ávila. *O Contestado: o sonho do milênio igualitário*. Campinas: Editora Unicamp, 1999.



KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LACERDA, Maurício P. de. Seção de 21 de setembro de 1914. In: BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. Seções de 1º a 30 de setembro de 1914. v. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, p. 371-372.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2009.

MIRANDA, Alcibíades. *Contestado*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do*

Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MOURA, Aureliano Pinto. *Contestado: a guerra cabocla*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

OLIVEIRA, João Pereira de. Uma página da campanha do Contestado. *Revista Militar Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 25, p. 59-76. 1954.

PEDROSA, José de Maya. Canudos e Contestado. *Revista do IGHMB*. Estado da Guanabara, v. 45, n. 58, p. 155-171. 1969.

PEIXOTO, Demerval [pseudônimo Crivelaro Marcial]. *Campanha do Contestado: episódios e impressões*. 3 vol. Rio de Janeiro: edição do autor, 1916.

POTYGUARA, Tertuliano Albuquerque. *Parte de combate*. Coluna de ataque ao reduto de Santa Maria. Vila de Canoinhas, 20 de abril de 1915. 11 folhas, datilografado, acervo do Arquivo Histórico do Exército, caixa arquivo 5547.

PRIORE, Mary del Priore; DAROZ, Carlos (org.). *A história do Brasil nas duas guerras mundiais*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.



QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado*. São Paulo: Editora Ática, 1981.

QUEIROZ, Themistocles C. A luta no Contestado. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 152. 1957.

RODRIGUES, Rogério Rosa. *Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro*. Tese de Doutorado, História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SALOMÃO, Eduardo R. *A Guerra de São Sebastião*. Tese (doutorado em História). Brasília: UnB, 2012.

SOARES, José O. Pinto. *Apontamentos para a história: o Contestado*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1920.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

¹ MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2009.

² TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

³ CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Martins Fontes, 1979.

⁴ Cf. PEIXOTO, Demerval [pseudônimo Crivelaro Marcial]. *Campanha do Contestado: episódios e impressões*. 3 vol. Rio de Janeiro: edição do autor, 1916; e QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado*. São Paulo: Editora Ática, 1981.

⁵ Cf. MONTEIRO, Douglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974; SALOMÃO, Eduardo R. *A Guerra de São Sebastião*. Tese (doutorado em História). Brasília: UnB, 2012.

⁶ KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

⁸ MCCANN, op.cit.



⁹ Cf. QUEIROZ, op.cit.; MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

¹⁰ Ver CARVALHO, 2005, op.cit.; RODRIGUES, Rogério Rosa. *Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro*. Tese de Doutorado, História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

¹¹ CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Relatório apresentado ao general José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações na guerra do Contestado, 1915*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916a.

¹² MOURA, Aureliano Pinto. *Contestado: a guerra cabocla*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

¹³ MACHADO, op.cit.

¹⁴ Cf. CARVALHO, Tarcísio Motta de. *Coerção e consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916)*. Tese de doutorado, História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2009; DIACON, Todd A. *Millenarian vision, capitalist reality: Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916*. Durham: Duke University Press, 1991.

¹⁵ MONTEIRO, Douglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

¹⁶ O termo “monge” não corresponde a ser José Maria integrante de uma ordem religiosa, mas alude ao epíteto comumente atribuído pelos moradores da região aos peregrinos com fama de beato.

¹⁷ QUEIROZ, op.cit.

¹⁸ CERQUEIRA in PEIXOTO, Demerval [pseudônimo Crivelaro Marcial]. *Campanha do Contestado: episódios e impressões*. 3 vol. Rio de Janeiro: edição do autor, 1916, p. 159.

¹⁹ PEIXOTO, op.cit., p. 157.

²⁰ SALOMÃO, op.cit.

²¹ PEIXOTO, op.cit., p. 160.

²² PEIXOTO, op.cit.; QUEIROZ, op.cit.

²³ PEIXOTO, op.cit.

²⁴ QUEIROZ, op.cit.

²⁵ PEIXOTO, op.cit.; QUEIROZ, op.cit., MACHADO, op.cit.

²⁶ CARVALHO, 1916a, op.cit., p. 43.

²⁷ PEIXOTO, op.cit., p. 636.

²⁸ MCCANN, op.cit.

²⁹ CARVALHO, 1916a, op.cit., p. 29.

³⁰ PEIXOTO, op.cit.

³¹ DIACON, op.cit.



³² CARVALHO, Tarcísio Motta de. *Coerção e consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916)*. Tese de doutorado, História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2009.

³³ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

³⁴ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

³⁵ CARVALHO, 1916a, op.cit.

³⁶ *Ibid.*, p. 18.

³⁷ PEIXOTO, op.cit.; QUEIROZ, op.cit., MACHADO, op.cit.

³⁸ PEIXOTO, op.cit.

³⁹ POTYGUARA, Tertuliano Albuquerque. *Parte de combate*. Coluna de ataque ao reduto de Santa Maria. Vila de Canoinhas, 20 de abril de 1915. 11 folhas, datilografado, acervo do Arquivo Histórico do Exército, caixa arquivo 5547, p. 2.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 10.

⁴¹ PEIXOTO, op.cit.; QUEIROZ, op.cit., MACHADO, op.cit., CARVALHO, 1916a, op.cit.

⁴² PEIXOTO, op.cit.; QUEIROZ, op.cit., MACHADO, op.cit.

⁴³ MACHADO, op.cit.

⁴⁴ CARVALHO, Fernando Setembrino de. *A pacificação do Contestado*. Conferência realizada no Clube Militar na noite de 3 de julho de 1916. Rio de Janeiro: Clube Militar, 1916b.

⁴⁵ PRIORE, Mary del Priore; DAROZ, Carlos (org.). *A história do Brasil nas duas guerras mundiais*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

⁴⁶ MCCANN, op.cit.

⁴⁷ Disponível em <<https://bit.ly/3iOWDKb>>. Acesso em: jan. 2021.

⁴⁸ Disponível em <<http://www.5bdacbldeeb.mil.br/index.php/historico>>. Acesso em: jan. 2021.

⁴⁹ Disponível em <<http://www.cavex.eb.mil.br/index.php/historico>>. Acesso em: jan. 2021.

⁵⁰ RODRIGUES, op.cit., p. 47.

⁵¹ A DEFESA NACIONAL. *Editorial*, ano II, n. 13. 10 de outubro de 1914, p.1.

⁵² *Ibid.*, p. 2.

⁵³ *Ibid.*

⁵⁴ LACERDA, Maurício P. de. Seção de 21 de setembro de 1914. In: BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Câmara*



dos Deputados. Seções de 1º a 30 de setembro de 1914. v. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, p. 371-372.

⁵⁵ Cf. BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 29 de maio de 1916. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918a; e BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 4 de julho de 1916. v. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918b.

⁵⁶ PEIXOTO, op.cit., p. 94.

⁵⁷ CARVALHO, 1916a, op.cit., p. 78.

⁵⁸ BERNARDET, Jean-Claude. *Guerra no Contestado*. São Paulo: Global Editora, 1979.

⁵⁹ PEIXOTO, op.cit., p. 84.

⁶⁰ FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e luta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

⁶¹ Cf. CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Memórias: dados para a história do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1950; OLIVEIRA, João Pereira de. Uma página da campanha do Contestado. *Revista Militar Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 25, p. 59-76. 1954; PEDROSA, José de Maya. Canudos e Contestado. *Revista do IGHMB*. Estado da Guanabara, v. 45, n. 58, p. 155-171. 1969; MIRANDA, Alcibiades. *Contestado*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987; e

MOURA, Aureliano Pinto. *Contestado: a guerra cabocla*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

⁶² CRUZ apud CARVALHO, 1950, op.cit., p. 8.

⁶³ BRASIL. Estado-Maior do Exército. *Pesquisa e relatório sobre as características do combatente na campanha do Contestado*. 1963. 5 vol., brochura, manuscrito, acervo do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 1.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 3.

⁶⁶ Sobre a CHEB, ver: “Relatório de atividades da Comissão de História do Exército Brasileiro do Estado-Maior do Exército de 1971-1973”. Disponível em: <<https://bit.ly/36bug3J>>. Acesso em jan. 2021.

⁶⁷ BRASIL. Estado-Maior do Exército. *Campanha do Contestado*. In: *História do Exército brasileiro – Perfil militar de um povo*, v. 2. Brasília: Ministério do Exército, 1972.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 789.

⁶⁹ PEIXOTO, op.cit.; SOARES, José O. Pinto. *Apontamentos para a história: o Contestado*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1920.

⁷⁰ GALLO, Ivone Cecília D’Ávila. *O Contestado: o sonho do milênio iguali-*



tário. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

⁷¹ BRASIL. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. *Guerras insurrecionais no Brasil: Canudos e o Contestado*. Rio de Janeiro, 1987.

⁷² BRASIL, 1987, op.cit., p. 52.

⁷³ COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

⁷⁴ CARVALHO, 1985, op.cit.

Uma micro história da revolta do Forte de Copacabana (1922): o batismo de fogo do oficial José Manoel Ferreira Coelho (1902-1979)

Lucas Carnevale Machado ^a

Resumo: Este Trabalho busca analisar a participação e a importância dos militares durante a Revolta do Forte de Copacabana (1922), No qual foi um movimento que deu origem a uma corrente política (O tenentismo) que seria o principal elemento de agitação política e social no Brasil até a revolução de 1930. Para melhorar a compreensão do evento, buscou-se fazer uma análise através dos relatos de um oficial legalista presente nesse combate, o segundo tenente José Manuel Ferreira Coelho. Através de seu relatório podemos compreender a mobilização das tropas legalistas tal como a mobilização de militares para conter a revolta e sua participação na fuzilaria que resultou no conflito contra os “18 do Forte”.

Palavras Chave: História Militar, Revolta do Forte de Copacabana, República Velha, Tenentismo.

INTRODUÇÃO

Durante a primeira República brasileira, as dinâmicas do poder político foram marcadas por uma dupla influência: inicialmente, pelos militares positivistas, responsáveis pela deposição do imperador, e pela Proclamação da Repú-

blica em 15 de novembro de 1889. Suas ideias estavam bastante vinculadas às visões filosóficas e políticas do filósofo francês Auguste Comte, criador de uma filosofia positivista sobre as sociedades humanas. Esse fato é exemplificado em um símbolo nacional, de forma que na Bandeira do Brasil

^a Historiador, mestre em Ciências do Patrimônio Cultural. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



existe uma faixa com os dizeres em verde, Ordem e Progresso¹.

A predominância dessas ideias ficou, em grande parte durante os dois primeiros governos republicanos, comandadas por marechais que enfrentaram várias instabilidades políticas e militares e certos processos de resistência relacionados ao império que havia sido derubado. Após o governo Floriano Peixoto (1839-1895), um novo sistema político estava sendo implantado de forma a permitir eleições diretas para presidente da República.

Esse sistema, no entanto apresentava vários vícios e brechas, que permitiram a ocorrência de inúmeras irregularidades com o objetivo da permanência do poder político ao grupo que dominava. Essa influência se dava tanto pelo o processo de contagem eleitoral, em que os números da eleição acabavam variando bastante, tal como pelo sistema coronelista, em que a liderança política local (o coronel) fornecia os votos necessários para os políticos aliados, seja pela coa-

ção ou troca de favores, fechando o ciclo dessas eleições².

ASPECTOS DO CONTEXTO MILITAR

Durante a primeira república, surgiram várias propostas de modernização militar das tropas brasileiras. Seguindo matrizes de origem Europeia, como os turco-otomanos, alemães e franceses. Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o conflito serviu como grande cenário de testes militares entre a rivalidade entre a Tríplice Entente (França, Rússia e Reino Unido) e a Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e Itália), onde novas máquinas, modos de combate e adaptação de tropas foram utilizadas por ambos os lados.

Com o retorno dos oficiais brasileiros que tiveram contato com o Exército Imperial alemão no período anterior à Primeira Guerra Mundial, os chamados “Jovens Turcos”, foram importadas várias



ideias, tal como a criação de uma publicação periódica com o objetivo de levantar estudos técnicos sobre táticas, armamentos e muitos outros assuntos de natureza militar.

Ainda que por vezes extrapolassem esse meio, e fizessem críticas às questões político-sociais, trazendo o paralelo da defesa da nação ainda em processo de consolidação. Por desavenças entre os editores, havia duas ideias para o conteúdo da publicação, na qual ela abordaria questões políticas ou partidárias, ou se a revista se limitaria em trazer assuntos sobre a defesa do Brasil.

Um de seus maiores pontos de defesa era a criação do serviço militar obrigatório, e de disciplinas militares aos adolescentes e adultos em instituições de 2º e 3º Grau (nível secundário e superior), consolidando nestes jovens o sentimento nacionalista de brasilidade³.

Além destes, outro militar (já no período do conflito) atuou junto do lado da Entente, conhecendo as trincheiras da frente ocidental, tal

como os “*tanks*”, os novos veículos blindados de apoio à infantaria que marcaram presença no conflito.

Após o fim da guerra, com a vitória da Entente, o exército selecionou a presença de uma missão militar francesa para colaborar com o treinamento dos novos oficiais brasileiros, ensinando-lhes as vivências das trincheiras, os novos veículos de combate, tal como o uso de artilharia e de gases venenosos em batalha.

Com esse contexto, o oficial brasileiro em formação no período encontrava-se imerso nesse contexto de pós-guerra, adotando posturas “modernizantes” tal como a compra de novos armamentos leves e pesados para as unidades nacionais. Com esse processo de modernização, surgiu a ideia de que a oficialidade militar brasileira (em especial os tenentes) estaria na vanguarda moral da nação.

Cabe lembrar, que o grupo maior que formava as famílias de jovens oficiais do exército na época eram de classe média, em grande parte vivendo nos centros urba-



nos do Brasil e que sentiam diretamente os efeitos das instabilidades políticas tal como se sentiam prejudicados pela atuação econômica do governo favorecendo a produção cafeeira, e complicando o câmbio brasileiro⁴.

Ou seja, esse grupo militar deveria estar representado politicamente, tal como deveria se posicionar contra qualquer tipo de vício político, tal como os diferentes níveis de fraudes eleitorais que ocorriam no período, de forma que apenas o interesse da nação seja preservado. Esses oficiais aliavam-se a lideranças militares mais conhecidas e atreladas ao Clube Militar, como o marechal Hermes da Fonseca (1855-1923), ex-presidente do Brasil e membro proeminente dos círculos militares e opositor ferrenho a candidatura de Arthur Bernardes a presidência em 1922.⁵

Essa oposição fortaleceu-se após certo escândalo chamado de cartas falsas, no qual uma carta publicada em um jornal do Rio de Janeiro chamado *Correio da Ma-*

nhã, um documento assinado em tese por Arthur Bernardes, no qual atacava diretamente o chefe do clube militar o marechal Hermes da Fonseca.

Arthur Bernardes sempre negou a autoria da carta, no entanto o seu efeito já havia sido concretizado, de forma que boa parte das tropas militares em estavam inclinadas a fazer uma revolta contra o governo. Apesar desses acontecimentos Arthur Bernardes venceu a eleição de 1922, pois tinha um controle da máquina pública e da comissão verificadora de poderes garantindo a vitória pelos meios tradicionais da República Velha⁶.

Após uma intervenção do exército no estado de Pernambuco para favorecer políticos ligados à situação presidencial, provocou um protesto do Marechal Hermes da Fonseca levando a subsequente prisão domiciliar do mesmo e o fechamento do clube militar, e esses dois elementos acabariam por ser o pretexto inicial da revolta⁷.



A REVOLTA E AS FORÇAS EM DISPUTA

Inicialmente, a revolta começou na Vila Militar na madrugada de quatro para cinco de julho, ao mesmo tempo iniciou-se também na Escola Militar do Realengo e no Forte de Copacabana, com o total de revoltosos chegando ao número de 301 militares. Após a tomada das unidades militares, iniciou-se um subsequente bombardeio de várias unidades não revoltadas como o QG e o Arsenal de Marinha, de forma que os legalistas precisaram mudar o seu local de decisão para o Ministério da Guerra. Apesar da considerável mobilização dos revoltosos, em pouco tempo as unidades legalistas já estavam controlando os principais focos da rebelião⁸.

Um dos pontos ainda sem controle foi o Forte de Copacabana que manteve por várias horas um tiroteio constante com as tropas legalistas. No dia 5 foi autorizado aos militares que quisessem deixar o forte para não continuar a revolta, cerca de 270 militares, dimi-

nuindo bastante a força defensiva do local e que resultaria na decisão do dia seguinte de os militares restantes formaram um pelotão que ia avançar sob as tropas legalistas com o objetivo de depor o presidente⁹.

A força legalista estava concentrada nos elementos da 7ª Região Militar, com especial destaque para o 3º Regimento de Infantaria, mobilizado integralmente em favor da defesa do sistema vigente e do resultado eleitoral. Esta unidade foi deslocada para diversos pontos-chaves da cidade do Rio, com o objetivo de ser a ponta de lança contra os revoltosos do forte, evitando fugas e capturando o máximo de militares¹⁰.

A referida unidade (3º Regimento de Infantaria) teve seu segundo batalhão, como a vanguarda legalista do dia 6 de julho de 1922, ao avançar do pelotão revoltoso dos militares que saíram do forte, abrindo fogo contra estes na Avenida Atlântica, contendo todo o pelotão na região e deixando um saldo de 16 mortos e dois feridos,



não sendo possível contabilizar o número de baixas da unidade¹¹.

A ATUAÇÃO DO 2º TENENTE COELHO

Os estudos de trajetórias são um importante elemento para a compreensão do passado, de maneira que através de seus rastros, podemos compreender as dinâmicas em que o sujeito estava imerso, tal como compreender sua realidade histórica e social, recorrendo aos rastros dos grupos sociais para preencher possíveis lacunas.

Dessa forma, fazer análises de micro história para compreender os diversos eventos históricos colabora para incluir novas narrativas para compor o mosaico de ideias e visões sobre a reconstrução de um fato histórico, não os incluindo em pedestais no papel de vilões ou heróis, mas compreendendo seu grau de participação e contextualizando esses diferentes processos. Como discute Karsburg:

Depois dessa constatação, concluí que ninguém, absolutamente ninguém, está fora de seu tempo, nem desligado dos contextos que o cercavam nem mesmo um eremita que se dizia “solitário habitante dos desertos americanos”, buscando imitar o estilo de vida dos primeiros eremitas cristãos da Antiguidade. Ouço e leio, muitas vezes, que certos indivíduos estão além ou aquém do tempo. Isto é um erro de avaliação que historiadores não deveriam cometer, pois é grande o risco de ver os personagens como excepcionais, extravagantes, quando não “heróis” ou “santos”. Um trabalho de contextualização tem a capacidade de trazer qualquer indivíduo de volta ao seu tempo, e, uma vez feito isso, devemos procurar captar semelhanças e diferenças entre os indivíduos de um mesmo período, principalmente quando há um contexto comum que os condiciona¹².

Para o autor, não há pessoas que estejam “a frente de seu tempo”, cabendo ao historiador aprofundar-se para evitar esses vícios, encontrando os elementos comuns e incomuns entre esses sujeitos, ainda mais quando há um contexto



condicionante a todos. Dessa maneira, para além de comentar sobre a revolta em si, fez-se necessário discutir uma trajetória em específico, no qual teve seu batismo de fogo na Revolta do Forte de Copacabana, o então 2º Tenente José Manuel Ferreira Coelho.

Segundo o seu diário de oficial, sua promoção ao posto de segundo tenente havia saído em ju-

nho de 1922, sendo comissionado 2º tenente no 2º Batalhão no 3º Regimento de Infantaria, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Com os desenrolares do conflito, A unidade permaneceu sob o controle legalista durante toda a revolta.

O então tenente foi mobilizado às 21 horas do dia 4 de julho dentro do quartel, e foi designado para o comando de um pelotão

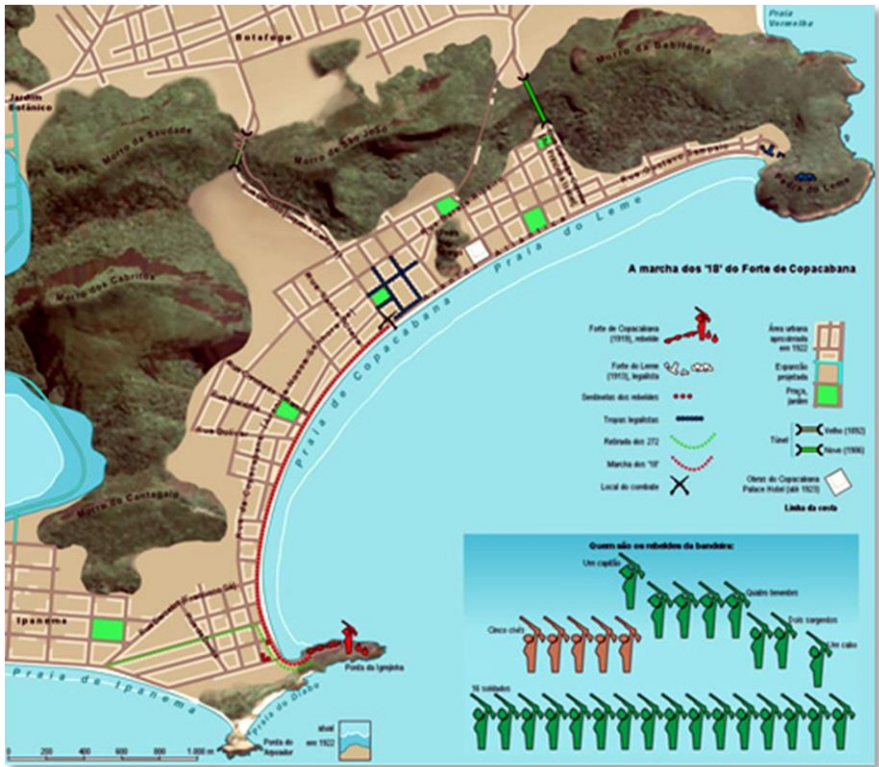
Fig. 1 - *Gazeta de Notícias* de 27 de julho de 1922, com matéria destacando a atuação do 3º Regimento de Infantaria.



Fonte: *Gazeta de Notícias*



Fig. 2 – Localização das unidades em combate nos dias 5 e 6 de julho de 1922.



Fonte: FGV

durante o dia 5 de julho, sendo alocado para a localidade conhecida como túnel velho, permanecendo como sentinela enquanto houvesse a possibilidade de fuga ou de ataque dos revoltosos que debandaram da unidade revoltada. Segundo

o relatório não houve nenhum confronto nesse período na região, apesar da retirada substancial das praças da unidade em revolta, não foram registradas escaramuças próximas ao túnel velho, sendo informado o seu retorno a unidade



as 19h30 do dia 6 de julho, sem informar se a unidade permaneceu na localidade ou se participou da fuzilaria.

Enquanto isso acontecia no Forte de Copacabana, 17 militares decididos a resistirem às investidas legalistas organizavam os últimos preparativos para iniciar uma marcha pela Avenida Atlântica. Eles dividiram a Bandeira do Brasil em variadas partes de tamanho igual, guardando as e iniciando a marcha enquanto atira vão e recebiam fogo das unidades legalistas. Durante o meio da revolta um civil vendo o pelotão suicida e sua notória atuação, juntou-se a eles Armando se e disparando contra as unidades legalistas.

Formava se a mística unidade dos 18 do Forte, cujas imagens e cujo relato alcançaria grande parte do Brasil, e serviria de inspiração para outros movimentos revolucionários em várias regiões. de todos os membros do pelotão dos 18, apenas dois sobreviveram: os tenentes Eduardo Gomes e Siquei-

ra Campos, foram levados feridos com gravidade e detidos.

A HISTÓRIA “RASURADA” E SUAS CONCLUSÕES

De acordo com Sandra Pesavento, as experiências de estudo sobre micro história acabam permeando boa parte das dinâmicas sociais em que o sujeito está envolvido, construindo os rastros relacionados ao seu cotidiano, as ações coletivas e individuais, o típico e o atípico, que pode servir para uma revisão sobre o fato através desse recorte limitado (que é o cotidiano), como apresenta na seguinte citação:

Há, sem dúvida, um lado mensurável da vida, das coisas visíveis do acontecer de cada dia, onde se torna possível resgatar a dinâmica do social, o movimento das pessoas no espaço, as interações e os conflitos, o trabalho e a guerra, o lazer e o consumo, a pobreza e a acumulação, as migrações e o povoamento, redes sociais e interações de toda espécie, ações po-



líticas, obras do Estado, iniciativas privadas. Em escala reduzida, todo este mundo do cotidiano, de que é feita a vida, se revela na sua normalidade, em série e frequência. Não só aquilo que marcaria a cotidianidade, pois a micro história exporia também o grande acontecimento, os feitos excepcionais, que em relação com o cotidiano se revelariam inusitados, imprevisíveis. De certa forma, poderíamos dizer que a postura da micro história é aquela que melhor se adaptaria a uma espécie de reinvenção do cotidiano, tal como a proposta por Michel de Certeau¹³.

Dentro do cotidiano dos registros militares, há uma dupla situação que surge a partir da conduta do militar: Os elogios e as repreensões. Um dos fatores que marcaram o desenvolvimento dessa pesquisa na micro história, trata-se de que em um dos elogios ao 2º Tenente Ferreira Coelho, no qual há uma rasura de meia página, apresentando uma inconsistência histórica, de maneira que o relato manuscrito apresenta uma versão de que este oficial participou ativamente da fuzilaria que ocorreu na Avenida

Atlântica, de forma que é registrado em sua ficha um elogio a sua atuação em todo o processo da revolta e que é transcrito nas seguintes palavras:

Fig.3 - Propaganda do coronel Ferreira coelho a deputado estadual do Pará pela UDN em 1958.



Fonte: Wikimedia/Wikicommons

A vinte de dezembro foi público ter sido louvado pelo comandante do regimento por quando ter iniciado a fuzilaria contra os revoltosos do Forte de Copacabana feito o serviço de digo...[rasura]. A vinte foi louvado pelo comandante do regi-



mento pela disciplina, pelo devotamento a ordem e a legalidade, pela compreensão do dever e pela presteza que executou todas as ordens que de foram confiadas¹⁴

Fig.4 - Propaganda para presidência do Brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN em 1945.



Fonte: *A Província do Pará*, 25 de setembro de 1958, p.2.

No entanto, nos livros do terceiro regimento de infantaria não é mencionada sua participação efetiva, permanecendo certa rasura no seu registro ou seja não se sabe se a rasura foi feita para proteger a

carreira do oficial recém formado devido à sua atuação no lado legalista, tal como se esse processo de escrita ter sido um erro de quem escreveu ao relato do referido oficial durante a sua estadia na unidade. Cabe lembrar que o então tenente estava lotado no II batalhão do 3º RI, fração de unidade que esteve diretamente na fuzilaria em Copacabana.

O que é certo é que a unidade do então tenente Ferreira Coelho participou ativamente do combate seja fechando as rotas de fuga para os revoltosos, tal como a fuzilaria na Avenida Atlântica, de maneira que é o correio da manhã apresenta o oficialato do terceiro regimento como à ponta da lança do lado legalista.

Não se sabe ativamente o grau de participação nos oficial no combate aos tenentistas, o que sabe é que essa figura militar esteve presente e participou ativamente junto do lado legalista, elemento que não o impediu de atuar junto com os tenentistas na posterior revolução de 1930, somada à sua escolha por



outras lideranças tenentistas de atuação no norte do Brasil.

Outro ponto muito importante a ser frisado, é que esse oficial tempo depois juntaria se ao mesmo partido de um dos membros dos 18 do forte, o então tenente Eduardo Gomes, posterior Marechal do ar e presidente da União Democrática Nacional (UDN), partido de direita que faria oposição ao Getúlio Vargas e a sua ala ideológica durante o período democrático (1945-1964).

BIBLIOGRAFIA

A DEFESA NACIONAL Rio de Janeiro, *Editorial*, n. 832, 2017.

CANCELIER, Andriete; SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. OS 18 DO FORTE DE COPACABANA: história e lugar de memória. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 37, n. 80, p. 51-61, 2022.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz/Companhia das Letras, 2002.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO O GETÚLIO VARGAS. A Defesa Nacional, Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DEFESA%20NACIONAL,%20A.pdf>. Acesso em 1 mai. 2023.

COELHO, José Manoel Ferreira. *Caderneta de oficial*, Rio de Janeiro, 1923. Fundo documental avulso do General José Manuel Ferreira Coelho, Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém, 2020.

DE CASTRO, Celso Corrêa Pinto. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército brasileiro. *Revista de estudos históricos*, v. 14, n. 25, p. 103-118, 2000.

FARIAS, William Gaia. Militares e civis forjando o “Tenentismo” no Pará. *Anais do XXVI Simpósio*



Nacional de História-ANPUH, p. 1-12, 2011.

FERREIRA, Bruno Torquato Silva; HANEMANN, Marcos. BEATTIE, Peter M. *Tributo de Sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil (1864-1945)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. História: Questões & Debates, v. 58, n. 1, 2013.

FERRO, Flavia. Construção do mito de herói nacional: Eduardo Gomes e sua atuação no Movimento Tenentista. *Revista Crítica Histórica*, v. 9, n. 17, p. 240-256, Macaíó, 2018.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maíra Ines et al. *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, p. 32-52, 2015.

NUNES, Júlio Cesar Alves Pereira. A gênese do movimento tenentista e o “primeiro 5 de julho”. *30º Simpósio Nacional de História*, Recife, 2019.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

PESAVENTO, Sandra. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PINTO, Celi Regina. O positivismo do partido republicano rio-grandense na República Velha-uma manifestação do discurso positivista, latino americano. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 8, n. 1, p. 33-45, 1982.

ROESLER, Rafael. *Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque: vida e trajetória militar*. 2021. Tese de Doutorado. FGV, Rio de Janeiro, 2021.



¹ PINTO, Regina. O positivismo do partido republicano rio-grandense na República Velha-uma manifestação do discurso positivista, latino americano. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 8, n. 1, p. 33-45, 1982, p. 42.

² PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

³ A DEFESA NACIONAL Rio de Janeiro, *Editorial*, n. 832, 2017.

⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. A Defesa Nacional, Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republi-ca/DEFESA%20NACIONAL,%20A.pdf>. Acesso em 1 mai. 2023.

⁵ FARIAS, William Gaia. Militares e civis forjando o “Tenentismo” no Pará. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH*, p. 1-12, 2011.

⁶ CANCELIER, Andriete; SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. OS 18 DO FORTE DE COPACABANA: história e lugar de memória. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 37, n. 80, p. 51-61, 2022.

⁷ NUNES, Júlio Cesar Alves Pereira. A gênese do movimento tenentista e o

“primeiro 5 de julho”. *30º Simpósio Nacional de História*, Recife, 2019.

⁸ CANCELIER; SALOMÃO, op. cit.

⁹ Ibid.

¹⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, op.cit.

¹¹ COELHO, José Manoel Ferreira. *Caderneta de oficial*, Rio de Janeiro, 1923. Fundo documental avulso do General José Manuel Ferreira Coelho, Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém, 2020.

¹² KARSBURG, Alexandre. A micro história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Máira Ines et al. *Micro história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, p. 32-52, 2015, p. 34-35.

¹³ PESAVENTO, Sandra. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 6.

¹⁴ COELHO, op. cit., p. 7.

Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul: A defesa de Uruguaiana

José Alberto Leal ^a

Resumo: O artigo tem por propósito analisar a defesa da cidade de Uruguaiana por partidários do Partido Republicano Riograndense, em face do ataque de oposicionistas ao governo estadual à cidade, no contexto da Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul (RS). Para tanto, aborda o governo Júlio de Castilhos (1889 – 1898) e de seu sucessor Borges de Medeiros até o deflagrar da dita Revolução. Na sequência, discorre sobre as forças em presença, as principais lideranças e os combates em Uruguaiana. Relata brevemente as operações que se seguiram até o acordo de paz, concluindo sobre as consequências para o prosseguimento das ações. Baseou-se em pesquisa bibliográfica e em sítios da Internet.

Palavras-chave: Movimento de 1923. Rio Grande do Sul. Movimentos políticos.

PREÂMBULO

Muitos foram os movimentos políticos, armados ou não, que agitaram o cenário político brasileiro no primeiro quartel do Século XX. Esses movimentos, a maioria de caráter regional, tiveram repercussão nacional e, de certa forma, criaram o caldo de cultura que deu origem à Revolução de 1930, que

mudou a fisionomia política do país.

Este trabalho propõe-se a, no cenário do movimento de oposição ao Governo Borges de Medeiros em 1923, com foco nos combates em Uruguaiana, identificar as lideranças participantes, acompanhar o desenvolvimento das operações pela Fronteira Oeste do RS, concluindo sobre seu impacto no desenrolar do movimento.

^a General de Brigada. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



TUDO COMEÇOU MUITO ANTES

Não é possível compreender a Revolução de 1923 sem analisar-se a Revolução de 1893, pois que as causas da primeira brotam das consequências da segunda. Necessário esclarecer que adotaremos o termo revolução, pois assim são tratadas nos livros de história ainda que, tecnicamente, não o foram, por lhes faltar o caráter de objetivarem mudanças profundas no sistema político-social vigente.

Durante todo o período da Primeira República, o Rio Grande do Sul teve um único partido político ocupando o governo do Estado, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), criado em 1882, fundamentado no positivismo, no presidencialismo e na independência dos estados ante o governo central. A ele, desde logo se opôs o Partido Federalista do Rio Grande do Sul (PF), nascido em 1892, com tintas monarquistas e que propugnava pelo parlamentarismo e pela revisão da Constituição.

Fig. 1 – Júlio de Castilhos



Fonte: PUC-SP.

Júlio Prates de Castilhos (figura 1) liderava o PRR, cujos correligionários eram conhecidos por “castilhistas” e, de forma pejorativa, “pica-paus”. O PF era conduzido por seu fundador, Gaspar Silveira Martins, e seus adeptos, “gasparistas” ou “maragatos”¹.

A reassunção do governo do estado em 1893 por Júlio de Castilhos levou a que seus adversários políticos se exilassem no Uruguai e na Argentina, prática comum na política e vida gaúcha daqueles tempos, e de lá intentassem uma ação armada para a derrubada do governo castilhista, estopim da eclosão da Revolução de 1893, também chamada Revolução Fede-



ralista ou Revolução da Degola, prática desumana exercida pelos dois lados contra o inimigo capturado e que, nos combates do Boi Preto e do Rio Negro, tomou proporções assustadoras. Deflagrada a revolução, os lenços de pescoço, branco para os pica-paus e vermelho para os maragatos, não eram simples acessórios ou item de moda. Sua cor atribuía identidade ao portador e se tornaram verdadeiras bandeiras de guerra e, ainda nos tempos que correm, identificam a ascendência dos que os envergam².

A Revolução Federalista terminou em agosto de 1895, com a vitória dos republicanos (pica-paus) e teve início o período castilhistas, durante o qual Júlio de Castilhos consolidou seu poder, não só no PRR, como também no estado, utilizando-se da estrutura do governo e das regras políticas de então para impedir o acesso de adversários a posições importantes. Ao aproximar-se o final de seu último mandato, escolheu como sucessor Antônio Augusto Borges de Medeiros, justamente o mais jovem entre os republicanos tradi-

cionais. Duas versões existem sobre esta decisão. A primeira, difundida pelos aliados, é de que havia entre ambos afinidades ideológicas, pois eram positivistas. A outra, propalada pelos adversários, é de que “decorrera da circunstância de ser o último mais acessível e mais dócil à continuidade da liderança do ‘patriarca’, o que lhe permitiria continuar determinando os rumos da política gaúcha”. Os fatos parecem corroborar a segunda hipótese, pois, após a posse de Borges em 1898, Castilhos seguiu no controle do PRR até sua morte em 1903³.

Fig. 2 – Borges de Medeiros



Fonte: Wikimedia-Wikicommons.



Borges de Medeiros (figura 2) mostrou ter aprendido bem as estratégias e condutas castilhistas, pois manteve-se no governo do estado até 1928, em sucessivas reeleições, algumas como candidato único pois, nem a oposição tinha forças para fazer-lhe frente, nem os dissidentes do PRR conseguiam apresentar candidatura alternativa. Consolidou a estrutura política do estado e reorganizou a administração pública e a economia gaúchas, valendo-se das prerrogativas dadas pela Constituição estadual de poder anular decisões tomadas por autoridades locais.

A CONJUNTURA POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL NO ANO DE 1922

Em meados de 1922, Borges de Medeiros, mais uma vez, lançou-se candidato pelos republicanos, no que seria sua quinta eleição para governador. A conjunção político-econômica era desfavorável às suas pretensões, por três circunstâncias.

A primeira, o descontentamento pelas sucessivas reeleições, pejada de fraudes, conforme afirmavam os adversários. A segunda, a eleição de Artur Bernardes para presidente da República, que recebeu o apoio da oposição gaúcha. A última e, possivelmente, a mais importante, a crise na pecuária, provocada pela redução drástica da exportação de carne bovina para a Europa, ao término da Primeira Guerra Mundial e o desagrado dos pecuaristas com a atuação do governo que, fiel aos princípios positivistas, não se empenhou efetivamente junto ao governo federal para alavancar a principal atividade econômica gaúcha. Esse panorama animou os anti-borgistas a escolher um candidato capaz de unir suas três principais vertentes: os federalistas, os antigos democratas de Joaquim Francisco de Assis Brasil (figura 3) e a dissidência republicana. O nome escolhido foi o de Assis Brasil, lançado candidato via um manifesto em outubro de 1922. Este político gaúcho tinha vasta experiência política, tendo ocupado cargos de Deputado provincial e



federal, além de ter atuado em funções de viés diplomático para o governo federal⁴.

Fig. 3 – Assis Brasil



Fonte: Wikimedia-Wikicommons.

As eleições, realizadas em novembro, se deram num ambiente tensionado por boatos de eclosão de um levante contra o governo estadual e seguidas por acusações de fraude de parte a parte. A Comissão de Apuração, formada por vinte e quatro deputados, a maioria de deputados republicanos, sob a presidência de Getúlio Vargas, deu a vitória a Borges de Medeiros, após uma contagem de votos que durou quase dois meses. A Assembleia Legislativa, de maioria governista, rapidamente ratificou o

resultado. O fato de Assis Brasil só ter vencido em um município, apesar da forte influência que tinha na região da campanha e na capital, era a comprovação da fraude, alegavam os oposicionistas. Isto tensionou ainda mais a situação e, em 25 de janeiro de 1923, quando Borges de Medeiros tomava posse, simultaneamente, estourou a Revolução, sob a liderança geral de Assis Brasil.⁵

Tendo em vista sua inferioridade em pessoal, armamento e material, o comando revolucionário decidiu adotar a estratégia de evitar confrontos diretos e realizar operações de mobilidade, fustigando os contrários, enquanto aguardava a intervenção federal do governo Artur Bernardes. Suas forças foram organizadas em cinco colunas, distribuídas pelas diferentes regiões geográficas do Estado:

Leonel Rocha (Norte), Felipe Portinho (Nordeste), Honório Lemes (fronteira Sudoeste), Estácio Azambuja (Centro Sul) e Zeca Netto (Sul). Esses grupos possuíam centenas de combatentes. A mais famosa e a que



Fig. 4 – Mapa da Fronteira Oeste do RS



Fonte: IBGE

ocupou o maior número de cidades foi a Coluna do General Honório Lemes, o ‘Leão do Caverna’⁶.

As partes em luta eram conhecidas por apelidos e pelas cores dos lenços, herança da revolução de 1893. Os republicanos e seus aliados eram chamados “chimangos (ou ximangos)” e usavam lenços brancos. Seus opositores eram os “maragatos”, distinguidos pelos lenços vermelhos. Ambos os apelidos eram depreciativos. Chimango, uma ave de rapina, fazia alusão ao poema satírico “Antônio Chimango”, que atacava o Governador; e

maragato referia os mercenários uruguaios, a maioria proveniente de uma região do Uruguai colonizada por espanhóis oriundos da Maragateria, comarca espanhola.

HOMENS E ARMAS NA FRONTEIRA OESTE

A região da Fronteira Oeste localiza-se no sudoeste do Rio Grande do Sul tendo, em 1923, 7 municípios: Uruguaiana, Itaqui, Quaraí, Santana do Livramento, Alegrete, Rosário e São Gabriel (figura 4). Tem cerca de 300 km na maior dimensão (sudoeste-



nordeste) e de 170 km na direção sul-norte.

Em 1923, havia uma estrada carroçável ligando Uruguaiana a Alegrete e daí a Rosário e São Gabriel. Entre Uruguaiana e Alegrete saía uma variante para Quaraí e Livramento (em marrom no mapa). A malha ferroviária era constituída de dois ramais, um que, da Barra do Quaraí, fronteira com o Uruguai, ia até São Borja e outro que ligava Uruguaiana a Santa Maria, passando por Alegrete, Rosário e São Gabriel. Apesar de ser o principal meio de transporte da época, foi pouco utilizada nas operações, assim como o transporte fluvial.

A região faz parte do pampa gaúcho, caracterizado pelo relevo suave, de campos nativos. O acidente orográfico de destaque é a Serra do Caverá, entre Alegrete e Livramento (em preto no mapa). Os principais rios no interior do polígono são o Ibicuí ao Norte, o Ibirapuitã e o Santa Maria no centro-sul da área. A região faz fronteira com o Uruguai ao sul e com a Argentina a oeste.

Na eleição de 1922, Borges de Medeiros não alcançou votação suficiente para ser reeleito em Uruguaiana, que contava com forte representação federalista.

Fig. 5 – Honório Lemos



Fonte: Olhares sobre Pelotas/facebook.

O gaúcho maragato Honório Lemos (figura 5) era tropeiro⁷, pequeno estancieiro e um líder natural. Liderança comprovada na Revolução Federalista e legitimada por seus seguidores, o que lhe garantiu estar à frente da Coluna da Fronteira Sudoeste ou ainda Exército Libertador do Oeste, como foi chamada a tropa sob seu comando, além da direção do Diretório do



Partido Federalista em Rosário do Sul⁸.

Honório Lemes não tinha o aspecto dos caudilhos tradicionais. Tratava qualquer soldado como um igual. O efetivo de sua tropa chegou a atingir cerca de 3 mil homens. Lemes era um chefe carismático. Usava um linguajar típico, era sagaz e inteligente, ditava as ordens com termos adequados, frases sóbrias ritmadas e pausadas, indicando uma espécie qualitativa da pontuação, mesmo sendo quase analfabeto. Seu amplo conhecimento do território pampeano deu a ele uma grande vantagem com relação aos seus perseguidores.⁹

Por seus ideais libertários e sua atuação na Revolução de 23 foi cognominado “Leão do Caverá” e “Tropeiro da Liberdade”.

Sua tropa era bastante heterogênea, contando com figuras de destaque no PF e no estado, como o Deputado Gaspar Santana Saldanha, Dr. Adalberto Corrêa e João Batista Luzardo – que na era Vargas teria grande destaque – e gente comum, partidários, vizinhos e

amigos. Chegou a ter cerca de 3.000 homens, mas para as ações em Uruguaiana foram empregados 2.000. Seu armamento era pouco e obsoleto, a maioria remanescente de 1893.

De uma maneira geral, o armamento consistia em revólveres, carabinas e poucos fuzis, além de lanças e espadas. A munição era pouca e o ressuprimento difícil. A tropa movia-se a cavalo, opção facilitada pelo grande número de equinos existentes na área, o que facilitava sua substituição. Dinheiro, roupas e mantimentos eram obtidos por contribuição de simpaticizantes e, mediante requisição, nome pomposo para o saque, das propriedades dos adversários¹⁰.

Fig. 6 – Flores da Cunha



Fonte: <https://claudemirpereira.com.br>.



José Antônio Flores da Cunha (figura 6) era natural de Santana do Livramento, de família estancieira, culta e republicana. Formou-se advogado, foi delegado de polícia no Rio de Janeiro, deputado estadual e federal. Em 1923, era o intendente (prefeito) eleito de Uruguaiana. Flores da Cunha foi, sem dúvida, um homem de gestos e gostos arrebatados, dotado de bravura pessoal, firmeza de atitudes e esmerada cultura, além de administrador público criterioso e proficiente e político de visão descortinada¹¹. Era também famoso por seu apego às mulheres, aos jogos de

cartas e roleta e às corridas de cavalos. Conta-se que, já no final da vida, questionado por um jornalista sobre como havia perdido sua fortuna, respondeu, num átimo: “Cavalos lentos e mulheres rápidas”.

Preocupado com os informes que davam conta de iminente rebelião pelos liderados de Assis Brasil, Flores da Cunha conseguiu que o governador lhe franqueasse um cheque no valor de setenta e cinco contos de réis, emitido contra o Banco Holandês de Buenos Aires. Com esse cheque, Flores seguiu, incógnito, para Buenos Aires, onde

Fig. 7 – Flores da Cunha discursa para as forças republicanas, no centro de Uruguaiana.



Fonte: Museu Martiniano Benites.



adquiriu 400 fuzis Mauser, 400 sabres-baionetas e 120.000 cartuchos calibre 7,65 e acompanhou pessoalmente seu transporte até Paso de los Libres, daí cruzando o Rio Uruguai em dois barcos, sempre de forma sigilosa, sendo armazenados em um depósito municipal, sob guarda. Este material bélico faria grande diferença nos combates que se seguiriam, compensando o reduzido efetivo das forças republicanas na cidade¹².

Os chimangos dispunham de um número restrito de combatentes. Cerca de 700, segundo Raul Pont, no livro *Campos Realengos* vol. II, ou 400, conforme afirma o próprio Flores da Cunha, em depoimento transcrito em livro¹³. Esse efetivo era composto por 40 homens da Brigada Militar (a Polícia Militar do RS), integrantes da Guarda Municipal e a Guarda Republicana, formada por civis de Uruguaiana e de cerca de 200 homens de Itaqui, trazidos por Frodoardo Silva¹⁴. Esta tropa não tinha problemas no abastecimento logístico, pois estava em sua própria

cidade e contava com os meios da Intendência Municipal¹⁵.

É importante destacar que, em ambas as forças, não havia militares de carreira, nem pessoas com conhecimento da arte da guerra. Dessa forma, as decisões eram tomadas com base nos relatos de ações em revoluções anteriores, no tirocínio de cada comandante e no bom senso – ou falta dele.

Durante toda a revolução, não houve participação explícita de tropas federais, por determinação de Artur Bernardes para que não houvesse intervenção do Exército, ainda que seja voz corrente que, nos quartéis, havia parentes e amigos dos beligerantes que, de forma sub-reptícia, buscaram formas de ajudá-los.

O CERCO DE URUGUAIANA

Na tarde do dia 2 de abril de 1923¹⁶, Flores da Cunha tomou conhecimento que uma coluna maragata, de grande efetivo e a comando de Honório Lemes, saíra de Quarai para atacar Uruguaiana.



A vanguarda, muito adiantada, estava a cerca de 10 km da cidade, mas o grosso da força, pela distância, só teria condições de atacar a partir do amanhecer do dia seguinte. Frente a estas informações, foi determinado o estabelecimento de uma linha de trincheiras entre o Matadouro Municipal e o Arroio Salso de Cima (cerca de 2 km), barrando a estrada que demandava Alegrete, por onde, obrigatoriamente deveriam vir os maragatos.¹⁷

Por volta das oito horas do dia 3, a vanguarda, a comando do Dr. Adalberto Corrêa – político quariense – atacou, sendo repelida pelo fogo eficaz dos fuzis Mauser.

Outros dois ataques se seguiram, empregando o grosso da tropa, sendo igualmente rechaçados. Num desses ataques, os revoltosos tentaram direcionar sobre as trincheiras uma manada de gado estourada, mas a manobra não deu certo.

Com a chegada da noite, interromperam-se os combates e Flores da Cunha determinou o retraimento da tropa e a instalação de trincheiras nas bocas de rua orientadas para o lado do inimigo, enquanto as forças atacantes acampavam nos arrabaldes ao Sul da cidade. As trincheiras foram improvisadas, com arame farpado, bolsas de lã e escavações.

Fig. 8 – Trincheira republicana em Uruguaiana



Fonte: Museu Martiniano Benites.



“Como ficou danificada nossa querida cidade [...] com arames de farpa em cercas de defesa e buracos e fossas cavados às pressas, para trincheiras”.¹⁸

Na manhã do dia seguinte, ataque das tropas libertadoras que, pelo lado sudoeste da cidade, visava a penetrar até o centro pela Rua Gen Bento Martins, foi detido na

recalcados para o Sul. A ação defensiva foi facilitada pela atuação do Dr. João Fagundes que, munido de binóculos e instalado em uma das torres da Igreja Matriz, ponto mais elevado da cidade, informava a Flores os movimentos e localização das tropas adversárias.

No dia 5, vários ataques foram tentados contra a trincheira locali-

Fig. 9 – Trincheira na esquina das ruas Sant’Anna e 13 de Maio



Fonte: Museu Martiniano Benites.

altura do Colégio Santana. Pela tarde, um contra-ataque chimango levou os atacantes, depois de repelidos, a entrar em posição na Coxilha do Maragato, elevação onde hoje está situado o Posto Médico da Guarnição, sendo mais tarde

zada duas quadras ao sul do antigo Mercado Municipal (hoje instalações da AES Sul). Da violência desses ataques ficaram, sobre a trincheira, os corpos de nove cavalos e de seus cavaleiros, mortos na tentativa de saltá-la. Na madrugada



do terceiro para o quarto dia, as tropas de Honório Lemos levantaram acampamento e retraíram para Quaraí e para o Alegrete, encerrando o cerco.¹⁹

Para comemorar o sucesso, Flores da Cunha instalou, na sede do PRR, uma faixa com a frase: “Uruguaiana, cidade invicta”. Entende-se o arroubo, típico da personalidade deste caudilho, mas a frase é um erro histórico, já que Uruguaiana foi ocupada pelos paraguaios em 1865.

Fig. 10 – Prisioneiros maragatos. Entre eles, o travestido de mulher



Fonte: PONT, Raul. *Campos Realengos*.

Mas os combates tiveram também o seu lado cômico. Durante as ações na Coxilha do Maragato, foi capturado um combatente libertador que tentava se esgueirar pelas fileiras republicanas travesti-

do de mulher, inclusive com ruge e batom (figura 10). O andar canhestro e, sobretudo, o farto bigode o traíram e provocaram sua prisão²⁰.

A PERSEGUIÇÃO E O FINAL

Retraindo o inimigo, Flores da Cunha recebeu o posto de coronel e, posteriormente, o comando da chamada Brigada do Oeste, com a missão de perseguir as tropas de Honório Lemes, que se homiziara na Serra do Caverá, terreno do qual o líder maragato era grande conhecedor. Valendo-se desse conhecimento, manteve-se sempre em movimento, evitando combates decisivos e fustigando as forças republicanas quando possível.

No combate da ponte do rio Ibirapuitã, em Alegrete, quando os chimangos, Flores da Cunha à testa, realizaram duas cargas sobre a ponte, com o inimigo instalado na outra cabeceira, tiveram muitas baixas, mas os margatos se viram forçados a recuar, prosseguindo para a região das Missões e, em seguida, retornando à fronteira



Oeste, seguindo com suas táticas evasivas, até o final daquele ano.

A assinatura do Pacto de Pedras Altas, em 14 de dezembro de 1923, acordo entre os beligerantes mediado pelo então Ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho, emissário de Artur Bernardes, trouxe uma paz relativa e não agradou plenamente a nenhum dos lados.

Particularmente nas hostes assisistas, foi maior o desagrado, em razão da permanência de Borges de Medeiros no governo do estado. Vai daí que:

Sentindo-se ainda perseguidos por Borges de Medeiros, muitos dos elementos oposicionistas passaram a ingressar no Exército ou a estabelecer ligações com a jovem oficialidade revolucionária, isto é, o grupo dos ‘tenentes’. Essas insatisfações acabariam confluindo com as rebeliões tenentistas que grassavam o país desde 1922²¹.

CONCLUSÃO

A Revolução de 1923 foi inteiramente gaúcha, tanto por seus participantes, quanto por limitar-se ao território do Rio Grande do Sul e não ter havido intervenção de tropas federais.

Tal como as consequências da Revolução da Degola resultaram nas causas de 1923, da mesma forma, esta serviu de semente para a Revolução de 1924 no RS.

No curso das operações e das tratativas políticas, novas lideranças foram surgindo. Na área da Fronteira Oeste, destacaram-se José Antônio Flores da Cunha e Osvaldo Aranha, entre os republicanos, e João Batista Luzardo do lado rebelde. Estas personagens se evidenciariam mais na Revolução de 1930, vindo a ocupar postos de destaque na Era Vargas.

Não havia militares de carreira em nenhum dos lados, o que levou à adoção de táticas e estratégias ditadas pelo uso e costume ou pela vontade dos comandantes, resultando em decisões que custaram



muitas vidas, que poderiam ter sido preservadas.

A mais importante consequência das operações na Fronteira Oeste, além do enfraquecimento dos federalistas, decorre do que não aconteceu e só pode ser imaginado.

Como afirmou Flores da Cunha, se Uruguaiana caísse em mãos dos rebeldes, isso criaria as condições para Assis Brasil ali estabelecer a capital dos maragatos²², prolongando a luta ou quiçá, já no terreno das especulações, forçando a intervenção federal e trazendo um final mais favorável aos revoltosos.

BIBLIOGRAFIA

JOAQUIM Francisco de Assis Brasil (verbete). *Wikipedia*, disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_Francisco_de_Assis_Brasil. Acesso em 2 set 2023.

LEMES, Leonardo. Os cem anos da Revolução de 1923, a terceira e

última grande guerra gaúcha. *GZH comportamento*, Porto Alegre, 3 fev. 2023. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2023/02/os-cem-anos-da-revolucao-de-1923-a-terceira-e-ultima-grande-guerra-gaucha-cldlmqna9000q01579wq6ckyv.html>. Acesso em 2 set. 2023.

MOREIRA, Regina da Luz. *Revolução Gaúcha de 1923*. CPDOC – FGV, disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLUÇÃO%20GAÚCHA%20DE%201923.pdf>. Acesso em 1 set. 2023.

PONT, Raul. *Campos Realengos: formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edigal, 1986.

SANTOS, Marisa E. Simon dos. *Honório Lemes, um líder carismático: relações de poder no Rio Grande do Sul 1889/1930*. Porto Alegre: Martins Livreiros, 2015.



SCHIRMER, Lauro. *Flores da Cunha: de corpo inteiro*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2008.

SILVA, Lúcia Silva e. *Uruguaiana e seus coronéis*. Porto Alegre: L.S.S. Evangraf, 2001.

SOARES, Luiz Francisco. *Coronelismo & revolução*. São Borja: Faith, 2014.

TEIXEIRA, Paulo César. *Revolução de 1923: a última guerra civil que separou os gaúchos*. *GZH Almanaque*, Porto Alegre, 23 jan. 2023. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2023/01/revolucao-de-1923-a-ultima-guerra-civil-que-separou-os-gauchos-cld9d2itd0030014szsas86aq.html>. Acesso em 3 set. 2023.

VILLELA, Urbano Lago et al. *Uruguaiana: imagem viva da terra gaúcha*. Uruguaiana: Câmara Municipal de Uruguaiana, 1982.

¹ MOREIRA, Regina da Luz. *Revolução Gaúcha de 1923*. CPDOC – FGV, disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLUÇÃO%20GAÚCHA%20DE%201923.pdf>. Acesso em 1 set. 2023.

² Ibid.

³ MOREIRA, op.cit.

⁴ Joaquim Francisco de Assis Brasil (verbete). *Wikipedia*, disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_Francisco_de_Assis_Brasil. Acesso em 2 set 2023.

⁵ MOREIRA, op.cit.

⁶ TEIXEIRA, Paulo César. *Revolução de 1923: a última guerra civil que separou os gaúchos*. *GZH Almanaque*, Porto Alegre, 23 jan. 2023. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2023/01/revolucao-de-1923-a-ultima-guerra-civil-que-separou-os-gauchos-cld9d2itd0030014szsas86aq.html>. Acesso em 3 set. 2023.

⁷ Tropeiro – o que fazia o transporte, por terra, de gado vacum, equino ou asinino.

⁸ SANTOS, Marisa E. Simon dos. *Honório Lemes, um líder carismático: rela-*



ções de poder no Rio Grande do Sul 1889/1930. Porto Alegre: Martins Livreiros, 2015.

⁹ LEMES, Leonardo. Os cem anos da Revolução de 1923, a terceira e última grande guerra gaúcha. *GZH comportamento*, Porto Alegre, 3 fev. 2023. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2023/02/os-cem-anos-da-revolucao-de-1923-a-terceira-e-ultima-grande-guerra-gaucha-cldlmqna9000q01579wq6ckyv.html>. Acesso em 2 set. 2023.

¹⁰ SANTOS, op.cit.

¹¹ SCHIRMER, Lauro. *Flores da Cunha: de corpo inteiro*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2008.

¹² Ibid.

¹³ VILLELA, Urbano Lago et al. *Uruguaiana: imagem viva da terra gaúcha*. Uruguaiana: Câmara Municipal de Uruguaiana, 1982.

¹⁴ SOARES, Luiz Francisco M. *Coronelismo & revolução*. São Borja: Faith, 2014.

¹⁵ SILVA, Lúcia Silva e. *Uruguaiana e seus coronéis*. Porto Alegre: L.S.S. Evangraf, 2001.

¹⁶ Há divergências sobre esta data. Alguns autores apontam este dia como 29 de março, outros indicam 3

de abril. O próprio Flores da Cunha, em seu depoimento, não cita data.

¹⁷ VILLELA, op.cit.

¹⁸ SOARES, op.cit.

¹⁹ CONSTANT, op.cit.

²⁰ Ibid.

²¹ MOREIRA, op.cit.

²² VILLELA, op.cit.

Revolução Paulista de 1924 e a Batalha de São Paulo: análise das ações bélicas e consequências políticas

Fernando de Medeiros Vasconcelos ^a

Resumo: No ano de 1922 tivemos a eleição para presidente da República. Neste pleito concorreram ao cargo o candidato Nilo Peçanha, pelo Rio de Janeiro, e do outro lado Arthur Bernardes, pelo Estado de Minas Gerais. Essas eleições foram conturbadas, pois setores do Exército e da sociedade já demonstravam insatisfação com o rumo que a política nacional estava levando. Em consequência a essa crise política, ocorreu o levante militar do Rio de Janeiro, que culminou com o episódio dos “18 do Forte” e, dois anos depois, em 1924, a Revolução Paulista, um conflito que durou 23 dias, de 5 a 27 de julho daquele ano, vitimando centenas de pessoas, ferindo milhares. Esses episódios nos mostraram a capacidade bélica de distintas instituições, com o emprego de equipamentos modernos como o avião e o carro de combate, mas que, principalmente, conduziram o país a um movimento político, que teve reflexos até a segunda metade do século passado.

Palavras-chave: Revolução de 1924, Movimento Tenentista, Polícia Militar do Estado de São Paulo, Primeira República.

INTRODUÇÃO

No final do século XIX, o Brasil acabara de passar por um processo político militar de mudança da monarquia para a repúbli-

ca. O início desta nova forma de governo nos trouxe uma instabilidade política que catalisou movimentos armados a pressionarem o novo governo federal na busca de reformas que atendessem aos an-

^a Capitão da Polícia Militar do Estado de São Paulo, especialista em História Militar. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



seios políticos de instituições e Estados, como o caso das duas revoltas da Armada e da Revolução Federalista, e ainda, o episódio da Guerra de Canudos. Tais eventos descortinaram a capacidade de movimentação bélica de elites locais que levaram ao poder, tanto nacional quanto estaduais, oligarquias políticas, inserindo o país em um período que ficou conhecido como a “República Velha”.

Vale ressaltar que, seguindo a filosofia de Platão, na oligarquia encontramos uma elite intelectual que governa o país, porém sem responsabilidade e sem assumir as consequências de seus atos, sendo diametralmente oposta ao conceito de aristocracia onde temos um mesmo nicho de pessoas que governam o país com responsabilidade, transparência e que respondem pelas consequências de seus atos.

Diante disso, no início dos anos 20, do século passado, o país vivia a república do café com leite, onde os cargos públicos eram divididos e decididos entre políticos locais e os cargos do executivo federal eram alternados entre

políticos de São Paulo e Minas Gerais, com eleições fraudadas, com compra de votos e até mesmo a utilização da violência para que os eleitores votassem em um determinado candidato.

No ano de 1922 tivemos a eleição para presidente da república, em que concorreram ao cargo o candidato Nilo Peçanha, pelo Rio de Janeiro, e do outro lado Arthur Bernardes, pelo Estado de Minas Gerais. O presidente em exercício era Epitácio Pessoa. Essas eleições foram conturbadas, pois setores do Exército e da sociedade já demonstravam insatisfação com o rumo que a política nacional estava levando.

Neste cenário nós tivemos o levante armado realizado por militares do exército contra a vitória de Arthur Bernardes, eleito em 01 de março, com o objetivo de não o deixarem tomar posse no dia 15 de novembro. Algumas unidades aderiram à revolta; todos rechaçados por tropas legalistas, porém somente uma conseguiu fazer resistência, chegando a bombardear a cidade do Rio de Janeiro, o que levou o



Congresso a votar pelo Estado de Defesa; estamos falando do Forte Copacabana.

Nesse episódio vimos a marcha dos revoltosos do Forte, saindo da Unidade com arma em punho em direção ao Palácio do Catete, sede do Governo da República. Nesse trajeto entraram em confronto com tropas do 3º Regimento de Infantaria do Exército e da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que foi finalizado por uma carga de baionetas; somente sobreviveram os Tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes.

Ambos presos, receberam a visita do presidente Epitácio Pessoa ainda no hospital e foram libertados por meio de um habeas corpus. Quando soltos, entraram na clandestinidade e passaram a se corresponder com dois Oficiais, irmãos, que estavam no Mato Grosso. Eram eles o capitão Joaquim Távora e o tenente Juarez Távora.

Nessa interlocução os militares juntaram-se ao general de brigada Isidoro Dias Lopes e decidiram realizar outro levante armado

contra o agora presidente Arthur Bernardes, que ainda governava o Brasil sob aquele mesmo Estado de Defesa decretado por Epitácio Pessoa. Estamos falando de 1924 e agora a cidade escolhida para o levante é São Paulo e a data é o 5 de julho em comemoração aos dois anos do levante dos “18 do Forte”.

SÃO PAULO EM 1924

Neste ano a capital paulista possuía aproximadamente 700.000 habitantes, o Estado era governado pelo Dr. Carlos de Campos e tinha como prefeito o Dr. Firmiano Pinto. É nessa época que as primeiras indústrias começam a se consolidar e São Paulo passa a ter uma população operária, o que dá início a chegada de imigrantes e ao êxodo rural, criando, no entorno das fábricas, cortiços e vilas operárias.

Em 1917 a cidade passa por sua primeira greve geral em que operários paralisaram as fábricas em busca de melhores salários e condições de trabalho. Nesse momento, verifica-se o protagonismo



do capitão Miguel Costa, do Regimento de Cavalaria da Força Pública do Estado de São Paulo, que, quando no comando de um Esquadrão designando para reprimir a greve, realizou a negociação entre a liderança grevista e os donos das fábricas, algo inédito no país até então. O aumento salarial foi atendido, porém as melhorias nas condições de trabalho não ocorreram. Saliente-se que nessa época era considerado normal o trabalho infantil e que elas recebiam um quarto do salário de um homem e as mulheres metade do salário masculino. Vale salientar que escola não era obrigatória e as poucas que existiam eram frequentadas por uma pequena parcela da população.

Na economia paulista predominava o cultivo do café, sendo o carro chefe do PIB do país e, dada sua grande importância, possuía uma bolsa de valores exclusiva para esse produto.

Devido a indústria nascente e o cultivo do café, São Paulo passa a ser conhecido e a receber o título de “Locomotiva do Brasil”.

A FORÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Criada em 1831, ainda no período Regencial, a Força Pública Paulista, hoje Polícia Militar, contava com um efetivo de 8.814 homens, possuía cinco Batalhões de Infantaria, um Regimento de Cavalaria, um Corpo de Bombeiros, dois Corpos de Guarda Cívica, uma Esquadrilha de Aviação Militar, uma Escola de Aviação, um Corpo Escola (atual Academia de Polícia Militar do Barro Branco), além de unidades administrativas.

Quem comandava a instituição era o coronel Domingos Quirino Ferreira e estava em curso uma Missão Militar do Exército Francês, sob o comando e supervisão do general Nerel. Esta missão tinha como escopo a profissionalização, estruturação e adestramento de todos os quadros da força paulista e já estava funcionando desde março de 1906.

Ressalta-se que as instruções eram modernas e traziam táticas e técnicas recém-criadas e utilizadas pelos franceses na Primeira Grande



Fig. 1 – Tropa em forma no Quartel da Luz em 1910.



Fonte: Museu da PMESP

Guerra, dando a tropa bandeirante uma capacidade de ação bélica e de disciplina equivalente ao padrão europeu.

Cabe destacar que nesse período as forças públicas estaduais possuíam uma dupla função, quais sejam, a missão bélica de defesa interna do país e secundariamente exerciam a função de polícia. A mudança foi ocorreu com a Emenda Constitucional de 1969, que definiu a essas instituições estaduais tão somente a missão de polícia, tornando-as militares de natu-

reza policial, seguindo o padrão da *Gendarmerie* francesa, pós Segunda Guerra Mundial.

Mesmo assim, naquele período dos anos vinte, tanto os Oficiais como Praças passavam por problemas de baixos salários, levando, por exemplo, a Tenentes viverem em vila de operários, conforme narrado pelo coronel Benito Serpa, em seu livro *Verdun Paulista*.

Essa instituição vem desde o século XIX participando de vários momentos históricos do país. Porém, ainda na década de 1890, ela



exerceu um protagonismo na Revolução Federalista e na quarta expedição a Canudos, onde na primeira participou ativamente na retomada do Estado do Paraná das mãos dos rebeldes e, na segunda, teve um papel importantíssimo na escolha da logística da campanha e na tomada do arraial. Esses episódios demonstraram o adestramento e a capacidade de mobilização expedicionária tão necessárias naqueles primeiros anos conturbados da República.

Devido à estrutura, ao treinamento, à capacidade operacional e, principalmente, à história militar paulista, o general Augusto Tasso Fragoso apelidou São Paulo de “A Prússia Brasileira”¹.

POR QUE SÃO PAULO FOI ESCOLHIDA PARA SER PALCO DO NOVO LEVANTE?

Após a repressão ao levante militar no Rio de Janeiro em 1922 pelo presidente Epitácio Pessoa e a assunção do Presidente Arthur Bernardes, que continuou a gover-

nar o país por decreto e em Estado de Defesa, para perseguir opositores políticos e reprimir qualquer manifestação de descontentamento, instaurou-se um estado policial, que deixou a capital federal extremamente policiada.

Os novos revoltosos, agora liderados pelo general Isidoro, que substituiu o marechal Hermes da Fonseca, falecido em 1923, escolheram a cidade de São Paulo para ser palco desse novo levante, por ser a segunda maior cidade do país. Além disso, a capital paulista possuía poucos quartéis do Exército, em comparação a capital federal. Ademais, a população paulistana era descontente com o governo e detinha uma massa operária, que nutria o sentimento de injustiça em razão das consequências da greve de 1917.

Tudo isso aliado ao fato do Estado possuir uma força militar preparada e equipada, mas mal remunerada, levou Isidoro a tentar cooptar o máximo de oficiais da Força Pública, por meio do, agora, major Miguel Costa, a fim de sublevar os quartéis paulistas, dominar



a cidade e tomar o Rio de Janeiro, destituindo o presidente Arthur Bernardes.

Este foi o cenário escolhido para ser alvo do novo levante militar.

Cabe salientar que tal levante não possuía o escopo de implantar no país uma nova ideologia ou sistema político, mas sim, possuía um caráter reformista, ou seja, de modificar a maneira como era conduzida a política no país.

A REVOLUÇÃO

Com o objetivo de tomar a capital paulista e deslocar as tropas rumo a capital federal para destituir Arthur Bernardes, bem como para reformar a política nacional, na madrugada de 05 de julho, no dia em que o levante do Forte Copacabana fazia dois anos, o, agora, major Miguel Costa, subcomandante do Regimento de Cavalaria da Força Pública (RC), dá início ao

levante prendendo o Comandante da Unidade e, na sequência, determinando a tomada do 1º Batalhão de Infantaria (1º BI).

Nessa mesma madrugada o capitão Joaquim Távora, o tenente Eduardo Gomes e o tenente Juarez Távora sublevaram o 4º Batalhão de Caçadores (4º BC), do Exército Brasileiro, que ficava em Santana, levando sua tropa para participar da tomada do complexo de quartéis paulista no bairro da Luz.

Ainda tivemos o deslocamento de uma Bateria de canhões Krupp 75mm, que foi levada pelos tenentes Custódio de Oliveira e Filinto Müller, ao Campo de Marte, na zona norte da cidade, para executarem o bombardeamento da região da Luz e do Palácio dos Campos Elíseos. Porém, durante o posicionamento das peças, uma delas passou por cima do pé do tenente Custódio, vindo este a socorrer-se em uma farmácia, sendo preso neste local por tropas legalistas.



Fig. 2 – Militares revoltosos no telhado do 1º BI após a sua tomada.



Fonte: Yuri Costa.

Ainda, o general de divisão Abílio de Noronha, que estava em uma festa no Consulado dos Estados Unidos, em comemoração ao dia da independência, recebeu a notícia de que estava havendo um levante no 4º BC e, de imediato, avisou o Ministro da Guerra, marechal Setembrino de Carvalho, ao Governador Carlos de Campos e ao major Marcílio Franco, da Força Pública, Chefe da Casa Militar do Estado, que ao receber a notícia se deslocou aos Campos Elísios para montar uma resistência com sua tropa.

Durante essas primeiras horas ocorreu a prisão do Comandante Geral da Força Pública, que foi

pego em sua casa ainda de pijamas pelo capitão Joaquim Távora. No 4º Batalhão de Infantaria da Força Pública (4º BI) tivemos o levante comandado pelo capitão Índio Brasil que com o apoio de tropas vindas do 4º BC, fez o aprisionamento dos Oficiais e praças que não aderiram a revolução. Ainda pela manhã, o general Abílio deslocou-se em direção ao 4º BC em sua viatura e, ao passar pelo 4º BI, deparou-se com sua tropa guarnecendo aquela Unidade; de imediato, determinou que seus homens retornassem ao seu batalhão, deixando o quartel paulista sob o comando do tenente Antônio Pietcher, da Força Pública, que de



pronto posicionou as metralhadoras Hotchkiss no telhado e em trincheiras no entorno da caserna para realizar a resistência contra os demais quartéis, e para não deixar que os revoltosos saíssem para realizar a tomada por completo da cidade.

Após liberar o 4º BI, o general Abílio foi até o Corpo Escola e por lá foi preso pelo próprio general Isidoro, que acabara de chegar para assumir o comando da revolução.

Com a chegada do comando revolucionário, tropas revoltosas tentam, sem êxito, tomar o Palácio dos Campos Elísios, pois são rechaçados pelas tropas comandadas pelo major Marcílio. Após esse recuo, os canhões revolucionários, sob o comando do tenente Eduardo Gomes, iniciam um bombardeio ao quartel do 4º BI, foco da resistência legalista, e a sede do governo estadual.

Com o início dos bombardeios e o confronto entre tropas legalistas da Força Pública e os revoltosos, a região central da capital se torna um campo de batalha, aos moldes das campanhas urbanas da Grande

Guerra; inúmeras trincheiras são construídas nas ruas, mais de duzentas, e, com isso, cada quarteirão se torna um objetivo a ser conquistado. Para diferenciar as tropas legalistas das revoltosas é determinado pelo tenente-coronel Pedro Dias de Campos, responsável pelo comando das tropas legalistas, que estas passem a utilizar chapéus de aba larga requisitados no comércio local.

É nesse período que chegaram a São Paulo, a bordo do encouraçado Minas Gerais, tropas Marinha que desembarcaram em Santos e seguiram para a capital, levando canhões Krupp e Armstrong, ambos 75mm. Já na cidade, estacionaram na várzea do Carmo, onde fica hoje o Parque Dom Pedro, e iniciaram o bombardeio do Quartel da Luz, que abrigava o 1º Batalhão de Infantaria da Força Pública (1º BI) e o RC.

Com a intensificação do bombardeio legalista, o tenente Eduardo Gomes que se encontrava com peças de artilharia dentro do 1º BI, pega um dos canhões, o posiciona na rua João Teodoro e efetua dispa-



Fig. 3 – Revoltosos no pátio do 1º BI da Força Pública.



Fonte: Museu da PMESP.

ros que acertam em cheio a sede da Secretária da Justiça, ou seja, o quartel-general legalista, vitimando militares e danificando gravemente o edifício.

Após este episódio, Carlos de Campos, ao ver todo esse caos na capital, que, em sua visão, estava incontrolável, decide reunir os membros do governo e abandonar a cidade. Durante o deslocamento para Santos, ainda em São Bernardo, o governador toma a decisão de se encontrar, na localidade de Guaiaúna (hoje bairro da Penha), com o general de divisão Eduardo

Arthur Sócrates, que já estava reunindo forças legalistas do próprio Exército e das Forças Públicas de Minas, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e de um reforço do Corpo de Fuzileiros Navais.

O general Isidoro, também, ao verificar o impasse em que se encontravam os combates, decide, junto com o major Miguel Costa, se renderem. Para isso o major redige uma carta assumindo toda a responsabilidade do levante e pede para que seus homens sejam anistiados e suas promoções por bravura



Fig. 4 – Tenente João Cabanas promovendo a cabo um soldado.



Fonte: Yuri Costa.

outorgadas durante os conflitos fossem mantidas.

Na manhã do dia 9 de julho, Miguel Costa ao chegar ao Palácio dos Campos Elísios encontrou o lugar abandonado. Com essa situação ele manda um mensageiro avisar ao general Isidoro que a revolução estava ganha, uma vez que o governo e as tropas legalistas haviam abandonado a cidade. De imediato o tenente João Cabanas,

também do RC, determina que seus homens guardem todos os objetos de valor e dinheiro encontrado pelo palácio no cofre do edifício, sendo ele próprio o fiscalizador desse ato.

Ainda nesse dia a população começa a sair às ruas e a festejar com os revoltosos, haja vista que não havia policiamento na cidade, pois as tropas legalistas haviam se retirado. Começou, então, uma onda de saques a todo o tipo de



comércio, armazém e fábricas, levando o tenente Cabanas a reunir tropas para restabelecer a ordem; chega até mesmo a determinar o fuzilamento de homens que estavam promovendo a pilhagem.

No dia 10 de julho, o general Sócrates, após reunir aproximadamente 15.000 homens, inicia o bombardeio da cidade e a invasão por tropas legalistas. Com isso, os rebeldes montam uma linha defensiva que ia desde a Vila Guilherme, passando pelo Belenzinho, Móoca, Cambucí, Vila Mariana, Jardim Europa até o bairro de Pinheiros.

Os combates seguiram, juntamente com o bombardeio, tanto de canhões quanto por aviões do exército vindos dos Afonsos na Capital Federal. O tipo de bombardeio executado foi o Terrificante, largamente utilizado pelos alemães na grande guerra, que, por não ter alvo definido e simplesmente realizar disparos a esmo, causava o terror na população civil e, por isso, seu uso foi considerado crime após a Primeira Grande Guerra. Contudo, tal estratégia já havia sido utilizada em Canudos e na Guerra do Con-

testado, mostrando-nos o embate entre uma doutrina antiga sendo utilizada pelo general Sócrates e outra moderna sendo executada pelos rebeldes, cujos Oficiais eram alunos dos militares da Missão Francesa.

Ainda no dia 10, o tenente Cabanas consegue repelir, após uma manobra ao longo do rio Tietê, uma ofensiva legalista que vinha pela zona leste. Isso fez com que as tropas governistas estacionassem no Belenzinho por um tempo.

Durante os combates, o General Isidoro resolveu alistar civis para formar Batalhões de Voluntários. É nesse momento que temos a formação de uma unidade estrangeira formada por alemães, italianos e húngaros, todos veteranos da Primeira Guerra.

Chegam a São Paulo, no dia 11, para dar apoio aos revoltosos, o 4º Regimento de Artilharia Montado, de Itu, e o 5º Batalhão de Caçadores, de Rio Claro, ambos do Exército.

No dia 14 as tropas legalistas conseguiram se posicionar no



Cambuci, Aclimação e Vila Mariana. Nesse local, a fortaleza legalista era o 5º Batalhão de Infantaria da Força Pública (5º BI), que encontrava na rua Vergueiro com os combates intensos e o avanço das tropas revoltosas sob comando do capitão Joaquim Távora. A esta altura, os legalistas começam a abandonar seus postos. No dia 16, o 5º BI cai, mas, durante a rendição da unidade, um militar alveja o capitão Joaquim com um disparo em seu peito. Este é socorrido ao Hospital da Força Pública, que era utilizado pelos rebeldes, vindo a falecer no dia 19.

Devido à demora do avanço da tropa legalista e a queda de alguns redutos, os bombardeios são intensificados e temos o avanço de carros blindados. Esses carros de combate eram Renault FT-17, utilizados pelos franceses na guerra e recém-adquiridos pelo Exército. Porém, como eles avançaram em um ambiente urbano sem apoio de uma tropa de infantaria, foram facilmente combatidos pela Unidade de veteranos estrangeiros, uma

vez que estes já o conheciam de outros combates no velho mundo.

No dia 22, o tenente Eduardo Gomes, juntamente com o piloto alemão Carlos Herdler, decide pegar um avião da Força Pública, decolar do Campo de Marte rumo ao Rio de Janeiro, levando panfletos a serem lançados sobre a capital federal e algumas bombas para serem lançadas contra o Palácio do Catete, sede, naquela época, do Governo Federal. Contudo, ao passarem pela cidade de Cruzeiro, próximo a divisa entre os Estados, o avião apresenta uma falha mecânica obrigando o piloto a fazer um pouso forçado. Após este fato, ambos os ocupantes fugiram para a clandestinidade.

Dia 25 dá-se início a uma ofensiva geral dos governistas, fazendo com que os revolucionários recuassem para o centro, na região da Luz. Esse recuo só se concretizou graças ao apoio da artilharia rebelde, que estancou o avanço da ofensiva.

Com isso o general Sócrates dá um ultimato, com panfletos lançado por aviões, para que a



Fig. 5 – Bombardeio a São Paulo.



Fonte: Yuri Costa.

população, que ainda restava, deixasse a cidade, pois seria realizado um grande bombardeio final, sinalizando que tudo seria destruído.

Diante dessa situação e devido a exaustão da tropa, o general Isidoro, junto com o major Miguel Costa, resolveu realizar a retirada de todo o efetivo rebelde da cidade e dar continuidade da luta no interior de São Paulo.

Com isso, no dia 27 a partir das 14h, tem início, na estação da Luz, do embarque em 13 composições, cada uma sendo cabeceada por uma locomotiva com 16 va-

gões. Enquanto os homens embarcavam todo o material, rebeldes faziam combate aos legalistas com tropas entrincheiradas e artilharia. Ao todo conseguiram embarcar aproximadamente 6.000 homens, 500 cavalos, seis baterias de artilharia, além de todo o armamento recolhido nos quartéis, munições e equipamentos de campanha.

Ao cair da noite, as composições começaram a deixar a estação rumo à cidade de Bauru, a última composição a sair foi a comandada pelo tenente João Cabanas, que ficou com a incumbência de des-



truir linhas férreas e pontilhões, bem como dar combate a tropas governistas com o objetivo de atrasá-los e dissuadi-los.

No dia seguinte, ao amanhecer as tropas governistas começam a avançar e verificar a falta de combate e de disparos de artilharia.

Conforme relato do general Abílio de Noronha, o general Sócrates havia falhado em fixar os rebeldes na capital, “deixando todos escaparem-lhe entre os dedos”.

Ainda pela manhã, a capital paulista já estava tomada pelas

Fig. 6 – Rebeldes a bordo do trem em uma parada.



Fonte: Museu da PMESP.

Aos poucos verificaram o abandono de trincheiras e, ao chegarem ao centro, descobrem barreiras com bonecos de palha armados com fuzil.

tropas governamentais e findado o levante. Porém, os combates se seguiram pelo interior de estado. Os rebeldes desembarcaram em Bauru e de lá iniciaram a Divisão



Revolucionária “Coluna Miguel Costa”, que em um primeiro momento tinha como destino o Estado do Mato Grosso, mas, devido aos constantes combates, rumaram para o sul em direção ao Paraná, iniciando período de conflitos que se estendeu de 1925 até 1927 e ficou conhecido como a perseguição à Coluna Miguel Costa-Prestes.

Fig. 7 – Carro de combate FT-17 no centro de São Paulo.



Fonte: Yuri Costa.

CONSEQUÊNCIAS

Durante os dias de combate, no que podemos chamar de “A Batalha de São Paulo”, tivemos o êxodo de mais da metade da popu-

lação, aproximadamente 700.00 pessoas, a destruição do parque industrial e de mais 2.000 edifícios, 503 mortes e 4.846 feridos, conforme contagem da prefeitura, o corte de água e luz; corpos foram enterrados onde podiam. Tivemos a atuação exaustiva do Corpo de Bombeiros da Força Pública, principalmente durante os bombardeios, para controlar os incêndios; esse foi o único órgão público que conseguiu apoiar a população durante o caos.

Neste evento ficou clara a intenção do governo federal e estadual em levar a guerra a suas últimas consequências. Isso ficou bem claro nas mensagens entre ambos os chefes do executivo e também do Ministro da Guerra.

Governador Carlos de Campos: “São Paulo prefere ver destruída sua bela capital antes do que destruída a legalidade no Brasil”.

Presidente Arthur Bernardes: “Se São Paulo for destruída ao preço da conservação do império da lei, essa destruição está justificada”.



Ministro da Guerra marechal Setembrino de Carvalho:

Os danos materiais de um bombardeio podem ser facilmente reparados [...], mas os prejuízos morais, esses não são suscetíveis de reparação [...] Posso, entretanto, asseverar a Vossa Excelência e demais concidadãos que as nossas tropas não causarão danos materiais inúteis à bela e florescente cidade de São Paulo, senão que usarão de artilharia na medida estrita das necessidades militares.

Décadas depois, o ex-presidente Arthur Bernardes disse ao repórter Manuel Bispo, do jornal *Última Hora*, "fui apenas um chefe de polícia. E, chefe de polícia ante as pressões revolucionárias, só sabia fazer uma coisa: prender, perseguir, conter pelo terror". Passou o mandato trancado no Catete².

Vale ressaltar que é em seu governo que foi criado a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), gerando um estado policial, que rapidamente aprendeu a perseguir e reprimir todo o tipo de

oposição política, sendo essa ferramenta aprimorada e mantida por governos seguintes.

Por fim, vale destacar a reformulação que a Força Pública do Estado de São Paulo sofreu:

- Aumento do efetivo da Força Pública para 14.200 homens.
- Rescisão do contrato da Missão Militar Francesa, que naquele momento já estava iniciando a implementação da doutrina de pensamento estratégico e emprego de grandes contingentes e Unidades em ações bélicas, pensamento esse que só foi consolidado em 1970, com a criação do Curso Superior de Polícia, mas com o foco no emprego policial.
- Mobilização da Força Pública de São Paulo para perseguir a Divisão Revolucionária pelo interior do Brasil, de 1924 a 1927.
- A transformação dos dois Corpos de Guarda Cívica no 6º e 7º Batalhões de Infantaria da Força.
- Criação da Divisão Mista, comandada pelo coronel Pedro Dias de Campos, que atuou no interior de São Paulo, Mato Grosso



e Goiás.

- Criação da Guarda Civil do Estado em 1926 para policiar a capital paulista, uma vez que a Força Pública estava ausente.

sistema de governo, como ocorrera naquele 15 de novembro de 1889, mas sim com o escopo de reformar a política administrativa do país, buscando retirar o Estado das mãos de um sistema oligárquico, que

Fig. 8 – Militares da Força Pública de São Paulo com um canhão Krupp 75mm



Fonte: Yuri Costa.

CONCLUSÃO

Conforme verificamos ao longo dessa pesquisa, o levante armado de 1924 descortinou o Tenentismo e mostrou-nos a entrada, agora de uma nova maneira, de setores militares na política nacional, não com o objetivo de mudar o

privilegiava uma pequeníssima parcela da população enquanto o resto sofria com as consequências dos desmandos.

Vale ressaltar que, desde o início do Brasil em 1500, as revoltas políticas sempre foram palcos de lutas armadas e que isso perdurou até o século XX, ou seja, a



utilização da força e da violência sempre esteve presente política nacional e a revolução de 1924 não fugiu dessa realidade. Porém devemos destacar que ela colou o país em uma marcha que culminou com a revolução de outubro de 1930 tendo reflexos até o governo militar iniciado em 1964.

No campo militar observamos a diferença de estratégias e doutrinas, uma vez que o comando rebelde utilizou táticas e técnicas francesas, que já vinham sendo implementadas desde 1906 em São Paulo. Isso fez total diferença no campo de batalha, pois os rebeldes, mesmo comandados por oficiais de baixa patente, conseguiram dar combate a tropas mais numerosas com comandantes forjados em campanhas do final do século XIX. Isso fez total diferença durante os 23 dias de luta, onde, por exemplo, um efetivo comandado pelo tenente João Cabanas conseguiu dissuadir uma brigada do General Florindo Ramos, mostrando-nos que o alinhamento de tática, técnica e equipamento, dentro de uma estratégia de controle de tempo e espaço,

atrelado à capacidade de decisão, fazem uma grande diferença no teatro de operações.

Por fim, ao estudar este episódio esquecido de nossa história, verificamos o protagonismo de instituições militares e sua importância e legado deixado para o país, seja no campo político, seja no campo bélico, atendo-nos à construção de nossa democracia, dissecando nosso processo civilizatório de maneira transparente.

BIBLIOGRAFIA

BENITO, Serpa. *A Verdun paulista: episódios da defesa do 4º Batalhão da Força Pública durante a Revolução de 1924*. São Paulo: Gráficas Biblos, 1962.

CABANAS, João. *Coluna da morte!* João Cabanas. São Paulo, UNESP, 2014.

DÓRIA, Pedro. *Tenentes: a guerra civil brasileira*. São Paulo: Record, 2022.



McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: a história do Exército Brasileiro 1889–1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MEIRELLES, Domingos. *As noites das grandes fogueiras*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

TELHADA, Paulo Adriano. *Quartel da Luz, mansão da ROTA: Histórias do Batalhão Tobias de Aguiar*. São Paulo: Just, 2011.

¹ McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: a história do Exército Brasileiro 1889–1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

² DÓRIA, Pedro. *Tenentes: a guerra civil brasileira*. São Paulo: Record, 2022.

Movimento Tenentista de 1924

O levante de Manaus

Roberto de Castro ^a

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade o estudo do movimento tenentista ocorrido na capital do Amazonas Manaus, em 1924, que contou com forças do exército e da marinha bem como o trabalho combinado dessas forças permitiu pequenas frações tomarem importantes localidades geográficas da Amazônia em pouco tempo e com meios limitados, sendo o objeto de grande importância para o estudo no campo militar. A liderança desempenhada pelos líderes revolucionários como os tenentes Magalhães Barata, Ribeiro Júnior e Baker Azamor fizeram toda a diferença para o início bem-sucedido do movimento também há de se destacar a liderança por parte das forças governo estas desempenhadas principalmente pelo general Menna Barreto e a bem-sucedida manobra do oficial de operações Eurico Gaspar Dutra para a tomada da Fortaleza de Óbidos. A ocorrência ímpar permite também trazer luz, as causas da revolta, uma intrínseca questão de cunho político econômico e social que abateu aquela região a cerca de um século e que serve de subsídio dos problemas quanto ao desenvolvimento deste país até hoje.

Palavras-chave: Movimento Tenentista, Amazônia, Primeira República.

INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada *Movimento Tenentista (1924) – Levante de Manaus* está inserida como parte do seminário “Conflitos militares do Brasil Contemporâneo: o papel do Exército Brasileiro na

preservação da ordem e das instituições”.

A pesquisa tem por objetivo apresentar um conflito pouco conhecido ocorrido no escopo do Tenentismo, mas que contribuiu para as grandes mudanças no cenário nacional.

^a Major de Artilharia, mestre em desenvolvimento rural. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Entre os métodos utilizados, as pesquisas bibliográfica e biográfica fundamentam este estudo, bem como as inferências que possibilitaram uma interpretação das motivações e consequências advindos dos fatos ocorridos em Manaus e na região amazônica em meados de 1924.

A seguir, são apresentados o contexto e as causas do levante de Manaus, como parte da introdução. No desenvolvimento serão abordados os líderes os líderes do movimento e as manobras militares que compuseram os enfrentamentos, tanto na capital do Amazonas quanto na cidade de Óbidos, núcleo da defesa contra a força-tarefa marítima que vinha sufocar o movimento. Por fim, serão apresentadas algumas consequências resultados do levante de Manaus.

CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL

Manaus tinha status de comarca desde 1850, a Comarca do Alto

Amazonas à Província do Amazonas, possuía localização geográfica privilegiada entre os rios Amazonas e Negro, recortada por igarapés, sendo ponto de parada para a navegação a vapor ao longo do rio Amazonas e seus afluentes. Esse fato criou as condições de transporte para o novo ciclo econômico conhecido como ciclo da borracha, no qual a exploração do látex proporcionou o desenvolvimento geográfico e econômico daquela região, no contexto do incremento da industrialização em escala mundial.

Com a proclamação da República, em 1889, Manaus foi elevada a capital do Estado do Amazonas, época em que a borracha, matéria-prima da indústria mundial, era cada vez mais requisitada. O Amazonas, como principal produtor, orientou sua economia para atender à demanda, no chamado Período Áureo da Borracha (1890-1910). A cidade se tornou um polo atração para brasileiros de várias partes do país, além de ingleses, franceses, judeus, gregos, portugueses, italianos e espanhóis. Esse crescimento demográfico gerou mudanças sig-



nificativas na cidade. Com a riqueza gerada pela exploração da borracha, os governantes e comerciantes locais trouxeram da Europa vários arquitetos e paisagistas para a execução de um ambicioso plano urbanístico, que resultaria em uma cidade com perfil arquitetônico europeu, embora dentro da selva¹.

A partir de 1892, o governador Eduardo Ribeiro elaborou um plano para coordenar o crescimento, por meio da criação do serviço de transporte coletivo de bondes elétricos, telefonia, eletricidade e água encanada, além de um porto flutuante, que passou a receber navios de diversas bandeiras. Em 1902, começou a obra para modernização do Porto de Manaus, realizada pela firma inglesa *Manaos Harbour Limited*, terminada em 1910. O porto foi construído respeitando o fenômeno de cheia e vazante do rio Negro. O complexo portuário possuía armazéns com chapas onduladas de vedação, o *road-way* sobre boias flutuantes, edifícios da Alfândega e da Administração com estrutura de ferro oculta sob vedações de alvenaria,

com elementos alusivos a estilos passados. Neste complexo, eram transportados recursos da exploração, do beneficiamento e da exportação da borracha. A cidade ligava-se diretamente ao mercado internacional e contribuía economicamente com 38% das divisas do país².

A metrópole da borracha, nos anos 1900, abrigava uma população de 20 mil habitantes, em suas ruas retas e longas, calçadas com granito e pedras de lioz importadas de Portugal, praças e jardins exuberantes, fontes, monumentos e o suntuoso Teatro Amazonas. Além de hotéis, cassinos, estabelecimentos bancários, palacetes e todos os requintes de uma cidade moderna³.

Apesar do grande desenvolvimento econômico e das obras e construções imponentes realizadas na era de ouro da borracha, estas foram pouco significativas para a melhoria das condições de vida da população em geral.

No contexto político, a cidade vivia uma forte influência da política das oligarquias, com um escalonamento de crises que resultaram no Levante de 1924. Esse processo



iniciou com intervenções diretas, como o bombardeio de Manaus ocorrido em 1910, que será estudado a seguir; crise na sucessão do governo do Estado em 1916; o movimento civilista de Rui Barbosa; a Reação Republicana, campanha eleitoral de Nilo Peçanha de 1921; a crise no governo de Arthur Bernardes, representadas pelas cartas falsas; a desconfiança de fraudes nas eleições, que culminaram no início do movimento tenentista em 1922, com “os 18 do Forte de Copacabana” e que se seguiram com os levantes no ano de 1924, os quais veremos mais diante.

O BOMBARDEIO DE MANAUS DE 1910

O governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt sofreu um golpe organizado pelo vice-governador Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto. Em seu governo, ocorreu o bombardeio de Manaus, em 8 de outubro de 1910. Bittencourt foi deposto, vindo a refugiar-se em Belém, mas voltou a

assumir o cargo em 31 de outubro de 1910.

Um radiograma vindo da capital federal na noite de 7 de outubro de 1910, cujo presidente era Nilo Peçanha, instigou os comandantes do Batalhão de Caçadores, coronel Joaquim Pantaleão Teles de Queirós Filho, e do comandante da Flotilha do Amazonas, capitão de corveta Francisco da Costa Mendes a realizarem uma ação de bombardeio, visando à deposição do governador Antônio Bittencourt, a qual ocorreu após um dia de ações militares.

Não obtendo êxito na ação frontal, os comandantes militares decidiram por bombardear ostensivamente a cidade, forçando com essas ações desproporcionais a rendição do governador numa forma de impor sua deposição em favor de Sá Peixoto com o mínimo de perdas de tropas federais.

Amanhece o dia oito de outubro, às 5h30min são iniciadas as hostilidades, tropas federais sobem as ruas Bernardo Ramos e Municipal (atual 7 de Setembro) entrando em combate com a guarda militar



do Palácio do Governo, mas são rechaçados. Não obtendo êxito na ação frontal, os comandantes militares decidiram por bombardear ostensivamente a cidade forçando com essas ações desproporcionais a rendição do governador numa forma de impor sua deposição em favor de Sá Peixoto com o mínimo de perdas de tropas federais.

A fuzilaria causou grandes danos nos imóveis da cidade e pelo menos três mortes, forçando os cônsules presentes a intermediarem o fim da resistência do governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, que partiu para buscar refúgio em Belém e de lá apelar ao governo central a legitimidade das ações e seu restabelecimento do cargo de governador o que aconteceu no final do mês.

Ainda, o presidente Nilo Peçanha negou que tivesse instigado ou participado da deposição do governador Antônio Bittencourt e atribuiu unicamente a culpa ao vice-governador e aos militares do Exército da Marinha, cujos comandantes foram presos e julgados pelo Supremo Tribunal Militar. O

fato serviu apenas para alimentar uma série de crises políticas no estado do Amazonas e alimentar a desconfiança da sociedade civil, quanto aos militares, que passaram a ser hostilizados, conforme publicações nos jornais da época.

Uma consequência foram os julgamentos do coronel Pantaleão foi condenado a oito anos e cumpriu seis meses de trabalhos forçados, sendo reintegrado em 1912. O capitão de corveta Francisco da Costa Mendes foi absolvido, apesar do fato ter manchado sua carreira e reputação.

Outra consequência foi a retirada da Flotilha do Amazonas de Manaus para Belém após o incidente, tendo esta retornado somente em 1912. Tendo seu primeiro exercício de tropas em 1913.

O LEVANTE DE MANAUS

Os líderes do movimento Tenentista eram primeiros-tenente: José Baker Azamor, pela Marinha do Brasil e Alfredo Augusto Ribe-



ro Junior e Joaquim de Magalhães Cardoso Barata.

O tenente Azamor⁴, piloto aeronaval, já havia se metido numa tentativa de assassinato ao então presidente da época Epitácio Pessoa, porém foi beneficiado por uma menagem que levou ao arquivamento do caso, porém como punição foi designado a compor a flotilha do Amazonas vindo se apresentar na cidade de Manaus, onde assumiu o cargo de Imediato da Canhoneira Missões.

Magalhães Barata foi transferido para o 27º Batalhão de Caçadores, também em Manaus, por motivos semelhantes no ano de 1922 foi detido em São Paulo, quando tentava chegar a Ponta Grossa levava conspiradores locais instruções orientando a prisão do ministro da Guerra, o marechal Setembrino de Carvalho, que estava regressando do Rio Grande do Sul.

A transferência para a região amazônica era vista como uma punição na época e reunir todos “os indesejados” proporcionou uma

oportunidade única para a conspiração.

Ambos já estavam determinados há uma reação militar violenta em protesto contra o regime político vigente. Durante suas transferências puderam observar por meio da navegação nas formas nas melhores formas de defender a guarnição que viessem a tomar no caso Manaus. A geografia só permitia chegar àquela capital por meio fluvial tendo que passar pelo Estreito de Óbidos, que estava guardado por canhões do 4º Batalhão de Artilharia de Costa.

Sabendo que após iniciarem as atividades militares sofreriam uma forte reação do poder central com o deslocamento da esquadra do Rio de Janeiro para Manaus, a fim de retomar o governo do Amazonas. Os “conspiradores” planejaram uma defesa centralizado em Óbidos, tendo em vista, a imensa diferença de poder entre a Flotilha do Amazonas, composta de barcos de pequena tonelagem e artilharia de pequeno calibre contra os pesados cruzadores e encouraçados da Marinha Brasileira.



Em 5 de julho de 1924, batalhões pertencentes a 8ª Região Militar, cujo comandante era o coronel Raymundo Rodrigues Barbosa entraram alerta devido ao início dos Levantes em São Paulo, o mesmo ocorreu com a Flotilha do Amazonas. As tropas entraram em situação de ordem de marcha, sendo abastecidas (alimentos e combustível) e municionadas, estando prontas para partir para os combates em São Paulo.

Em 23 de julho de 1924, às 19 horas, os três oficiais superiores da Marinha foram feitos prisioneiros⁵ pelos tenentes do Exército, sendo passado o comando os tenentes da Marinha da Revolta. Era o início da manobra, ao sinal de foguetes, o primeiro-tenente Sebastião Mendes de Holanda saiu do Batalhão (27º BC) numa manobra simples as tropas do batalhão de caçadores desceriam a rua em direção à para as Osório tomando o quartel geral da Polícia Militar e, na sequência, o Palácio Rio Negro. O coronel PM Pedro Souza saiu gravemente ferido e sua guarnição de 15 soldados foi vencida em 35 minutos.

A intenção era depor o governador César do Rego Monteiro, o prefeito de Manaus, Edgard do Rego Monteiro, o chefe de Polícia Mário do Rego Monteiro e os dois filhos do governador, que ocupavam altos cargos públicos também, denotando o forte nepotismo que regia a administração pública. Na sequência a família Rego Monteiro foi presa para apuração de desvio de dinheiro público, agiotagem e outros crimes. A ideia inicial de passar o governo foi frustrada pela falta de interesse na linha sucessória, representadas pelo Poder Legislativo, o deputado Antônio Aires de Almeida Freitas e Judiciário, o desembargador Sá Peixoto, o mesmo pivô de 1910, todos membros da oligarquia local.

Assim o governo do Estado do Amazonas passa ao primeiro-tenente Alfredo Augusto Ribeiro Junior, que assumiu em 24 de julho, aclamado pela população que tomou conhecimento da proclamação da Revolta:

Nós militares, da Marinha e do Exército, brasileiros, não podemos



permanecer por maior tempo surdos a esses angustiosos apelos de proteção e benemerência, que, pelo intermédio de seus sofrimentos e amargores, os nossos cidadãos nos faziam.

Empunhando as armas para depor um governo, que é, tão somente um simples reflexo - descolorido e passivo, do chefe do poder central, nós desejamos tão somente, prestar o nosso apoio - material e moral a causa sacrossanta da reivindicação da liberdade⁶.

Em 25 de julho, a Flotilha do Amazonas, composta pelo *Ajuricaba* com dois canhões Armstrong 47mm e duas metralhadoras 7mm, chega a Fortaleza de Óbidos depois de tomar Itacoatiara e Parintins, silenciando o telégrafo. Essa fortaleza era composta por duas posições, a Bateria Armstrong 152mm (com quatro canhões e 825 granadas) na Serra da Escama, e a Bateria Krupp 75mm (com 12 canhões e 1.130 granadas), no Forte Velho. Diante da exigência de capitulação da guarnição do 4º Grupo de Artilharia de Costa, face à indecisão do capitão Bastos Nunes, seus tenentes Saint Claire Paes Leme e Rangel aderem a Revolta, prendendo-o.

Agora a Flotilha do Amazonas, com cerca de 800 combatentes no *Ajuricaba*, *Teffé*, *Missões* e vapor *Bahia*, está reforçada com a artilharia Krupp do 4º GACos.

Apesar da expansão do movimento revoltoso, Óbidos representou o limite territorial conquistado pelo 27º BC, uma vez que a revolta do 26º BC foi contida em Belém com a morte do capitão Assis, em 26 de julho e Santarém não aderiu ao movimento sendo reforçada com tropas de Artilharia.

Em 31 de julho, é constituído o Destacamento Norte, sob o comando do general João de Deus Menna Barreto, que ajudou o governo federal a debelar a revolta de 1922 na Escola Militar. O grupamento seria composto pelos 1º, 2º e 3º Batalhões de Caçadores, do Rio de Janeiro; pela 3ª Companhia de Metralhadoras Pesadas e por uma Seção de Comunicações, um total de 1.400 militares do Exército entre oficiais e praças. No caminho seria reforçado por mais de 100 militares do 21º Batalhão de Caçadores de Recife, tropas da Polícia Militar do Pará e tropa de



artilharia sediada em Santarém. O destacamento embarca no dia 2 de agosto chegando à capital paraense no dia 11 daquele mês, local da concentração de meios. A força naval era constituída pelos navios transporte de tropa *Poconé*, como capitânia, *Bello Horizonte*, *Rio Mar* e *Sobradinho*, pelos navios de apoio, *Cuiabá* e *Curitiba*, pelos navios escolta *Mato Grosso*, *Sergipe*, *Amapá*, *Ernestina* e *Adalberto Nunes* e pelo cruzador *Barroso*.

O poder de fogo do *Barroso* era incomparavelmente superior, navegava a 22 nós - 40 km/h, possuía seis canhões Armstrong de 152mm, quatro canhões Armstrong 120 mm, 10 canhões Maxim-Nordenfelt de 57 mm, seis canhões Maxim Nordenfelt de 37 mm, lançadores de torpedos e dois hidroaviões, num total de 389 membros da tripulação.

Em 19 de agosto, o cruzador *Barroso* entrou em combate com o navio aviso *Teffé*, um embate de Golias versus Davi, 4.400 toneladas contra 80, que não suportou o fogo de suas baterias sendo forçado a buscar a margem superior do Rio

Amazonas, a fim de encalhar e permitir o desembarque da tripulação, que seguiu pela selva até chegar a Fortaleza de Óbidos.

Na noite de 20 de agosto, os contratorpedeiros *Sergipe* e *Mato Grosso* iriam render o *Barroso*, por navegarem melhor em ambientes confinados. Na foz do Tapajós, localidade de Santarém - proximidades da Ponta Negra, a força legalista encontrou o vapor *Jary* com revoltosos, o embate foi rápido e os tiros precisos, afundando o vapor na segunda salva de tiros 101mm. O resultado foi catastrófico para os revoltosos, 62 capturados entre 13 feridos e cerca de 40 a 50 afogados/desaparecidos.

Em 23 de agosto, inicia a operação para tomar a Fortaleza de Óbidos. Os hidroaviões realizam reconhecimento em força, bombardeando as posições da bateria na Serra Escama e dos navios revoltosos. Seguem salvas de dezenas de tiros do cruzador *Barroso* e dos contratorpedeiros contra as posições de artilharia. O resultado moral é mais grave do que os impactos sobre as instalações e feridos. A



moral vai desanimando nas tropas revoltosas, um dos canhões Arms-trong não aguenta o recuo, vindo a se partir da base e fica enterrado. Pouco a pouco a fuzilaria e os bombardeios vão diminuindo. O Destacamento Norte consegue realizar o desembarque das tropas nas imediações de Óbidos, o cerco está completo.

Diante da conjuntura as praças de artilharia parecem vazias, na primeira noite deserta a infantaria do 27º Batalhão de Caçadores, na tarde seguinte, a tropa de artilharia começa a debandar, restando menos de 60 combatentes guarnecendo as fortificações. O tenente Magalhães Barata se vê diante de um dilema, aguardar a tomada das fortificações que estão sob seu comando ou realizar uma rendição com o mínimo de dignidade, despachando as forças navais que o apoiam para Manaus. Ele decide pela rendição incondicional. Quando as tropas legalistas sobem os caminhos desguarnecidos dos Fortes, em 26 de agosto, encontram apenas os oficiais e menos de 10 praças que ainda guarneciam, nem

parecia que daquela posição entre desfiladeiro e mata fechada puderam desaparecer 800 combatentes aproximadamente.

Diante do fracasso da defesa de Óbidos as tropas remanescentes em Manaus optam por realizar a rendição, que ocorreu em 28 de agosto, evitando assim um novo cenário de bombardeio contra a cidade, semelhante ao que aconteceu em 1910 e que ainda estava vivo na memória de seus moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aviação naval empreendeu um papel decisivo para intimidar e degradar o poder de combate dos revoltosos (comemora-se o primeiro ataque aeronaval da história do Brasil na data de 23 de julho de 1924).

O general Menna Barreto aprisiona os revoltosos e designa o coronel Raimundo comandante da oitava região militar como interventor do governo do estado do Amazonas. Apesar dos resultados



militares infrutíferos da revolta de Manaus seus líderes ganharam enorme prestígio político e social ao rebelarem se contra um sistema político injusto vindo a compor o cenário político da década seguinte na era Vargas.

O tenente Alfredo Augusto Ribeiro Junior governou por apenas 36 dias o Estado do Amazonas, ficando preso de 1924-1927. Foi anistiado após a Revolução de 1930, eleito Deputado Federal pelo Amazonas, sendo cassado no Estado Novo. Chegou a capitão, morrendo em 1938.

Projeção na política pela atuação do coronel Raimundo Rodrigues Barbosa, então Comandante da 8ª Região Militar de Belém, no que ficou conhecido como Governo Militar do Estado de agosto a dezembro de 1924, foi promovido a general e foi ministro do Superior Tribunal Militar.

O general João de Deus Mena Barreto, comandou a Força Destacamento Norte o que pacificou as revoltas tenentistas. Com a eclosão do movimento revolucionário de 1930, a junta governativa composta

pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha depôs o presidente Washington Luís, e assumiu o controle do país. Terminou a carreira como ministro do Superior Tribunal Militar.

O capitão Eurico Gaspar Dutra, chefe da Seção de Operações da Força Destacamento Norte, teve papel de destaque no Governo Vargas e se tornaria Presidente da República.

A Flotilha do Amazonas, mais uma vez, recebeu ordem de transferir-se para Belém. Ficando em Belém de 1924 a 1931, retornando para socorrer a praça comercial da cidade que se encontrava em absoluta decadência econômica.

Em 1933, para garantir a neutralidade do Brasil, quando da eclosão do Conflito de Letícia, entre Peru e Colômbia, por disputas de demarcação de fronteiras, é criada a Divisão Naval em Operações no Rio Amazonas que, suspendendo do Rio de Janeiro em 5 de janeiro de 1933, atinge Manaus, incorporando os navios da Flotilha do Amazonas.



BIBLIOGRAFIA

Arquivos do Governo do Estado do Amazonas

Arquivos do Ministério da Guerra

Arquivos do Ministério da Marinha

ARAGÃO, Isabel. O Levante das Forças do Exército e da Marinha no Amazonas no ano de 1924. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 29, n. 118-133, jul./dez. 2014.

CARDOSO, Francisco Carlos Pereira. *O Tenentismo na Marinha*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CUNHA, Temístocles. *O Malho*, edições de 1910 a 1925.

HISTÓRIA DO MUNDO. *Tenentismo*. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/tenentismo.htm>>. Acesso em 10 jul. 2023.

IPHAN. *Manaus*, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/269>>. Acesso em 28 jun. 2022.

¹ IPHAN. *Manaus*, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/269>>. Acesso em 28 jun. 2022.

² Ibid.

³ Ibid.

⁴ Disponível em <<https://www.arquivodamarinha.dphdm.mar.mil.br/index.php/tenente-jose-baker-azamor>>.

⁵ A decisão foi tomada em conjunto, a fim de evitar o constrangimento, dos 10 oficiais subalternos da Marinha fizessem seus superiores de prisioneiros, sendo passado o encargo aos revoltosos do Exército.

⁶ CUNHA, Temístocles. *O Malho*, edições de 1910 a 1925.

A participação do general Rondon no combate aos revolucionários de 1924-1925

Antônio Ferreira Sobrinho^a

Resumo: Esse trabalho tem por objetivo estudar a participação do general Cândido Mariano da Silva Rondon no comando das operações militares da Força Legal constituída em 1924-1925, para combater os rebeldes que faziam parte do “Movimento Tenentista”, oriundos das tropas amotinadas da cidade de São Paulo, que retraíram para o Oeste do Paraná (Coluna Paulista - 3.000 homens e 14 canhões), buscando se unir aos rebelados do Estado do Rio Grande do Sul (Coluna Gaúcha - 1.500 homens). Apresentaremos também, mesmo que de forma incipiente, as conjunturas política (República Velha), militar (tipo de guerra) e social (a sociedade e os tenentes) daquele período histórico, criando o que Leonor Arfuch chama de “espaço biográfico” necessário para destacar os aspectos mais importantes da atuação do general Rondon.

Palavras-chave: Rondon; Movimento Tenentista; operações militares.

INTRODUÇÃO

A história de Cândido Mariano da Silva Rondon no papel de um comandante operacional não tem sido foco de pesquisas frequentes para os historiadores na academia. Mesmo dentro da instituição Exército Brasileiro, há poucos estudos ou pesquisas sobre a sua participação em combates no

decorrer de sua longa e brilhante carreira militar.

A fundamentação teórica utilizada na narrativa histórica desta biografia de Rondon como comandante operacional militar tem base no livro *O Espaço Biográfico: Dilemas da Subjetividade Contemporânea*¹, da professora argentina Leonor Arfuch, que pesquisa o

^a Coronel de Artilharia, associado titular emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



tema desde os anos 1990 a partir de um enfoque multidisciplinar.

Desenvolvemos um estudo, tanto da ação dos rebeldes como a da Força Legal, com destaque para as ações do exército e das milícias regionais, atuando sob a égide do Art. 14 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, que rezava “As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior”.

Os episódios vividos por Rondon foram, na realidade, a grande campanha militar levada a efeito, dentro de um novo sistema organizacional, doutrinário e profissional do Exército Brasileiro, que surgiu a partir da instalação da Missão Militar Francesa no Brasil².

ESPAÇO BIOGRÁFICO DE RONDON NO AMBIENTE POLÍTICO E MILITAR DA ÉPOCA

A década de 1920 foi marcada por rebeliões militares no Brasil.

Do governo de Epitácio Pessoa até a Revolução de 1930, ocorreu intensa agitação política, com confrontos, entre outros, de setores do exército contra oligarquias regionais.

O Brasil passava por um período de crise econômica motivada pela queda nas exportações em decorrência da Primeira Guerra Mundial e sofria, também, com uma crise política gerada pela insatisfação de alguns grupos, que não concordavam com o poder concentrado apenas entre representantes de São Paulo e Minas Gerais, acusados de sustentar o protecionismo e os esquemas de valorização do café. Por esse motivo, a oposição aos partidos Republicanos paulista e mineiro formaram a Reação Republicana, integrada por grupos políticos do Rio Grande do Sul, da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro.

No período compreendido de 1919 até 1925, Rondon, já no posto de general, vai vivenciar intensamente os acontecimentos desse lustro histórico, envolvendo-se e



sendo envolvido pelos seus principais atores.

Fig. 1 – General Rondon



Fonte: Exército Brasileiro.

Em 1919 é nomeado Diretor de Engenharia do Exército pelo ministro da Guerra Pandiá Calógeras, cumprindo um extenso programa de obras em todo o território nacional, que entrou para a história do exército como dos maiores e mais efetivos, basta ver a enorme quantidade de quartéis construídos naquele período e que permanecem até hoje com a marca “Pandiá Calógeras”, mas com a participação direta de Rondon nos resultados.

No final de 1921, Rondon é designado para servir na Missão Militar Francesa, contratada pelo exército para reformular o seu ensino e a instrução militar, estudando todos os problemas técnicos de que cogitava a Escola de Estado-Maior. O seu preparo como oficial general foi feito pelo próprio chefe da Missão. Ao final, participa da primeira manobra de tropa realizada no Brasil, com o emprego integrado de unidades de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Aviação, como comandante da grande-unidade enquadrante dessas tropas, sob a orientação direta do general Maurice Gamelin.

No fim do governo do Presidente Epitácio Pessoa, agitavam-se violentamente as candidaturas às eleições presidenciais de Nilo Peçanha, apoiado pela Reação Republicana, e Arthur Bernardes, do Partido Republicano, atribuindo-se a este último a autoria de cartas altamente ofensivas ao Exército. Rondon é convidado pelo deputado Raul Soares para ser árbitro na questão dessas cartas políticas e declinou, argumentando por meio



da sua resoluta “convicção doutrinária, de razões de sentimentos, de educação e de hábitos que me afastam da política”.

O vencedor foi Bernardes, que tomou posse sob estado de sítio, com grupos militares não querendo deixá-lo assumir a presidência – fato que evidencia um estranhamento entre o presidente e algumas alas das forças armadas.

Novamente Rondon é conclamado a tomar partido, a se envolver no processo político, dessa feita em 1922, durante uma visita de inspeção aos quartéis do Rio Grande do Sul, acompanhando o ministro Pandiá Calógeras, e seu amigo capitão Rabello, que em missão especial buscava o seu apoio para derrubar o presidente Arthur Bernardes. Mais uma vez se posiciona “aderir à revolução é ir de encontro aos princípios que abraçamos, princípios que só visam ao bem da Pátria e da humanidade [...] o Exército, como o concebem os franceses, deve ser o grande mudo, pronto para se sacrificar pelo bem da Nação, sem contudo, intervir em

mesquinhas questões de política-gem”.

O jornal *Correio da Manhã*, o mesmo que levantara a questão das cartas falsas, passa a mover intensa campanha difamatória contra Rondon, distorcendo suas atitudes e envenenando a opinião pública contra ele, particularmente, após a publicação pelo Boletim do Exército de 15 de julho de 1922 do voto de louvor da Câmara dos Deputados, agradecendo-o em nome da Nação pela “dedicação fiel e a inexcusável lealdade com que se colocou ao lado das autoridades constituídas, em defesa da ordem legal, da constituição da República e da honra da Nação Brasileira [...]”.

Rondon era mal visto por muitos militares por não possuir espírito revolucionário e não tomar parte em intencões e motins. Para se defender, responde às acusações rebatendo item por item e provando a falsidade dos ataques, em um longo e detalhado “Documento para a História”.

Um dos opositores ao regime, o marechal Hermes da Fonseca, foi



preso em julho de 1922 após criticar iniciativas do governo. A reação a esse ato foi um movimento comandado por tenentes, quando algumas guarnições militares rebelaram-se, passando a combater tropas legalistas. Nessa ocasião, ocorreu o episódio dos “18 do Forte”, em Copacabana, no Rio de Janeiro, onde os revoltosos acabaram mortos ou feridos.

Os “tenentes” defendiam a purificação das instituições republicanas que acreditavam estar corrompidas, criticavam o sistema político vigente dominado pelos poderosos que oprimiam as aspirações populares e ignoravam os princípios republicanos presentes na Constituição brasileira. A agitação política continuou em 1923, no Rio Grande do Sul, enquanto o Governo Federal intervinha em governos estaduais dissidentes.

A rebelião “tenentista” ocorreu no ano de 1924, que eclodiu em cinco de julho com os levantes militares, nos quartéis localizados na cidade de São Paulo, disseminou-se por toda a região do interior, estendendo-se ao Oeste do Es-

tado do Paraná. Muitos civis comprometidos com a disputa política regional aderiram à causa rebelde.

A batalha por São Paulo foi tremenda, mas devido ao insucesso dos levantes nas outras guarnições (Mato Grosso, Sergipe, Pará e Amazonas) que deveriam acompanhar São Paulo, os revolucionários isolados decidiram abandonar a capital paulista em 28 de julho, protagonizando a mais espetacular retirada na história militar brasileira.

Retiraram-se três brigadas revolucionárias, sob comando dos tenentes-coronéis Bernardo Padihla, Olyntho de Mesquita e Miguel Costa, com um corpo de cavalaria sob comando do general João Francisco, seguindo para Bauru, Rio Paraná e Guaíra. Após conquistarem várias localidades da vasta região do extremo Oeste do Paraná, partiram rumo ao Leste, na expectativa de ocuparem Guarapuava e Ponta Grossa. Com esse intuito chegaram a Catanduvas, onde existia um posto telegráfico, importante e estratégico meio de comunicação, de onde passaram a



conduzir guerra de posições em extensas linhas, contra as numerosas forças fiéis ao governo.

Catanduvás tornou-se o baluarte da revolução. Sua localização, a cavaleiro da única via de penetração que de Guarapuava conduzia a Foz do Iguaçu, fechava a porta do Oeste paranaense. A posição defensiva estava apoiada no rio Adelaide e guarnecida pelas brigadas Bernardo Padilha e João Francisco. Na região de rio do Salto localizava-se o quartel-general (QG) e a Brigada Miguel Costa, reserva da Divisão Revolucionária.

Lá aguardariam a chegada dos revolucionários riograndenses, que, desde o final de outubro de 1924, haviam sublevado unidades militares do Oeste gaúcho apoiadas por civis organizados por chefes políticos locais e, assim, dariam novos rumos ao movimento. Para isso, os paulistas prepararam-se para o combate inevitável com as tropas legalistas que possuíam maior número de soldados e armamento.

A ATUAÇÃO DE RONDON NO COMBATE AOS REVOLTOSOS DE 1924-1925

Os anos de 1923 e parte de 1924 encontram Rondon envolvido em viagens de inspeção das obras de engenharia militar e das linhas telegráficas, além de participar de diversas comissões típicas de um oficial general daquela época.

A 25 de setembro de 1924, Rondon foi designado pessoalmente por Artur Bernardes para chefiar o combate aos revoltosos, sendo nomeado comandante-em-chefe das forças governamentais, que atuavam no Paraná e em Santa Catarina, dando-lhe carta branca sobre a forma de dirigi-la. Para ele foi a missão mais difícil da sua vida: “Combater irmãos! Que dolorosa contingência para quem, como ele, vivera sempre embalado pelo sonho de merecer o nome de pacificador [...]”

A designação de Rondon, para o comando das forças governamentais foi uma clara forma de manipulação de seu prestígio. Se, de um lado, os revolucionários traziam



uma forte mensagem, com seu apelo moralista à renovação nacional, de outro, as tropas do governo estavam sob o comando do general Rondon, o herói da conquista do Oeste e da Amazônia.

Fig. 2 – General Rondon em operações contra os revoltosos



Fonte: Arquivo Histórico do Exército

Em 1º de outubro, Rondon assumiu o comando no QG da Força Legal na cidade de Ponta Grossa-PR. Passou imediatamente a montar os planos necessários à tomada de Catanduvas e a visitar os comandos de cada regimento e batalhão, inculcando-lhes a ideia de dar à

expedição o cunho de pacificação, de nunca se afastar do objetivo de reduzir ao mínimo, senão eliminar, as consequências de uma luta fratricida. Contava com 12 mil homens das diversas tropas legalistas contra os 3 mil rebeldes entrenchados na região da Serra do Medeiros.

O conjunto das forças legalistas era constituído de dois Destacamentos (Dst):

- Dst do Paraná - 13º Batalhão de Caçadores (BC), 13º Regimento de Infantaria (RI), 9ª Companhia de Metralhadoras Pesadas (Cia Mtr P), 10ª Cia Mtr P, 4º Regimento de Cavalaria Divisionário (RCD), 5º RCD, 9º Regimento de Artilharia Montada (RAM), 1º Grupo de Artilharia de Montanha, Batalhão de Polícia do Paraná e quatro batalhões de voluntários; sob o comando do coronel João Baptista Pires de Almada.

- Dst de Santa Catarina (9º BC, 8ª Cia Mtr P, 6º Regimento de Cavalaria Independente, 2º Grupo de Artilharia a Cavalo, 3º Grupo de Artilharia de Posição, um batalhão de polícia de Santa Catarina e dois



batalhões de polícia do Paraná); sob o comando do coronel Vasco Varella.

Existiam, ainda, à disposição do comando das forças legalistas outras unidades militares (10º BC, 2º BC, 7º RI, 5º RCD, 5º RAM e um batalhão da Força Pública de São Paulo), que no decorrer da campanha reforçaram os destacamentos.

Após concentrar tropas para o combate em Formigas, Rondon dividiu seus comandados em colunas para envolver os flancos do inimigo. Utilizava, principalmente, os efetivos dos regimentos de polícia estaduais, pois suspeitava da simpatia dos quadros do exército pela rebelião.

Assim, impedia o avanço das forças inimigas pela estrada, que, saindo também de Guarapuava, vinha em curva a Porto Mendes, passando por Piquery, deixando Catanduvas a sua esquerda. Nesta marcha de flanco procurava restringir as ações ofensivas rebeldes e ameaçava sua retaguarda, ocupando a fazenda de Campos Mourão em Piquery.

Os rebelados, na margem esquerda do Paraná, ocupavam os portos de Guaíra, Mendes, Santa Helena, Iguassu e intermediários; no interior estavam de posse da estrada carroçável que liga os portos já mencionados à Guarapuava no trecho até Catanduvas, e com patrulhas a léguas adiante próximo a Formigas.

Apesar do precário apoio logístico e das dificuldades no deslocamento das colunas, as forças policiais e do exército conseguem bater as tropas rebeldas, que se sustentam de forma incrível, agarados nas trincheiras da Serra dos Medeiros e separados das tropas legalistas por apenas alguns quilômetros. Os enfrentamentos tornam-se inevitáveis, causando pesadas baixas de ambos os lados. As peças de artilharia repelem os ataques dos rebeldes paulistas contra as forças federais na região da Serra do Medeiros.

O desenrolar dos combates na região de Catanduvas é um misto da guerra de trincheiras nos moldes da Primeira Guerra Mundial, estática e com grande utilização de



canhões e metralhadoras em um martelar diuturno das posições inimigas, e também do uso constante de patrulhas e colunas em movimento para tentar enfraquecer o inimigo em um golpe na reta-

raná torna-se um mártir, seja pelos combates seja pelas características climáticas da região.

Os combates na região de Catanduvas se estendem até o final do mês de março de 1925. Após apro-

Fig. 3 – Artilharia das forças legalistas em posição na região de Catanduvas



Fonte: Arquivo Histórico do Exército

guarda. Os rebelados paulistas procuram economizar munição, pois não tem um sistema de abastecimento regular, dependendo da captura de armas, munições e demais equipamentos. Para os paulistas, a guerra de trincheiras no Pa-

ximadamente seis meses de combates em trincheiras e quase dez meses após a chegada ao território paranaense.

A esperança dos reforços do Rio Grande do Sul acaba com a chegada de aproximadamente 800



homens e mulheres, sem cavalos, sem equipamentos, armas ou munições, liderados pelo capitão do exército Luís Carlos Prestes. O comando rebelde decide que as tropas em Catanduvás devem segurar o grosso das tropas federais e o restante deve retornar para a região de Guaíra e de lá decidirem o que fazer após a retirada do estado do Paraná. O destino dos quatrocentos combatentes é a morte em combate ou a captura por parte das tropas federais.

O avanço de quatro mil soldados sob o comando de Rondon, aliado ao constante bombardeio da artilharia e fustigados pelas metralhadoras não deixa alternativa além da rendição. O dia 30 de março marca a rendição dos últimos combatentes em Catanduvás, ou melhor, dos últimos farrapos humanos que restaram a combater pelo ideal da revolução paulistana e o futuro desses homens em péssimas condições será o degredo na colônia militar de Clevelândia, no norte do país, dos quais menos de uma dezena vai retornar aos seus lares.

A luta de Rondon se encerrou, a 12 de junho de 1925, com a extinção do comando militar que combatera os rebeldes. Após o conflito, o general chegou a pensar em se recolher à vida familiar. Nas suas memórias, disse que se sentiu feliz ao pacificar o país poupando vidas, embora a luta no Paraná e em Santa Catarina tivesse produzido centenas de mortos entre as forças legalistas e rebeldes.

CONCLUSÃO

À guisa de fechamento dos atos biográficos de Rondon, sob o enfoque de comandante de tropas em operações de combate, nesse conturbado período de tempo estudado da história política brasileira, podemos afirmar que:

- deixou um legado pessoal de firme defesa da ordem legal, da constituição da República, pronto para se sacrificar pelo bem da Nação, sem contudo, intervir em mesquinhas questões de politicagem;
- desempenhou o papel mais difícil da sua vida, combatendo



irmãos, sem perder a coerência de atitudes, os princípios e as crenças que ornavam o seu perfil militar;

- como comandante operacional organizou as unidades militares para o combate, utilizando o método de estudo de situação e a posterior definição das ações evidenciaram a aplicação dos conhecimentos bélicos aprendidos na Missão Militar francesa;

- no comando das Forças Legalistas cumpriu a missão para a qual foi designado, derrotando os rebeldes, retomando a posse do extremo Oeste do Estado do Paraná e reintegrando aquela região ao domínio do Estado brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

GUIMARÃES, Júlio. *Rondon: o soldado pacificador*. Campo Grande: Pedro Alcântara Ltda, 1984.

VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Cooperativa Cultural dos Esperantistas, 1969.

ALVES, Martins. *As revoltas de 1924: o embrião da coluna Miguel Costa-Prestes*. Palestra proferida em julho de 2022 no Museu Histórico do Exército.

¹ ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

² ALVES, Martins. *As revoltas de 1924: o embrião da coluna Miguel Costa-Prestes*. Palestra proferida em julho de 2022 no Museu Histórico do Exército.

**REVISTA DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E HISTÓRIA MILITAR
DO BRASIL**



ANO: 83 N° 112 ESPECIAL 2024

ISSN: 0020-3890